

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Sociais – ICS  
Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas – CEPPAC

**CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NO EVENTO-SITUACIONAL USINA  
HIDRELÉTRICA CORUMBÁ IV: DESAPROPRIAÇÕES, RE-  
ORDENAMENTOS E FORMAÇÃO DE UMA ORDEM MORAL.**

**Autor:** Rodrigo Augusto Lima de Medeiros

**Orientador:** Crísthian Teófilo da Silva

**Brasília – DF  
2007**

**CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NO EVENTO-SITUACIONAL USINA  
HIDRELÉTRICA CORUMBÁ IV: DESAPROPRIAÇÕES, RE-  
ORDENAMENTOS E FORMAÇÃO DE UMA ORDEM MORAL.**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção de título de mestre em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) da Universidade de Brasília (UnB).

Rodrigo Augusto Lima de Medeiros

**Brasília – DF  
Março de 2007**

**À Lorena**

*“É no idioma da bruxaria que os Azande exprimem as regras morais que escapam à esfera da lei civil e criminal. ‘A inveja é ruim por causa da bruxaria; um homem invejoso pode matar alguém’, dizem eles, e assim falam de outros sentimentos anti-sociais (...) Em um estudo da bruxaria Zande, o que se deve ter em mente é, em primeiro lugar, que essa noção é função de situações de infortúnio; e em segundo lugar, que ela é função de relações pessoais” (Evans-Pritchard 1978: 88-91. Inclui os grifos).*

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é descrever e analisar as dinâmicas de mudanças provocadas e/ou negociadas no contexto de instalação/operação da usina hidrelétrica Corumbá IV. Observa-se que diferentes modos de simbolizar o *território* e seus recursos entram em concorrência, notadamente, *moralidade camponesa*, concepções ambientalistas e perspectivas *desenvolvimentistas*. A hipótese de pesquisa é a seguinte: as interações entre os diferentes atores e agências, no contexto da hidrelétrica, produzem um campo semântico próprio. Grosso modo, este trabalho atribui à *situação social* de construção da hidrelétrica as questões de representações, de atos rituais, de normas, de valores e de moralidades que compõem, polissemicamente, uma ordem de relações morais. A heterogeneidade dos atores envolvidos e a variedade de eventos compõem as complexas interações em torno da realidade da hidrelétrica, obrigando os atores a reordenarem e re-significarem suas posições e perspectivas.

## PALAVRAS CHAVES

Evento-situacional, desenvolvimentismo, ambientalismo, moralidade camponesa, campo semântico, hidrelétrica.

## ABSTRACT

The aim of this thesis is to describe and analyze the dynamics of the changes occurred during the construction and operation of the Corumbá IV hydroelectric plant. In that period, one is able to observe the competition among different ways of symbolizing the territory and its resources, mainly, moral economy of the peasant, enterprising concepts of development and environmentalist perspectives. The hypothesis of this research is the following: In the hydroelectric context, relationships among social actors create an particular symbolic field. In other words, this work is about the social change, ritual deeds, rules and moral values constituents of a new symbolic order.

## KEY WORDS

Moral of the peasant, development, ambientalism, hydroelectric, social change, ritual deeds.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a instituição, CEPPAC/ICS/UnB, por me oferecerem tamanha dádiva em forma de qualidade de ensino, bolsa e excelentes professores que contribuíram para a realização desta dissertação. Também quero homenagear um jovem professor que vem despontando com as melhores qualidades de um cientista, professor Crithian Teófilo da Silva, que assumiu minha orientação nos momentos finais de pesquisa e auxiliou no aprimoramento das análises e do texto. Ao professor Klaas Woortmann que merece toda minha consideração e respeito por tudo que fez para que esta pesquisa se realizasse e pelos excepcionais textos sobre campesinato que escreveu e escreve, tornando todas as pesquisas subseqüentes muito mais fáceis de serem realizadas. Quero agradecer ao corpo docente do Centro com quem muito aprendi, em especial, as professoras Ana Maria Fernandes, Sônia Ranincheski, Mireya Suárez e Maria das Graças Rua. Sou profundamente grato pelos ensinamentos! Não poderia deixar de agradecer aos professores Henrique Castro e Lúcio Rennó pelas belas lições de ciência política, principalmente, sobre métodos quantitativos e capital social. Aos professores Luís R. Cardoso de Oliveira e Luís Eduardo Abreu por seus qualificados comentários na defesa desta dissertação. Também aos professores Paul Little e Ellen Woortmann por participarem da qualificação do projeto. Por fim, ao corpo discente e os servidores da secretaria que são companheiros para qualquer empreitada. Em especial, em memória do professor Roberto Cardoso de Oliveira e suas elucidativas interpretações sobre a teórica e os métodos das ciências sociais que muito contribuiu para a excelência acadêmica do CEPPAC.

## ÍNDICE

<b>ACRÔNIMOS &amp; SIGLAS</b>	07
<b>INTRODUÇÃO</b>	09
<b>MAPAS</b>	39
<b>CAPÍTULO 1</b> Alguns Níveis de Articulação Teóricos e Empíricos	41
<b>CAPÍTULO 2</b> Os agrupamentos-redes e o Licenciamento Ambiental: A desapropriação de terras para construção da UHE Corumbá IV	84
<b>CAPÍTULO 3</b> Quais são as categorias, termos e expressões que simbolizam as interações de compra/venda de terras desapropriadas?	121
<b>CAPÍTULO 4</b> Terra como morada, sistema produtivo e a formação de novas concepções sobre a terra e a natureza	138
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	150
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	154
<b>ANEXOS 1 – Mapas e Fotos</b>	162
<b>ANEXO 2 – Tabelas</b>	167

## ACRÔNIMOS & SIGLAS

AGMA – Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

AGETOP – Agência Goiana de Transportes e Obras

AHE – Aproveitamento Hidrelétrico

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APP – Área de Preservação Permanente

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAESB – Companhia de Águas e Esgotos de Brasília

CCSA – Corumbá Concessões S.A.

CCU – Contrato de Cessão de Uso

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente

CRAB – Comissão Regional de Atingidos por Barragens

DAIA – Distrito Agro-Industrial de Anápolis

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

LI – Licença de Instalação; LO – Licença de Operação; LP – Licença Prévia

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

PACUERA – Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial

PBA – Plano Básico Ambiental

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial dos Municípios

PGR – Procuradoria Geral da República

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

TAC – Termo de Ajuste de Conduta

UHE – Usina Hidrelétrica

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho realiza uma reflexão sobre as interações entre pessoas e agências envolvidas na instalação-operação, desapropriação de terras e regulamentação ambiental da Usina Hidrelétrica Corumbá IV. O maior desafio está em *compreender*<sup>1</sup> o processo de formação de significados presentes na interação entre os atores envolvidos na *compra-venda* (pagamento de indenização) e *regulamentação-adaptação* das normas ambientais (territorialidades) no contexto da hidrelétrica. A interação entre agências e atores exige postura de incorporação de novas categorias e concepções para viabilizar o enquadramento das mudanças normativas trazidas pela hidrelétrica com relação ao meio-ambiente e para buscar acordos sobre indenização das terras desapropriadas.

Acordo relaciona-se tanto à perspectiva da ação comunicativa, em que “o almejado ‘ponto de vista moral’, anterior a todas as controvérsias, orienta-se de uma reciprocidade fundamental embutida no agir orientando para o entendimento mútuo” (Habermas 1989: 197) quanto à postura dos próprios atores e agências, que declaram, discursivamente, sua intenção de buscar uma “**negociação amigável**” (na perspectiva do empreendedor), um **combinado/acerto** (na perspectiva camponesa) ou estabelecer os “**termos negociais**” (na perspectiva agências licenciadoras). Essa discussão será desenvolvida no capítulo 3, após contextualização que caracterize a dimensão do “mundo vivido”. O termo ator trás o sentido de personagem/papel nas relações face a face, ao passo que o termo agências nos remete às práticas e ações constituídas pelos agrupamentos-redes. Essa diferenciação pode ter como referência a tipificação recíproca

---

<sup>1</sup> Assumo uma vertente hermenêutica (interpretativa) das Ciências Sociais que se inspira em Gadamer, Apel e Habermas para tentar substituir o enfoque objetivante do positivismo – no qual o cientista social se situa como um observador neutro diante do objeto – pela postura da compreensão que supõe a imersão do intérprete em seu objeto, a cultura (Habermas 1980: 12).

das ações dos indivíduos que, no contexto das relações cotidianas, Berger e Luckmann ([1966] 1985:69-172) denominam de *institucionalização*<sup>2</sup>.

Ainda no âmbito das definições, prefiro a noção de *agrupamento* à de *grupo* por considerar que esta pressupõe uma idéia de unidade mais forte do que pretendo atribuir ao termo *agrupamento*. Na tentativa de promover uma aproximação descritiva das dinâmicas interativas que vinculam os *agentes* envolvidos na realização da hidrelétrica, considero que seja necessário realizar certo alargamento conceitual. Por isso, tendo a utilizar o par de termos ou conceitos, agrupamento-rede, que permita representar melhor as interações empíricas observadas. Inicialmente, é preciso desconstruir a idéia de uma “unidade etnográfica” hermética<sup>3</sup>, na medida em que as *associações* entre as pessoas se apresentam menos em termos de um *grupo étnico* ou de uma *identidade* fundadora de grupos/comunidades, mas principalmente em termos de associações por interesses, de associações morais, de associações pragmáticas, de relações normativas (trabalhistas, ambientais etc.). A noção de rede pode ajudar-nos a compreender as conexões entre os níveis de interações que compõem a realidade da hidrelétrica.

A noção de rede tem sido usada em vários tipos de estudos empíricos e teóricos, sendo que as definições e as ênfases dadas variam consideravelmente de um estudo para

---

<sup>2</sup> Não quero reproduzir a dicotomia indivíduo/sociedade tão presente nas interpretações sobre o social que advém de um entendimento que o mundo é formado por normas e práticas. Justamente, as normas como o social e as práticas a ação do indivíduo. O pensamento de Lévi-Strauss oferece uma solução parcial às antinomias indivíduo/sociedade e natureza/cultura ao anulá-las num esquema teórico voltado para as estruturas mentais dos mitos e os sistemas simbólicos do pensamento cosmológico dos grupos. Segundo Viveiros de Castro, o inconsciente seria o “lugar onde se anulariam as antinomias natureza/cultura e indivíduo/sociedade” (2000:305-309), porém, para Viveiros de Castro essas antinomias irão reaparecer na antropologia de Lévi-Strauss na forma de outros pares dicotômicos história fria/quente, pensamentos selvagem/domesticado.

<sup>3</sup> Assim, ainda no caminho de realizar um recorte empírico-teórico a ser abordado por este trabalho, Marcus & Fischer (1986) apontam para a necessidade contemporânea de se pensar em etnografias multilocalizadas em que o objeto estudado não pode ser compreendido apenas observando acontecimentos parciais. A proposta é partir de uma possível relação entre uma etnografia modernista (nos termos de Marcus) que aponta para a importância de se observar semelhanças e diferenças entre o global e o local e exige dos pesquisadores habilidade de ver “tudo e em toda parte” como condição para perceber a diversidade, no intuito de relacionar com uma abordagem global que, caricaturando, consiste em buscar a conexão entre as culturas, ou seja, consiste em dizer que “tudo está conectado” (SAPIR 1970).

outro<sup>4</sup>. No contexto da hidrelétrica, podemos considerar que os atores envolvidos em diferentes dimensões participam de interações e trocas que serão pensadas como agrupamentos-redes de solidariedade, conflitos e associação. Assim, os **proprietários, trabalhadores rurais, posseiros e roceiros** que tiveram suas terras parcial ou totalmente desapropriadas para a construção da usina hidrelétrica podem ser interpretados como “vivendo em redes” (Bott 1976: 294). Por sua vez, a diretoria, os empregados, os engenheiros e os acionistas da concessionária<sup>5</sup> de serviço público Corumbá Concessões S.A. podem ser interpretados como operando *em rede* quando se trata de seus interesses na hidrelétrica. Por fim, o IBAMA, a Procuradoria Geral da República (PGR) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) podem ser pensados como associados agindo em prol da diminuição das assimetrias entre os dois atores e agências principais. Para tanto, cada um se utiliza de suas práticas, da legislação ambientalista, das garantias e direitos individuais para promover uma maior *legalidade*<sup>6</sup>. Em suma, a escolha de trabalhar com o conceito de *agrupamento-rede* constitui tentativa de conciliar as noções de *network* (em uma acepção empirista britânica) e de *rets* (em uma acepção racionalista francesa). Para Barnes<sup>7</sup> (1969 citado por Bott 1976: 299) rede é:

---

<sup>4</sup> a idéia de usar o conceito de rede sistematicamente em vez de metaforicamente foi, em primeiro lugar, desenvolvido por John Barnes, em sua análise de uma aldeia de pesca na Noruega (Barnes, 1964). O material empírico que descreveu podia ser parcialmente analisado com os conceitos habituais de ‘campo’ e de ‘grupo corporativo’. No entanto, Barnes desenvolveu a idéia de rede para dar apoio à análise daquilo que ele chamou de ‘terceiro campo’ do parentesco, da amizade e da classe social, onde o conceito de grupo corporativo não parecia aplicável. Esse autor deixou bem claro que, ao estender o uso do conceito de rede, estava elaborando o uso metafórico de Radcliffe-Brown (1940) e a idéia de Fortes de que o parentesco e os laços de afinidades fornecem uma ‘teia’ unindo grupos de descendências unilinear (Fortes, 1940).

<sup>5</sup> Concessão é a decisão administrativa que dá o direito de explorar ou utilizar um bem público. Esta decisão depende da vontade das autoridades que fixam unilateralmente as condições (Terminologia Energética; Edição da Comissão Nacional Portuguesa da Conferência Mundial da Energia; 1986)

<sup>6</sup> Legalidade se diferencia de legitimidade e de reconhecimento como demonstram alguns dos trabalhos de Luís R Cardoso de Oliveira (2001).

<sup>7</sup> “Redes sociais e Processo Político”; In: Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos.

*“... é uma abstração de primeira ordem da realidade e contém a maior parte possível das informações sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde...”* (Barnes 1969: 57; apud Bott 1976: 299).

Por um lado, essa tradição empirista destaca a dimensão empírica que se reflete na concepção de rede. Por outro lado, a tradição racionalista francesa, representada em Latour, destaca a construção de idéias nas relações em torno de associações específicas:

*“A palavra rede indica que os recursos estão concentrados em poucos locais – nas laçadas e nos nós – interligados – fios e malhas. Essas conexões transformam os recursos esparsos numa teia que parece se estender por toda parte (...) A noção de rede nos ajudará a conciliar os dois aspectos contraditórios da tecnociência e entender como tão poucas pessoas podem parecer ‘cobrir’ o mundo”* (Latour [1994] 2005:294).

As concepções sobre rede das duas tradições, a meu ver, estão interligadas, porém, a empirista enfatiza as conexões entre pessoas via relação face a face e a racionalista complexifica as associações ao pôr ênfase na relação de interesses, idéias e objetos presentes nas interações entre os vários níveis. Bruno Latour procura desfazer a distinção entre objeto e sujeitos por meio das associações entre os humanos e “não-humanos”, ou seja, reinterpreta a composição do mundo social pela descrição dos inúmeros processos que constroem as realidades em redes e vinculam atores (humanos ou não-humanos), não pela simples abreviação dos processos políticos ou sua racionalização explicativa.

Portanto, são nos agrupamentos-redes que identifico o terceiro ponto da formação da consciência moral, cuja delimitação é feita por Durkheim em seu texto “Determinação do Fato Moral”: “se existe uma moral, ela não pode ter por objetivo senão o grupo formado por uma pluralidade de indivíduos associados (...) A moral começa, pois, onde começa a ligação com um grupo, qualquer que ela seja” ([1906] 1970: 45). A associação entre as pessoas que formam os agrupamentos-redes é regida

por interesses comuns, valores compartilhados, proximidade espacial, circunstâncias, situações e eventos que transformam os sistemas simbólicos em instrumentos de interpretação e de comunicação. A heterogeneidade dos envolvidos e a variedade de acontecimentos configuram as complexas interações em torno da realidade da hidrelétrica enquanto fator aglutinador das relações. Para delimitar os atores e as agências envolvidas nas *situações*<sup>8</sup> de construção da hidrelétrica Corumbá IV poderíamos sistematizar da seguinte maneira: (a) Corumbá Concessões S.A. (diretoria, engenheiros agrônomos e empregos *envolvidos* no processo de desapropriação de terras, pagamento das indenizações, negociações para a formação da *Área de Preservação Permanente*); (b) **proprietários**<sup>9</sup> que tiveram suas terras parcial ou totalmente desapropriadas para a instalação da hidrelétrica; (c) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e representantes locais que, apesar de terem tido uma atuação muito limitada no contexto da Corumbá IV, contribuem com a incorporação de categorias, tais como **atingido** e **impactado** em algumas localidades que foram envolvidas no entorno do reservatório; (d) legislação ambiental, órgãos públicos federais, estaduais e municipais (IBAMA, Procuradoria Geral da República, Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Hídricos<sup>10</sup>, prefeituras municipais), que representam o Estado

---

<sup>8</sup> A noção de situação de Max Gluckman (1987) é útil para analisarmos, a partir de um acontecimento, a interação entre diferentes redes/sistemas políticos. A noção de situação será trabalhada na próxima seção.

<sup>9</sup> Ao longo deste trabalho, as categorias nativas aparecem em **negrito**. O termo **proprietário** já foi identificado na região centro-oeste, desde 1972, pelas pesquisas coordenadas pela professora Mireya Suárez. A autora atribuiu ao seu significado “referir-se ao titular de qualquer propriedade, incluindo os grandes fazendeiros, identifica a categoria de pequenos produtores que são titulares das terras que exploram” (Mireya 1982). Agora, nesse novo contexto da hidrelétrica, o termo surge não apenas como termo presente na linguagem técnico-burocrática do **Licenciamento Ambiental**, mas também como palavra utilizada pelos donos das terras também denominados **roceiros, posseiros e trabalhadores rurais**.

<sup>10</sup> Em 1999 na administração do ex-governador Marconi Perillo, substituíram-se a Femago e a Metais de Goiás S. Apela Agência Goiana de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Agência Ambiental de Goiás, Lei n.º 13.550 de 11 de novembro de 1999. Fonte: <http://www3.agenciaambiental.go.gov.br/site/principal/>

tanto na normatização das relações, quanto na regulamentação socioambiental dos *territórios*.

As interações são observadas partir de dois eixos que organizam as ações e posições entre as agências, proprietários e MAB: (1) as regras, etiquetas e concepções sobre o processo de desapropriação que deveria implicar *acordo* sobre preço de indenização (nem sempre há acordo e as questões são judicialmente tratadas); (2) as diferenças de perspectivas sobre a relação *natureza/cultura* que os agentes, principalmente os **proprietários** locais, precisam incorporar para cumprir as exigências ambientais, assim como os conflitos dessas exigências e as diferentes perspectivas territoriais. Esses são os dois eixos organizacionais que considero explicativos das realidades *situacionais*<sup>11</sup> do empreendimento hidrelétrico Corumbá IV.

Considero que o contexto de construção (*instalação e operação*) da usina hidrelétrica Corumbá IV é palco privilegiado para se observar a interação política entre diferentes atores e agências que projetam nos discursos suas perspectivas decorrentes da posição que ocupam nas *situações* emblemáticas que compõem os dilemas, as moralidades e as questões estruturadas em vários níveis. No contexto de formação do reservatório e de construção da UHE Corumbá IV, esta dissertação discutirá a interação entre quatro perspectivas diferentes: (1) a dos desenvolvimentistas representados pelos acionistas e credores da concessionária Corumbá Concessões S.A.. (Banco de Brasília, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal, Companhia de Energia de Brasília, Serveng Civilsan S.A., Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, diretores, engenheiros e técnicos); (2) a dos os legalistas que buscam a regulamentação ambiental e o cumprimento dos direitos e garantias individuais

---

<sup>11</sup> No capítulo 1, faço uma articulação teórica que relaciona a noção de *situação* de Max Gluckman (1989) com a idéia de evento de Marshall Sahlins (1987) para interpretar esse contexto.

(Procuradoria Geral da República, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Agência Goiana de Meio Ambiente, advogados); (3) a dos ambientalistas, que se dividem em socioambientalistas e *preservacionistas*<sup>12</sup> (GeoAmbiente<sup>13</sup>; servidores do IBAMA); e (4) a dos camponeses ou das pessoas que tiveram suas terras desapropriadas (pequeno produtor rural, pecuaristas, agricultores, grandes produtores de soja, **posseiros, roceiros**). É esse complexo cenário de relações entre normas positivadas (legislação), institucionalização, ações de agências, ações de sujeitos com *discursos, ideologias e moralidades* que esta dissertação pretende compreender a dimensão das interações, associações e formulações que ordenam os processos de territorialidades, de realização das perspectivas e dos contágios discursivos no nível dos *terminais de relações* (Wolf [1956] 2003) em que os atores, discursos e perspectivas interagem.

## A) DESAFIOS EMPÍRICOS E ANALÍTICOS

Numa dimensão mais específica, esta dissertação versa sobre as relações entre os atores e agências envolvidos no contexto de *instalação e operação* da Usina Hidrelétrica Corumbá IV<sup>14</sup>, tendo como foco de discussão a formação de *moralidades*.

---

<sup>12</sup> A consolidação do movimento ambientalista nos últimos trinta anos, também modificou a dinâmica territorial no Brasil. Ambas vertentes, o preservacionismo e o socioambientalismo, produziram impactos diferenciados em relação aos territórios sociais no país. O “preservacionismo territorializante”, parte de uma lógica instrumental do Estado de controle e planejamento das áreas protegidas, mediante decretos e leis específicas, ainda persiste na legislação e práticas correntes de analistas ambientais. O problema maior se circunscreve à proposição de expulsão dos povos tradicionais, quando há a sobreposição das áreas protegidas e seus territórios sociais. O impacto ocasionado pelo processo de expansão da fronteira desenvolvimentista, é intensificado pelos mecanismos jurídicos e administrativos, que impõem a aceitação da indenização ou a política de reassentamento compulsório como solução.

<sup>13</sup> GeoAmbiente é uma ONG ambientalista que atua na região de Corumbá IV. Eles possuem um posto-avançado para atuações de fiscalização ambiental na BR – 060 na divisa entre Santo Antônio do Descoberto e Alexânia.

<sup>14</sup> A instalação e a operação são convenções que delimitam dois momentos das hidrelétricas. O momento de instalação é o período dos EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental), da liberação da Licença Prévia de Instalação quando o empreendedor inicia os estudos mais detalhados sobre a construção e parte do PBA para se conseguir a Licença de Instalação. Após a licença

O objetivo geral é descrever e analisar as dinâmicas de mudanças provocadas e negociadas no contexto de construção (instalação e operação) da usina hidrelétrica (UHE) em que modos de simbolizar o *território* e seus recursos entram em concorrência, notadamente, *moralidade camponesa*, concepções ambientalistas e perspectivas *desenvolvimentistas*<sup>15</sup>.

Os principais desafios enfrentados por esta dissertação são de duas ordens: (1) empíricos, descrever eventos e discursos emblemáticos capazes de representar as atuações, associações, relações e cooperações entre os agentes formuladores da realidade estudada; e (2) analíticos, formular análise crítica apta a dar conta da complexidade e da heterogeneidade dos processos nos quais os agentes estão envolvidos. Para enfrentar tamanho desafio, esta dissertação percorre discussões clássicas e contemporâneas para formular abordagem teórico-metodológica que consiga criar caminhos específicos para compreender as particularidades deste recorte empírico-analítico. Essas duas dimensões contempladas no trabalho não são, a priori, separadas. A separação se faz necessária para se viabilizar a análise e a apresentação do texto. Contudo, o desafio último é formular um texto que integre esses aspectos da pesquisa.

Esta dissertação opta por descrever, ordenar e analisar a complexidade interacional por meio de uma abordagem que vincule os *eventos*, a situação de construção da hidrelétrica e as *redes* à dimensão moral *sui generis* que constrói significados particulares sobre os sujeitos, os agrupamentos-redes e as perspectivas implicadas. O desafio empírico está exposto no exercício de descrever a complexidade

---

de instalação, os órgãos reguladores e licenciadores autorizam a construção da usina. A operação é o momento de funcionamento da usina em que ela produz energia. Essa fase de operação demanda a Licença de Operação que é espedida pelo órgão licenciador (IBAMA ou agências ambientais estaduais).

<sup>15</sup> As noções de território, ambientalismo, desenvolvimentismo e moralidades serão discutidas ao longo do capítulo 2 e 3. Por hora, basta ficarmos atentos para a dicotomia na percepção da terra como recurso material, presente nas concepções desenvolvimentistas e ambientalista, em contraste com a percepção de terra como morada dos denominados camponeses.

das agências e atores e suas interações dentro de eventos delimitados teoricamente pelo pesquisador. O desafio analítico, por sua vez, não se limita ao caminho teórico-metodológico percorrido para construir as conclusões desta pesquisa, mas, constitui também condição para que as explicações dos *eventos* e dos significados reunidos num texto etnográfico se tornem inteligíveis para os leitores.

Assim sendo, é importante reconhecer que tanto o desafio empírico quanto o analítico são parte de um mesmo processo, separáveis apenas para efeito de apresentação, mas que, de fato, compõem um único desafio que é o de compreender uma realidade socionatural em mudança. As perguntas que orientam este trabalho buscam articular as dimensões empíricas e teóricas, a saber: como atuam os atores envolvidos no contexto da usina hidrelétrica Corumbá IV e quais são suas ações vinculadas à hidrelétrica? De que modo esses agentes se vinculam e se relacionam em ação? As interações no contexto da hidrelétrica produzem um campo semântico próprio?

## **B) METODOLOGIA, CONDIÇÃO DE CAMPO, ETNOGRAFIA E *SURVEY*.**

A elaboração de noções e objeto de pesquisa – desenvolvidos ao longo deste trabalho a partir de um campo etnográfico centrado no contexto de hidrelétricas – será uma tentativa de ordenar a heterogeneidade das perspectivas e situações apreendidas em três anos de imersão na temática engendrada por projetos hidrelétricos. Os dados, as descrições e as situações etnográficas analisadas nesta dissertação foram elaboradas com base em duas ocasiões:

(1) Por ocasião de trabalho no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em que o empréstimo para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Cana Brava, município de Cavalcante e Minaçu, provocou grande mobilização do Movimento dos

Atingidos por Barragens (MAB) devido ao *Programa de Reassentamento Involuntário* implementado pelos empreendedores que não contemplou satisfatoriamente as famílias desapropriadas (propriedades de produção familiar, trabalhadores rurais, garimpeiros) daquela região<sup>16</sup>. A política de reassentamento involuntário que o BID define o conceito de **impacto** a partir da idéia de **elegibilidade**. Tal idéia é utilizada para definir quem tem direito a indenizações, compensações ou mitigações e seu uso aplica-se não apenas aos casos específicos de Reassentamento Involuntário estabelecido pela Política Operacional (OP-710), mas também para as várias outras operações do Banco, tais como empréstimos e cooperações técnicas. Pode-se dizer que essa é uma categoria fundante do *modus operandis* do Banco (Medeiros 2006);

(2) A segunda ocasião refere-se à consultoria realizada junto a Corumbá Concessões S.A., por exigência de *Termo de Ajuste de Conduta* (TAC) e *Licença de Operação* (LO) emitidos, respectivamente, pela PGR e pelo IBAMA. Ambos exigiam do empreendedor “realizar estudo descritivo analítico detalhado sobre as comunidades rurais (...) que estão sujeitas à fragmentação compulsória em decorrência da implementação/operação do AHE Corumbá IV”. Essa exigência foi descrita no Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que retificava a Licença de Instalação (02/2005), e foi, posteriormente, incluída nas condicionantes da Licença de Operação N°514/2005, emitida pelo IBAMA. Para cumprir as condicionantes da Licença de Operação, a Corumbá Concessões S.A. teve de contratar uma equipe multidisciplinar de nove antropólogos, um agrônomo e um engenheiro florestal, formando, assim, uma equipe independente e autônoma para realizar diagnóstico propositivo sobre as questões

---

<sup>16</sup> Documento/política do BID intitulada Política Operacional de Reassentamento Involuntário (OP – 710) que designa os procedimentos operacionais para os casos em que seja necessário o deslocamento de pessoas para a construção de obras de infra-estrutura em que o Banco financie.

emergentes do licenciamento e para apontar ações mitigatórias de **impactos**<sup>17</sup>. O diagnóstico terminou no dia 21 de janeiro de 2007, após um ano e três meses de trabalho. Fui um dos coordenadores da equipe e participei de boa parte do trabalho de campo e escrita do diagnóstico. Isso me permitiu obter muitas informações, as quais usarei nesta dissertação. Não podemos deixar de notar que a exigência de trabalhos etnográficos representa importante mudança na perspectiva do Estado, devido à inclusão de antropólogos e cientistas sociais no quadro técnico dos órgãos públicos. Essa situação é interessante porque confere à antropologia e as ciências sociais o status de Ciência capaz de acessar com maior eficiência as demandas das populações **impactadas**.

Apesar de fazer uso de *surveys* e de dados produzidos coletivamente para os diagnósticos, priorizarei os dados produzidos, “coletados” e experimentados por mim durante os trabalhos de campo e a elaboração dos diagnósticos, o que me responsabiliza pelos erros e pelas interpretações. A imersão nesses dois contextos – o de instalação e o de operação de hidrelétricas – compõe parte significativa da matéria-prima deste trabalho, pois, os eventos, as redes, os conflitos de territorialidades e a intersecção de moralidades analisados foram observados e apreendidos durante a realização de Diagnósticos e Auditorias independentes contratados pelos empreendedores ou financiadores. Graças à essa condição de campo, pude ter acesso não só a dados, documentos, conversas e entrevistas formais, mas também à importante dimensão informal de deliberações, acordos e negociações que só ficam acessíveis ao pesquisador após longo período de interação com os sujeitos-atores pesquisados. Apesar de o contexto referente à UHE Cana Brava ser bastante rico e interessante para as questões aqui levantadas, limitarei minhas descrições e análises ao contexto da UHE Corumbá IV

---

<sup>17</sup> Essa categoria será discutida na próxima seção (c).

por duas razões: primeiro, porque obtive melhor aprofundamento empírico, e segunda, em razão da complexidade do caso a que se referem as interações entre os agentes-atores, permitindo análise mais detalhada das questões teóricas. Contudo, a experiência do contexto UHE Cana Brava serve para contrapor os argumentos e adensar as hipóteses.

Se entendermos metodologia como sendo a totalidade dos procedimentos de investigação de um problema e das técnicas que julgamos adequados para uma satisfatória elucidação das hipóteses de pesquisa (Barretto 1997: 23), o método utilizado nesta pesquisa foi predominantemente etnográfico. É importante observar como alguns autores tratam a questão do recorte etnográfico. Sahlins (1997), por exemplo, debate o problema da localidade etnográfica com um único centro, o que considera como obstáculo à compreensão de sistemas de relações e produção de significados. Marcus & Fischer (1986) também apontam para a necessidade contemporânea de se pensar em etnografias multilocalizadas. Leach (1996) é outro autor que nos mostra que, para compreender identidades coletivas, é preciso focar nas transações, as quais não podem ser observadas a partir de uma concepção de campo com um único centro. Latour (2000) desenvolve o conceito de redes como elemento fundamental para compreender transações de interesses, objetos, pessoas e conhecimento. A moralidade camponesa, as concepções desenvolvimentistas e ambientalistas, as legislações e as perspectivas que interagem no contexto da hidrelétrica são produzidas em diferentes lugares etnográficos no que é classificado pelos atores e agências responsáveis pela hidrelétrica de **entorno do reservatório**. Portanto, os escritórios onde se produzem os instrumentos necessários ao processo de licenciamento, passando pelos mais diferentes fóruns de discussões sobre direitos humanos, recursos hídricos, produção de energia e financiamento de projetos de infra-estrutura formam o todo abstrato de construção da hidrelétrica.

Minhas análises foram realizadas com base em entrevistas semi-estruturadas, análises de documentos, conversas e observações-participantes de, aproximadamente, 351 propriedades (famílias)<sup>18</sup>, em um total de 634 proprietários que tiveram terras desapropriadas no contexto da UHE Corumbá IV. Os 351 proprietários correspondem às categorias emergentes do Licenciamento Ambiental<sup>19</sup>, a saber: espólio, construção na Área de Preservação Permanente (APP), propriedades com remanescente menor que módulo rural (dois hectares para todos os municípios, exceto Silvânia, que registra três hectares como módulo rural), módulo fiscal (40 hectares) e problemas com a malha viária. Estas dizem respeito tanto a pessoas que perderam acesso a suas terras e aos serviços públicos, quanto ao aumento das distâncias, circunstância gerada pela criação do reservatório, causando desestruturação, perda de relação de parentesco e vizinhança. Deve-se ao recorte empírico a opção de tratar as pessoas como desapropriados, e, não, como impactados ou atingidos, como faz a maioria dos trabalhos sobre hidrelétricas. **Impactado** e **atingido** são termos que tentam legitimar direitos que estão além da desapropriação de terras. No entanto, adotá-los ampliaria demais meu objeto. Por essa razão, analisarei apenas as pessoas que tiveram terras expropriadas pelo poder público federal para a instalação do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Corumbá IV. Além disso, na perspectiva deste trabalho, **impacto** e **atingido** são categorias nativas e serão pensadas como tais para melhor compreensão das dinâmicas do contexto estudado.

---

<sup>18</sup> A categoria “propriedades”, “proprietários” e “glebas” emergiu quando da negociação das terras, sendo cunhada no processo de implantação da UHE Corumbá IV, o que justifica seu uso enquanto categoria nativa para esta dissertação.

<sup>19</sup> *Licenciamento Ambiental* – conjunto de procedimentos técnico-legais exigidos para que uma UHE seja instalada e possa operar conforme as exigências de vários agentes responsáveis por criação de direitos e identidades. Limitarei minha abordagem do licenciamento ambiental a basicamente duas peças técnico-científico-jurídicas, a saber: Licença de Instalação (considero que o EIA-RIMA, apesar de anterior a Licença de Instalação, faz parte dela) e a Licença de Operação, respectivamente LI e LO.

### C) APRIMORAR OS CONCEITOS PARA MELHOR COMPREENDER AS CATEGORIAS NATIVAS: IMPACTO/ATINGIDO E “PREJUDICADO”<sup>20</sup>.

Os termos **impactado** e **atingido** são amplamente utilizados pela literatura especializada. A eles se referem alguns documentos técnico-burocráticos, que compõem o Licenciamento Ambiental, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e os expropriados, sobretudo em razão da influência de agentes externos. Apesar de esses termos pretenderem representar a realidade das pessoas que tiveram suas terras inundadas e seu modo de vida modificado pela hidrelétrica, eles contam apenas parte da história. Ou seja, é uma categoria nativa dos agrupamentos-redes técnico-burocráticos. Pelo que pude constatar, bibliograficamente, o termo **atingido** reflete uma categoria que está na origem da criação do MAB nos primeiros enfrentamentos do CRAB de Itamachadinho (Comissão Região de Atingidos por Barragens) que Aurélio Vianna (1996), ao analisar o processo de “enfretamento” na região de Lajeado Pepino, utilizou para definir a condição das pessoas desapropriadas. Sandra Faillace (1989), antes de Vianna, elabora definição da categoria de atingido da UHE Itá (RS/SC): “termo regional utilizado para designar os colonos que seriam deslocados com a implantação das barragens” (1989:279). É desse modo que, como toda categoria, **atingido** também tem local e contexto de formulação. Penso que esse termo trás antes a dimensão empírica de outras regiões do país, que propriamente o contexto do campesinato goiano<sup>21</sup>. Poderia inferir, sem deixar, contudo, de correr o risco de equívoco, que esse termo foi

---

<sup>20</sup> A síntese de Abreu (2005) ao analisar os jogos de palavras na prática política dos congressistas, “em alguns contextos, as palavras organizam ou desorganizam a troca das coisas; em outros, a determinam; em outros ainda as palavras são, elas mesmas, prestações” (2005: 351), trás a dimensão de primazia da linguagem para a análise antropológica quando se trata de poder e troca, a abordagem deste item busca justamente equacionar as nuances de termos muitas vezes naturalizados, tais como atingido e impacto, no contexto de obras de infra-estrutura.

<sup>21</sup> Carlos Brandão (1986) faz um estudo amplo sobre a organização de sistemas de parentesco, acesso e uso da terra numa tentativa de explicar uma moralidade camponesa do centro-oeste, faço referência para um diálogo que será exposto no capítulo 4.

nacionalizado no momento de nacionalização do MAB que tem forte influência dos antigos CRABs da Bacia do Rio Uruguai; mas, isso é tema para outra investigação. Contudo, essa categoria vem sendo apropriada por outros contextos sociais. Para Carlos Vainer (2003), **atingido** seria uma noção fundamentalmente em construção:

“ a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores. Em outras palavras, estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por determinado empreendimento significa reconhecer como legítimo – e, em alguns casos, como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. Isto explica que a abrangência do conceito seja, ela mesma, objeto de uma disputa. Entende-se que sendo essencialmente uma categoria social em disputa, a noção de atingido varie no tempo e no espaço, conforme os contextos políticos e culturais e, por que não dizê-lo, em consonância com o desenrolar e desenlace dos conflitos opondo diferentes atores sociais envolvidos no processo de concepção, implantação e operação de projetos hidrelétricos” (2003:2)

Portanto, para pensarmos na realidade do *centro-oeste*<sup>22</sup>, na perspectiva dos **proprietários, posseiros e roceiros** desapropriados, essas categorias (**atingido e impactado**) não seriam apropriadas. Na área do que é agora o entorno do reservatório de uso múltiplo Corumbá IV, o termo mais empregado pelos expropriados para expressar as mudanças é **prejudicado**. Em algumas falas o termo aparece do seguinte modo:

“Nós aqui fomos muito **prejudicado** com essa barragem. Ninguém tem mais um roçado bom para tocar. Essa Corumbá foi

---

<sup>22</sup> A história de conflito agrário no centro-oeste começa com as expulsões de povos indígenas promovidas pelos bandeirantes no século XVIII e se intensificam no final do século XIX com a migração maciça de Minas Gerais e São Paulo (ver Mendonça 2005:271). E, continua o processo de ocupação, agora não mais com pessoas para lidar com terra devoluta e sim com hidrelétricas e pólos industriais para inscrever no território o **progresso**. De acordo com Barsanufi Borges: “O Centro-Oeste é uma criação do Sudeste, no que se refere ao setor agrário, pode ser considerado como uma ‘reserva de acumulação primitiva’ para a expansão do sistema capitalista, já que seu setor industrial é inexpressivo e cresce em função da renda gerada pelas atividades agropecuárias” (Borges, 2000: 74).

uma tentação que apareceu, desestabilizou tudo, inquietou o povo da região tudo. **Só prejudicou**”.

(José Gonzaga Arantes, Comunidade Barreiro da Boa Vista, Abadiânia, ao se referir ao seu desgosto por ter que vender parte de suas terras para a Corumbá Concessões S.A, 17/11/2006.)

“O cantinho [de terra] de melhor valor foi o que eles pegaram porque era na beira da água, então, deviam, pelo menos, indenizar um troco melhor para construir um barraco melhor porque ficamos sem a terra, sem as plantaçõezinhas que tinha no **quintal**, porque no caso de sair perde tudo. Aqui dá para desfrutar, mas se for preciso sair, eles podem vir uma noite e tirar tudo qualquer hora. Ficou muita gente **prejudicada** com isso porque fizeram de qualquer jeito e quem chegar para conversar e falar que tem de ser assim, desse jeito e pronto. Podia pagar uma coisa melhor e eles falavam que não, que se não aceitássemos tínhamos de ir para a lei. Muita pressão! Instruir as pessoas que não tinham experiência para negociar e acabaram sendo **prejudicados**”.

(Josué de Souza e Silva, Fazenda Pinguela, Santo Antônio do Descoberto, ao se referir a negociação para indenização com os representantes da Corumbá Concessões S.A. 23/08/2006)<sup>23</sup>.

Percebe-se que, na perspectiva dos camponeses expropriados pela AHE Corumbá IV, a categoria mais comum para expressar sua condição com relação as mudanças promovidas pelo Aproveitamento Hidrelétrico é **prejudicado** e não **atingido** ou **impactado**. Contudo, os termos **atingido** e **impactado** estão sendo incorporados ao léxico local por influência do empreendedor, do MAB e pela presença de pesquisadores de estudos exigidos pelo licenciamento ambiental.

Na perspectiva do MAB, do empreendedor e dos órgãos estatais, os termos **atingido/impactado** são operacionais porque, como constatou Maria Stela M. Moraes (1994), eles fazem parte de uma estratégia sociopolítica destinada a promover a *identidade de atingido*. Assim, quando se trata da dimensão do processo de

---

<sup>23</sup> Apesar de conhecer o caso do sr. Josué de Souza e Silva, esse depoimento não foi “coletado” por mim. Foi realizado por outro pesquisador que fez parte do *Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV*.

licenciamento ou das dinâmicas políticas do MAB, os termos **atingido** e **impactado** assumem conotações que dizem mais sobre os que denominam que sobre os denominados. À medida que as pessoas expropriadas são envolvidas em dinâmicas burocráticas, em que a “administração da diferença” se apresenta com sintaxe e léxicos próprios (exigências ambientais; laudos, diagnósticos técnico-científicos; *reconhecimento* de direitos), ocorre certa essencialização dos termos para que se crie uma *identidade de atingido*<sup>24</sup>, que serve ao propósito *de nomear, classificar e estratificar* as dinâmicas político-burocráticas (Martins 1993).

É claro que tanto **atingido**, quanto **impactado** tornam-se conceitos na análise de inúmeros trabalhos técnico-científico, contudo, o fato é que os sujeitos de outros agrupamentos-redes analisados neste trabalho fazem uso desses termos para definir posições e formular suas idéias, muitas vezes com base em estudos técnico-científicos. É o caso do empreendedor e do MAB. Ambos, mas para propósitos quase opostos, se utilizam desses termos para definirem posições diferentes. Tal constatação conduz à ponderação de que os termos não podem ser tratados como conceitos porque teriam uma variação muito grande para os diferentes discursos. Por essa razão, tanto **atingido** quanto **impactado** serão tratados aqui como *categorias* (em vez de identidades) *nativas*, por simbolizarem idéias e conceitos de determinados agentes-atores. Essa problemática se aproxima da relevante pergunta epistemológica que Clifford Geertz (1997) fez com base nas questões que suscitaram a publicação do Diário pessoal de Malinowski (1989): “como é possível que antropólogos cheguem a conhecer a maneira como um nativo pensa, sente e percebe o mundo?” (Geertz 1997: 86). A discussão sobre experiência próxima e distante de Clifford Geertz (1997) pode iluminar um pouco essa qualificação de conceitos e de categorias.

---

<sup>24</sup> Assim como foi discutido por Ribeiro (1992) e George Marcus (1990), os esforços de pensar a contemporaneidade envolvem questões relativas a problemática de formação de identidades.

Fazendo uso da distinção formulada pelo psicanalista Heinz Kohut, Geertz define os conceitos de “experiência próxima” e “experiência distante” da seguinte maneira:

“Um conceito de ‘experiência próxima’ é, mais ou menos, aquele que alguém – um paciente, um sujeito, em nosso caso um informante – usaria naturalmente e sem esforço para definir aquilo que seus semelhantes vêem, sentem, pensam, imaginam etc. e que ele próprio entenderia facilmente, se outros o utilizassem da mesma maneira. Um conceito de ‘experiência-distante’ é aquele que especialistas de qualquer tipo – um analista, um pesquisador, um etnógrafo, ou até um padre ou um ideologista – utiliza para levar a cabo seus objetivos científicos, filosóficos ou práticos” (Geertz 1997: 88).

Apesar de o nativo ser o detentor da “experiência próxima”, o pesquisador não precisa se tornar um nativo para compreender qual o significado atribuído por um grupo determinado a termos, conceitos, categorias e experiências. Segundo Geertz basta perguntar para eles e aproximar as experiências numa “comunhão de espíritos” (Ibidem: 107) ou numa  *fusão de horizontes*  na denominação de Gadamer ([1986] 2004). É com base nessa diferenciação que Geertz depreende de Malinowski a conclusão de que não é necessário ser um nativo para compreender as noções, as categorias e o  *modus vivendi*  do grupo pesquisado. A compreensão depende da habilidade para analisar seus modos de expressão, o sistema simbólico. A experiência próxima compreende categorias utilizadas no cotidiano, por exemplo: “fui **prejudicado** pela barragem” ou ainda “fomos **atingidos** pelo reservatório e deixar nossas casas para a água”. As experiências sobre os acontecimentos são compartilhados. Assim sendo, o trabalho de pesquisa consiste em captar conceitos da experiência próxima e estabelecer conexões com os da experiência distante. Atentando para o fato de que os primeiros não são reconhecidos como conceitos pelos informantes, enquanto os últimos, sim, são precisamente os conceitos teóricos criados pelos cientistas.

Em suma, as experiências que vinculam os termos **prejudicado**, **atingido** e **impactado** serão aqui analisadas para que possamos nos aproximar de seus significados dentro dos sistemas simbólicos. Dentre essas categorias, penso que só a de **prejudicado** estaria mais distante deste pesquisador, na medida em que as experiências que vinculam as categorias **atingido** e **impactado**, as quais em determinada dimensão, por seu turno, estariam mais próximas das discussões técnico-científicas que se aproximam das experiências de consultoria de que participei.

#### **D) PESSOAS E TERRITORIALIDADES**

A apresentação, mesmo que nominal, sem muito aprofundamento descritivo, dos espaços, lugares nomeados e **povoados/comunidades** e de seus respectivos municípios e rios, compreendidos na área do reservatório e da usina hidrelétrica Corumbá IV, é importante para analisarmos a paisagem sacionatural de que trata este trabalho. A caracterização espacial da região ajuda a percebermos as configurações relacionais, de um lado, entre as pessoas desapropriadas o *território*<sup>25</sup> e, de outro, entre os agentes-atores “**de fora**”<sup>26</sup> e a ordenação territorial, em perspectiva desenvolvimentista, ambientalista e camponesa (local). As desapropriações de terras e a tentativa de formação de uma APP fazem parte das interações que inscrevem as “verdades” de cada agrupamento-rede no território ao conceberem diferentes *modos de lidar* com a **terra**. Isto é, cada agrupamento-rede estabelece uma conduta moral (normativa) e ética (dever ser) para engendrar o território. Isso é justamente a definição, agora ampliada para uma discussão entre vários agentes-atores, de uma *ordem moral*. Para Woortmann (1990), a *ordem moral* presente numa ética camponesa está orientada para a forma de “perceber

---

<sup>25</sup> São as noções de “territorialidade múltiplas” (Haesbaert 2002) e “cosmografias” (Little 2001).

<sup>26</sup> Utilizo aqui uma expressão local “de fora” para caracterizar os agentes-atores externo a territorialidade local. A adoção dessa expressão impede que eu caia na dicotomia intero/externo.

as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra” (1990:11). Nesse sentido, podemos definir território como o espaço moralmente interpretado por estes ou aqueles agentes, conforme seus modos de conceber e de se relacionar com a terra/espaço.

Isso posto, faz-se necessário expor alguns dados gerais sobre a hidrelétrica no que se refere ao território. O reservatório da UHE Corumbá IV inundou áreas de sete municípios goianos e pequena parte do Novo Gama no Distrito Federal. Os municípios goianos que tiveram áreas inundadas foram: Abadiânia, Alexânia, Corumbá de Goiás, Gameleira de Goiás, Luziânia, Santo Antônio do Descoberto e Silvânia. O reservatório ocupa uma área de 173,3 km<sup>2</sup>, que inundou parcial ou totalmente 634 **propriedades**<sup>27</sup> num total de 27,5 mil hectares de terras adquiridos pela concessionária. O reservatório de uso múltiplo (geração de energia e abastecimento) funciona num regime de deplecionamento entre cotas (mínima 837 metros a máxima 842 metros) o que cria, em algumas localidades, grandes variações nas áreas inundadas durante os ciclos de chuvas e de seca característicos do cerrado.

Grosso modo, as pessoas envolvidas no entorno do reservatório são bastante heterogêneas, no que se refere à identificação (vinculação a identidades), rentabilidade, escolaridade e religiosidade. Em termos gerais, elas podem ser classificadas e diferenciadas por vários critérios, por exemplo, pela terra e pela sua rentabilidade: grandes fazendeiros, produtores de sojas ou de outras monoculturas; grandes pecuaristas que criam milhares de reses para corte e leite; pequenos produtores familiares que diversificam a produtividade da terra para o sustento da família e para

---

<sup>27</sup> Há divergências sobre estes números. Desse total de 634 propriedades, tive conhecimento documental de todos, mas apenas tive algum contato face a face com aproximadamente 200, identificados por categorias que surgiram ao longo do licenciamento, a saber: propriedades reduzidas a menos de um módulo rural; situação de espólio e o residente produtivo; alterações provocadas na/pela malha viária; construções e benfeitorias presentes na Área de Preservação Permanente; remanejados e realocados.

venda/troca/escambo do excedente. Diferenciam-se também por suas atividades laborais, como revelam os trabalhadores assalariados, que vendem sua mão-de-obra nas cidades (servidores federais e municipais; prestadores de serviços; empregados do comércio), havendo grande variação de cargos e salários indo de desembargadores a faxineiros. Há ainda vaqueiros/diaristas – que são empregados de grandes fazendas ou negociam serviços esporádicos com os grandes produtores que possuem, geralmente, pequena quantidade de terra –, posseiros, meeiros, que praticam agricultura familiar e diversificam sua produção para viabilizar a subsistência e arrendadores de terras alheias que produzem monocultura (soja, café, algodão), geralmente, na alta das *commodities*.

A usina se localiza no município de Luziânia e o reservatório se estende por todos os oito municípios. É importante termos uma idéia de como o reservatório de uso múltiplo (energia e abastecimento)<sup>28</sup> de Corumbá IV se constitui para que possamos ter uma idéia da dimensão de como ele incide sobre os municípios. A visualização do mapa ajuda a dimensionarmos (ver mapas na página 35)<sup>29</sup>. O reservatório possui várias ramificações de rios, córregos e riachos que o compõem. Há cinco principais braços onde, nas margens, estão a maioria das pessoas desapropriadas ainda residentes em suas terras de origem. Há também os casos dos totalmente desapropriados que tiveram que ser reassentados em outras terras ou migraram para cidade. O reservatório se caracteriza do seguinte modo:

(1) Na fronteira de Luziânia e Santo Antônio do Descoberto está o Rio Alagado, que teve seu fluxo alterado, inundado pequena parte de Novo Gama, principalmente a localidade de Três Vendas que fica às margens da GO-010. Em Luziânia, o Rio

---

<sup>28</sup> A captação de água ainda não está em operação, estando em fase de estudos. A produção de energia foi autorizada pela Licença de Operação N°. 514/2005 expedida em 22 de dezembro de 2005.

<sup>29</sup> É importante ressaltar que os mapas de modo geral representam uma perspectiva particular sobre determinado território, o mapa na página 35 em particular é parte de um levantamento arqueológico contratado pela Concessionária para cumprir exigências do Licenciamento. Esta dissertação faz uso dessa representação territorial para melhor descrever as características do reservatório Corumbá IV.

Alagado desapropriou famílias na localidade de Mandioccal, onde ficou o canteiro da obra e os milhares de operários responsáveis pela construção da barragem que já não se encontram mais no local. As instalações da Usina se encontram nesta localidade. Dentro do município de Santo Antônio do Descoberto desce o Rio Lagoinha que também teve seu volume modificado, desapropriando pessoas da localidade denominada Lagoinha onde se concentram alguns grandes proprietários.

(2) O Rio Descoberto é um importante afluente do reservatório onde se encontram várias localidades (Fazenda Santo André, Fazenda Pinguela, Fazenda Lagoinha, Fazenda Pontezinha, Fazenda Santa Rosa e Fazenda Santa Marta). Tais **comunidades/povoados**, como são denominados localmente, são distritos rurais do município de Santo Antônio do Descoberto. Antes de 14 de maio de 1982, essas localidades faziam parte do município de Luziânia, mas foram emancipadas e incorporadas ao município de Santo Antônio do Descoberto. Essas comunidades/povoados apresentam um forte viés camponês, com valores representativos do que Klaas Woortmann (1990) denominou *campesinidade* ou uma *ordem moral camponesa* que é constituída por valores como terra, família, comida e trabalho (essa temática é desenvolvida no capítulo 4). Nesta área, as pessoas estão bastantes identificadas com os valores articulados da campesinidade (terra, trabalho e família) os quais podem ser “tradicionais” no sentido de se encontrarem em outro “tempo da história” (Martins1997), em que a lógica da atividade produtiva não se identifica completamente com a lógica do sistema capitalista, apenas a tangencia. Aqueles que se identificam com uma cultura camponesa, são moradores que vivem da agricultura e atividade pecuária de subsistência.

(3) No município de Alexânia, está o Rio Areias que antes do reservatório já apresentava uma ocorrência de propriedades menor que um *módulo rural*<sup>30</sup>, i.e. menor que dois hectares, que é definido pelo INCRA como o mínimo para a subsistência familiar nos municípios entorno do reservatório (exceto Silvânia onde o módulo rural é de três hectares). Vale lembrar que o registro fundiário só é realizado com o mínimo de dois hectares. Módulo Rural é uma categoria jurídica e, como tal, é limitada quanto à possibilidade de contemplar todos os aspectos vinculados às questões de reprodução dos valores, e formas de subsistência camponesas. Tal definição enseja muitas questões que devem ser aqui tratadas. A primeira delas é que o módulo rural opera somente com o conceito de propriedade, e, não, de posse. O código civil brasileiro estabelece que posse é apenas um estado transitório que deve culminar na constituição de propriedade. Há um sentido evolutivo implícito na lei que orienta as relações entre homem e a terra com vistas a criar a propriedade como único desdobramento possível. No contexto da UHE Corumbá IV, a necessidade de transformar posses em propriedades remete à própria necessidade de se receber a totalidade dos valores indenizatórios. Nesse sentido, não se trata aí de acessar benefícios, mas de repor prejuízos advindos do empreendimento.

“Eles disseram que tínhamos que arrumar advogado para fazer o usucapião e que eu ia achar ruim no dia, [mas que] depois eu ia achar bom. Aí eu pensei: É bom mesmo, né? Porque tem o papel, eu receberia menos, mas eles faziam o usucapião”.

(Santa Rosa, Santo Antônio do Descoberto, 19/12/2005).

No caso dos remanescentes menores que o módulo rural, a situação também é a mesma: antes de serem consideradas menores que os módulos rurais as terras familiares

---

<sup>30</sup> O inciso II do Art. 4º do Estatuto da Terra define como propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o processo social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros. O conceito de propriedade familiar é fundamental para entender o significado de Módulo Rural. Este é uma unidade de medida expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico.

devem constituir as qualidades jurídicas para se tornarem propriedade. Isso significa que a possibilidade mesma de solicitar que se resolvam os casos de remanescentes menores que o módulo rural mantém implícita a noção de propriedade, bastante problemática para que se insiram relações não formais de repasse da terra e subdivisões da mesma. Outra questão bastante complexa no tema “propriedade familiar” é a noção de família. O núcleo familiar pode variar substancialmente, principalmente porque as relações de parentesco tendem a consolidar mecanismos de divisão e transmissão das terras particulares, tornando a definição do que é uma família algo bastante complicado para os envolvidos. A noção de propriedade familiar ao uso total da força de trabalho na terra acaba por isolar a propriedade e a potencial força de trabalho familiar, condicionando-a a uma idéia de propriedade hermeticamente fechada, único lugar de reprodução dos valores camponeses, quando, os processos são muito mais complexos. Ao contrário, a força de trabalho familiar muitas vezes é subdividida entre trabalhos a serem realizados fora da terra da família;

(4) Rio do Outro em junção com o Rio Corumbá na tríplice fronteira Alexânia, Corumbá de Goiás e Abadiânia é o início do reservatório. Encontram-se nesta área a fazenda Cutia no município de Corumbá de Goiás, Engenho Velho e Alvoradinha no município de Alexânia, Curralinho e Ponte do Rochedo em Abadiânia. Essas localidades estão, de algum modo, integradas entre si e ficam a beira da BR – 060. Alvorada (ou Alvoradinha, como é normalmente denominada pelos moradores) é um povoado de Alexânia que se apresenta como expansão urbana. Do outro lado da ponte sobre o Rio do Ouro, ainda na GO Mauro Borges, estão Cutia e Rochedo, município de Corumbá de Goiás. Depois da tributação do Rio do Ouro, rio abaixo, o Rio Corumbá atingiu as áreas às margens de Alexânia onde a referência é Alvoradinha e do lado de Abadiânia Curralinho e Chapadão. Curralinho e Chapadão são nomes de córregos que

são formados numa cadeia de morros, grotas e nascentes. Essa área é bastante acidentada, e a área de “baixada boa para plantar” ou foi inundada, ou virou Área de Preservação Permanente. Há uma estrada de cascalho que liga a sub-região Rio das Antas (Veredas, Barro Amarelo, Barreiro da Boa Vista, Vaca Brava) a Curralinho, passando por Chapadão. Curralinho dá acesso a BR-060 e à ponte sobre o Rio Corumbá que, por sua vez, fica próxima às entradas tanto para Corumbá de Goiás, Rio do Ouro, quanto para a ponte do Rochedo.

(5) O quinto braço é o Rio das Antas que fica entre Abadiânia e Silvânia, inunda também terras do recém emancipado município Gameleira de Goiás. As localidades, povoados, lugares nomeados e vizinhanças que compõem essa área são: Veredas, Assentamento do INCRA Barro Amarelo, Barreiro da Boa Vista, Mato Seco, Vaca Brava, Varginha, São Domingos e São Jerônimo. Esta área é uma das que mais vêm assistindo um processo de profundas mudanças por causa de loteamentos, intensa atividade turística, transformação das dinâmicas produtivas das pessoas e rupturas pela necessidade de reassentamento para outras áreas. Essa nova realidade fez com que muitas das famílias tradicionais da região migrassem para a área urbana de Abadiânia e Alexânia. A região passa por um processo de grandes mudanças tanto espaciais quanto sociais. O que mais se ouve das pessoas desta área (Barreiro da Boa Vista) é: “*o povo daqui acabou, só tem gente de fora*”. Essa frase é significativa para descrever o processo de êxodo rural, loteamento, desestruturação da produção e da vida social. Apesar da igreja e da escola terem sido desativadas antes da UHE Corumbá IV, as pessoas atribuem ao processo de desapropriação e aos loteamentos a impossibilidade de reativá-las porque *já não há mais meninos para estudar na escola* e o acesso para a igreja foi interditado para boa parte dos fiéis. Como era uma região muito plana nas margens dos rios e córregos, principalmente na afluência do Rio das Antas com o Rio

Corumbá, e várias formações de morros, a área perdeu muita terra agricultável com a formação do reservatório. Nessa ponta sul do Rio Corumbá, o reservatório ficou largo e caudaloso, atraindo a especulação imobiliária, o turismo e os pescadores. Essa sub-região forma uma espécie de ponta de um triângulo na junção do Antas com o Corumbá. Os córregos Chapadão, Capão do Mel e Boa Vista deságuam no Corumbá, enquanto o córrego Jerônimo e o Ponte Nova deságuam no Antas.

(6) Rio Corumbá e os afluentes. Muitas vezes, as propriedades são atingidas por córregos ou riachos que são afluentes dos rios principais. Numa perspectiva espacial, podemos considerar que esses cinco braços de rios constituem pequenas bacias hidrográficas, pois há vários córregos, riachos e nascentes que são afluentes dos rios principais que tiveram um aumento nos seus volumes e, que, portanto, foram incluídas nas formações da APP. Em muitos dos casos não há uma inundação significativa de terras, mas há desapropriação para que se forme a Área de Preservação Permanente<sup>31</sup>. Os municípios de Corumbá de Goiás, Abadiânia, Alexânia, Silvânia, Santo Antônio do Descoberto e Luziânia recebem em seus territórios o principal rio do reservatório, o Rio Corumbá. Ele é interrompido no município de Luziânia na localidade de Mandiocal.

As localidades, fazendas, propriedades e terras – que se encontram nas áreas de influência desses rios e córregos – constroem algo para além da simples aproximação geográfica. A formação espacial se torna importante quando toma o caráter de território, sendo, assim, produto de simbolizações que, diacronicamente, consolidam as relações de vizinhança, associativismo, sistemas de dádivas, relações comerciais e de trabalho, relações de parentesco e amizade. Apesar de arbitrária, a divisão serve metodologicamente para termos a real dimensão sacionatural da região de Corumbá IV. Não farei descrição etnográfica das características de cada sub-região identificada, pois

---

<sup>31</sup>A legislação ambiental exige uma APP de cem metros a partir da gota máxima do reservatório (o reservatório cheio). Resolução CONAMA 302/2002.

não seria produtivo para as discussões aqui desenvolvidas. Contudo, a heterogeneidade e a diversidade sócio-natural de cada área estarão representadas na análise o que permitirá uma maior aproximação das noções de territorialidades locais, na medida em que são esses lugares nomeados que integram uma dinâmica espacialmente caracterizada por aspectos produtivos e dinâmicas políticas. O desmatamento, a inundação das terras mais férteis, a criação da APP e o processo de loteamento de terras na margem do lago são os elementos relacionais entre as pessoas dessas sub-regiões, e são eles que, em princípio, modificam e formam as novas percepções locais, relativamente homogêneas, de territorialidade.

São sobre esses espaços que recaem as dinâmicas responsáveis pela alteração das concepções dos agrupamentos-redes sobre o território, em âmbito local, ressaltando confrontos de interesses com outras agências e atores no que tange à questão da apropriação de terras e modos de lidar com a terra. O ordenamento territorial, como prefere a linguagem técnico-científica dos relatórios, Planos Básicos Ambientais e procedimentos licenciadores, refere-se à formas de conflitos em torno da apropriação do *território*. Precisamos pensar nas diferentes perspectivas sobre o território modificado pela hidrelétrica no intuito de compreender as interações. Assim, inicialmente, poderíamos conceituar território como sendo:

“o espaço ao qual um certo grupo [agrupamento-rede] garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo. Como diz Godelier, o território reivindicado por dada sociedade constitui o conjunto de recursos que ela deseja e se sente capaz de explorar sob condições tecnológicas dadas (1984). Mas todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades ditas ‘tradicionais’ e no seio de certos grupos agroextrativos, o trabalho encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico” (Castro em Diegues 2000:167).

Mesmo que haja representações simbólicas diferentes (rural camponesa, técnico-burocrática de viés ambientalista, desenvolvimentista etc.) que perpassem as diferentes formas de organizar o trabalho, cada uma delas defronta-se com as capacidades e os limites dos saberes e dos interesses de cada agrupamento-rede e de seus modos de agir sobre o território e de apropriar-se dos recursos. Essas questões serão melhor discutidas ao longo do capítulo 1 e 3.

Portanto, o espaço ocupado e as relações nele desenvolvidas formam o que denominamos de território, assumindo uma dimensão muito mais simbólica do que espacial, pois o domínio da natureza ocupado remete aos valores das pessoas e seus modos de lidar com a terra, o que influencia sobremaneira as reações causadas pela perda da terra por conta do alagamento e da APP. Nas **comunidades/povoados**<sup>32</sup> rurais no entorno do reservatório Corumbá IV, a relação com a terra e sua reprodução se mostra-se um aspecto central, pelo entendimento de que a terra está ligada à idéia de sobrevivência, assim como pelo simbolismo que seu domínio carrega na perspectiva camponesa. Os processos de modificação, ruptura e transformação do território tanto pela inundação quanto pela imposição de práticas ambientais, exigência de registro da terra e uma outra lógica de exploração dos recursos naturais fizeram com que houvesse um conflito de perspectivas e interesses entre os atores e as agências. De um lado, o agrupamento-rede de camponeses (**proprietários, posseiros, roceiros, trabalhadores rurais**), com seus valores e modos tradicionais de lidar com a terra e os recursos

---

<sup>32</sup> Tanto “comunidade” quanto “povoado” são categorias nativas usadas para delimitar um universo de relações sociais. Algumas comunidades ou povoados poderiam se enquadrar na categoria de “populações tradicionais”. Os casos mais emblemáticos são os seguintes: comunidade Pontezinha, fazenda Lagoinha e Santa Rosa no município de Santo Antônio do Descoberto; Sarandi, Pirapitinga e Mandioccal em Luziânia; Monjolo, Raizama e Alvoradinha em Alexânia; Barreiro da Boa Vista e Curralinho em Abadiânia; Fazenda Cutia em Corumbá de Goiás; São Roque em Silvânia. No entanto, ao longo dos oito municípios há outras áreas que poderiam ser classificadas como tais.

naturais, de outro lado, os empreendedores com sua perspectiva desenvolvimentista de simbolizar os recursos naturais e de se apropriar deles.

*“Esse lago aí não tem valor para mim. Para mim é tudo asfalto, não tem vida”.*

(Geremias Gomes Maria, um dos patriarcas de uma das quatro famílias tradicionais da comunidade de Barreiro da Boa Vista, município de Abadiânia, a se referir ao reservatório da UHE Corumbá IV que inundou parcialmente suas terras, 11/10/2006).

*“O sossego acabou. Fim de semana essas estradas se enchem de carros, é um perigo (...) Os pescadores invadem as **propriedade**<sup>33</sup>, fazem fogueiras, acabam com o restinho da lenha que ainda tem. Um dia desses até tinha um morrendo atrás de uma leitoa minha, tive que passa um susto no caboclo. Nós antigamente dormíamos com as portas tudo abertas, hoje não se pode”.*

(Riantes Gomes Arantes, reconhecido guardião da memória das principais famílias de Barreiro da Boa Vista, município de Abadiânia, ao se referir ao turismo e aos pescadores que passaram a freqüentar a região por causa da barragem, 22/10/2006).

*“O novo sistema será capaz de garantir água para Brasília e o entorno pelos próximos 100 anos”.*

(Fernando Rodrigues Ferreira Leite, presidente da CAESB; em entrevista para site da ANVIG, 1/12/2005)<sup>34</sup>

*“Porque Corumbá IV é tudo isso e muito mais do que isso. É energia. É água. É turismo. É desenvolvimento. Mas é também um símbolo, um ícone a indicar que é possível trilhar novo caminho na busca do progresso”.*

(Rogério Vilas Boas, presidente da CEB, em artigo sobre a Corumbá IV para o Correio Brasiliense de 27/2/2006).

---

<sup>33</sup> Aqui já aparece, na voz das pessoas que tiveram suas terras desapropriadas, a apropriação de termos, expressões e conceitos advindos do empreendedor e do Estado. O termo mais comum na região é **terra**, e, não, propriedade que tudo indica aparece no processo de interação com o agrupamento-rede empreendedor.

<sup>34</sup> Acessado em <http://www.anvig.org.br/exibirConteudo.asp?COD=1748>

Fica evidente nas falas que há grande divergência de perspectivas sobre um mesmo território transformado. Em suma, verifica-se o cenário de diferentes atores, em que se apresentam contrastes, interesses, ideologias e prioridades distintas. Há vários níveis de interações, discursos, poderes e negociações, construindo e compondo as realidades das agências e atores envolvidos na transformação das realidades locais. São justamente essas divergências e configurações que serão analisadas em profundidade ao longo da dissertação.

## MAPAS



## CAPÍTULO 1

### ALGUNS NÍVEIS DE ARTICULAÇÃO TEÓRICOS E EMPÍRICOS

**“O que era nosso não volta mais”** (Maria Isabel teve sua propriedade totalmente inundada pelo reservatório da UHE Corumbá IV. Localidade de São Bernardo, município de Alexânia, 12/11/2005).

#### 1.1. CONTEXTO TEÓRICO: DELIMITAÇÃO DA NOÇÃO DE EVENTO-SITUACIONAL

O exercício proposto por esta dissertação se caracteriza pela delimitação descritiva e analítica das *situações* (Gluckman 1989) e *eventos-críticos*<sup>35</sup> (Sahlins 1987; Peirano 2001) presentes no material etnográfico deste trabalho. As entrevistas estruturadas, conversas, observações-participantes e documentos sobre o processo de desapropriação de terras para a instalação do reservatório da Usina Hidrelétrica Corumbá IV compõem a base empírica sobre a qual as análises serão realizadas.

Grosso modo, este trabalho atribui à *situação social* (Gluckman 1987) de construção da hidrelétrica as questões de representações, de atos rituais, de normas, de valores e de moralidades que compõem, polissemicamente, uma ordem de relações morais<sup>36</sup>. Para que essas questões possam emergir da empiria, proponho uma descrição analítica dos *eventos* (Sahlins [1987] 1990) que circundam a *situação* da construção da hidrelétrica. O objetivo é apresentar uma descrição analítica tendo como ponto de

---

<sup>35</sup> As teorias sobre rituais também servem para se pensar em eventos críticos? Qual é a diferença? Para Peirano, tanto um quanto o outro amplia, focaliza e põe em relevo uma metodologia para se compreender a vida social; Rituais, drama social, eventos críticos etc. são estabelecidos pela perspectiva nativa, não a priori pelo pesquisador, portanto, “ao pesquisador cabe apenas a sensibilidade de detectar o que são, e quais são, os eventos especiais para os nativos” (2001:9).

<sup>36</sup> De acordo com Kuper, a análise situacional de Gluckman em que ele descreve pormenorizadamente uma única situação social na Zululândia indicava o “descontentamento com os modos convencionais de apresentação do material etnográfico ilustrativo. Representou uma reação contra a seletividade da técnica malinowskiana de ‘ilustração apta’ (...) os seus experimentos frutificaram no uso por Tuner dos ‘dramas sociais, mais tarde denominados ‘extended-case studies’, uma técnica particularmente adequada ao estudo dos processos de conflito e resolução de conflito” (Kuper 1978: 177). Abaixo discutiremos melhor as definições de situação de Gluckman, assim como sua contribuição para este trabalho.

partida a articulação entre as noções de *situação*, *evento*, *liminaridade* (Turner 1975), *terminais de relações* (Wolf [1956] 2003), *meso-esfera* (RCO 1996) e *moralidade* (Scott 1976; Woortmann 1990; LRCO 2001). Faço uso dos conceitos de *situação* e de *evento* para interpretar os *terminais de relações* em que se relacionam as *moralidades* envolvidas nas diferentes dimensões políticas do empreendimento hidrelétrico Corumbá IV. As discussões sobre política nos permitem um melhor enfoque teórico-metodológico para apreender as interações e ações dos agentes mencionados a partir dos conceitos citados. Ao longo deste capítulo, desenvolvo esses conceitos e os relaciono com as questões empíricas.

A análise situacional em que uma *situação* determinada é pensada com relação às outras situações, assim como propõe Gluckman, pode revelar o sistema de relações subjacente entre a estrutura social, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a estrutura multilocalizada em que se insere a comunidade (Gluckman 1987: 238). As *situações* que estão postas neste contexto de discussão são tanto a obra de engenharia e o processo de *licenciamento ambiental* quanto as mudanças ocorridas para as pessoas *expropriadas*<sup>37</sup>. Portanto, as situações se relacionam em diferentes *níveis de integração*. Pensar as *situações* por meio dos níveis de integração (segmentado), apesar de ser uma simplificação, como é todo modelo, serve para indicar níveis de agenciamento que podem ser passíveis de análise etnográfica. Na complexa cena de inauguração da ponte na Zululândia descrita por Gluckman, observam-se várias dimensões de relações e vínculos entre os atores envolvidos na situação. Por exemplo, Gluckman demonstra que embora os membros das diferentes tribos Zulu estivessem simbólica e concretamente divididos e em oposição, eles eram forçados a interagir em esferas de interesse comum:

“Para resumir a situação na ponte, pode-se dizer que o comportamento dos grupos e indivíduos presentes expressava o

---

<sup>37</sup> Na definição jurídica de expropriar, o dicionário Aurélio explica: “Desapossar (alguém) de sua propriedade segundo as formas legais e mediante justa indenização”. Desapropriação é sinônimo.

fato da ponte, que era o centro de seus interesses, tê-los unido numa cerimônia comum. Como resultado de seu interesse comum, agiram segundo os costumes de cooperação e comunicação, apesar dos dois grupos raciais estarem divididos de acordo com o padrão da estrutura social. Igualmente, a celebração uniu os participantes dentre cada grupo racial, apesar deles terem se separado de acordo com as relações sociais existentes no interior do grupo” (Gluckman [1958] 1987: 260).

Essa preocupação com o contexto total de uma situação plural ficou mais nítida quando Gluckman inicia seus estudos sobre a África Central. Na formulação de seu problema de pesquisa ele afirma:

“toda a minha formulação do problema depende do reconhecimento de que existe uma Sociedade Centro-Africana constituída por grupos culturais heterogêneos de europeus e africanos, com uma estrutura social e normas de comportamento definidas, embora tenha muitos conflitos e desajustes” (Gluckman 1945:9 apud Kuper 1978:177).

Esse amplo objeto de estudo revela a ambição metodológica de compreender contextos nos quais as interações entre agências e agentes se faz constituinte de uma realidade. Segundo Adam Kuper (1978) esse ambicioso plano de pesquisa não foi realizado porque seria “necessário estudar tanto as áreas urbanas como as rurais, e ver os trabalhadores africanos nas cidades não simplesmente como camponeses deslocados mas como operários, trabalhando num sistema social industrial e urbano” (Kuper 1978:177).

Esta dissertação limita o contexto de pesquisa para a interação entre as agências e agentes na localidade da hidrelétrica, dispensando o estudo dos variados interlocutores em seus respectivos contextos. As agências e agentes serão abordados como partes de agrupamentos-redes específicos que possuem constituições próprias, porém, não será necessário descrever minuciosamente suas relações internas porque o foco de interesse desta pesquisa recai justamente sobre a interação entre os diferentes *agrupamentos-redes*.

Apesar de a análise situacional de Gluckman já conter uma preocupação com a interação entre diferentes representações sociais sobre um evento relevante para os grupos que fazem parte de um contexto mais amplo, como é o caso da inauguração da ponte; as noções de *agenciamento* e *mobilização* constitutivas dos agrupamentos-redes (Latour 1994; 2000) trazem contribuição significativa para melhor compreendermos as orientações morais que passaram a governar os sujeitos a partir dessas redes.

Apesar de estar se referindo à formação de redes da tecnociência, a noção de rede para Bruno Latour é útil para complexificarmos a abordagem *situacional* de Max Gluckman. Para Latour (2000) o termo rede denota que

“os recursos estão concentrados em poucos locais – nas laçadas e nos nós – interligados – fios e malhas. Essas conexões transformam os recursos esparsos numa teia que parece se estender por toda parte. As linhas telefônicas, por exemplo, são pequenas e frágeis, tão pequenas que invisíveis num mapa, e tão frágeis que é possível cortá-las facilmente; no entanto, a rede telefônica ‘cobre’ o mundo inteiro. A noção de rede nos ajudará a conciliar os dois aspectos contraditórios da tecnociência e entender como tão poucas pessoas podem parecer ‘cobrir’ o mundo” (2000: 294)

Mesmo que o objeto de pesquisa seja diferente, há em comum a preocupação de definir a associação de pessoas em redes que buscam mostrar para o outro seu modo mais “racional” de simbolizar o mundo e as coisas que o habitam. Assim, os agrupamentos-redes que se encontram representadas na *situação* de instalação e operação da hidrelétrica orientam suas interações à interpretação interessada do território, dos processos de desapropriação de terras e das dinâmicas de produção após a implantação da hidrelétrica.

“Não precisamos opor conhecimento local dos chineses ao conhecimento universal dos europeus, mas apenas dois conhecimentos locais, só que um tem forma de rede, e transporta móveis imutáveis num trajeto de ida e volta para atuar a distância (...) Finalmente sabemos que os resultados da construção, manutenção e ampliação dessas redes é a possibilidade de agir a distância, ou seja, fazer nesses centros certas coisas que às vezes

possibilitam dominar espacial e cronologicamente a periferia” (Latour, 2000: 372 e 377)

Apesar da abordagem de Gluckman tender para uma análise *sistêmica e processualista*<sup>38</sup>, a análise situacional é boa para pensar a sobreposição de redes e as diferentes dimensões da realidade não formuladas numa única localidade, mas, sim, em *multilocalidades*<sup>39</sup>. Em alguma medida, essa noção de “multilocalidades”, posta por Marcus (1991), faz referência ao conceito de *região* de Bourdieu (2005) ao nos remeter à idéia de “fronteira” enquanto espaço social de conflitos de atores que lutam pelo monopólio da representação simbólica da *realidade*<sup>40</sup>.

Assim, para compreender adequadamente a realidade das interações ocorridas no contexto-situacional da UHE Corumbá IV, primeiro precisamos limitar sua análise aos intermediários da *meso-esfera*, em que os níveis de integração entre ações, valores e moralidades universalistas e locais interagem para definir formas de utilização dos recursos naturais, de ocupação *territorial* e trabalham para encontrar consensos, mesmo que, na maioria das vezes, haja mais conflitos que consensos. As interações e suas assimetrias trazem a dimensão do poder que põe em jogo o caráter conflituoso inerente ao seu exercício, principalmente nesse momento de “expansão” de um modelo de

---

<sup>38</sup> Durante a década de 1960, a antropologia social britânica (principalmente Max Gluckman) deu muita ênfase aos processos políticos em si mesmos, alterando as análises dos sistemas políticos e das instituições, projetando-as sobre as interações sociais concretas. As preocupações teóricas desse “processualismo” limitaram as análises da antropologia aos aspectos particulares. No mesmo caminho seguiram os estudos sistêmicos que desvinculavam a questão da política ao retirá-la da esfera tradicionalmente atribuída a ela pela filosofia e ciência política (o Estado), voltando-a para as análises dos sistemas sociais.

<sup>39</sup> Marcus (1991) faz uma crítica ao que ele denomina de etnografia realista em oposição a uma etnografia modernista que estaria mais preocupada com a multilocalidade dos fenômenos sociais.

<sup>40</sup> Segundo Bourdieu “o mundo social é o lugar de lutas para definir a realidade” (2005: 118) e, nessa busca constante pela definição das identidades de grupo, imagens mentais são manipuladas e há um embate pelo “monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por esse meio, de fazer e de desfazer os grupos.” (idem, p.113). Dessa perspectiva, a região(ou fronteira), é o produto de um ato de delimitação que produz as diferenças sócio-culturais, do mesmo modo que é produto dela (idem, p.115).

desenvolvimento sobre áreas rurais ditas *tradicionais*<sup>41</sup>. Para Latour “os dois extremos, local e global, são bem menos interessantes do que os agenciamentos intermediários que aqui chamamos de redes” (1994:120). É nesse sentido que este trabalho chama a atenção para o processo intermediário de agenciamentos, que, em meu entendimento, não concretiza um agenciamento para este ou aquele agrupamento-rede, mas, sim, transforma a realidade da interação numa ordem moral *híbrida*<sup>42</sup>, que pode ser parte de um, duas ou três redes ao mesmo tempo.

De acordo com a análise de Gluckman sobre a Zululândia Moderna, as expressões cerimoniais e rituais trazem os conflitos para a discussão dos grupos (ou *agrupamentos* como irei propor). Portanto, na leitura desse autor, a ritualização permite uma catarse a fim de restabelecer a coesão do grupo e a reprodução das instituições (Gluckman 1963 e 1965). No contexto da UHE Corumbá IV, podemos dizer que algo parecido acontece nos *agrupamentos-redes*. As entrevistas e as rodas de conversas que tive acesso tanto entre os *desapropriados* quanto com os agentes do empreendimento se transformavam em momentos performáticos para expor os conflitos e lhes conferir significados próprios. Contudo, há uma sensível diferença contextual entre o que estou propondo e a análise de Gluckman. Enquanto o trabalho desse autor realiza análise ampla sobre as estruturas envolvidas na inauguração de uma ponte nas terras Zulus, numa África do Sul em regime de *apartheid*. Diferentemente, o objeto de pesquisa desta dissertação é, por constituição, também polissistêmico e multilocalizado. Apesar de serem pessoas que compartilham de uma mesma língua e vivem sob a regência de um

---

<sup>41</sup> Há muitas controvérsias na definição da noção de população tradicional. O decreto presidencial Nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 define no seu Art. 3º inciso I que povos e comunidades tradicionais são “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

<sup>42</sup> De acordo com Nestor García Canclini, há três “procesos clave para explicar la hibridación: la quiebra y mezcla de las colecciones que organizaban los sistemas culturales, la desterritorialización de los procesos simbólicos y la expansión de los géneros impuros” (1990:264).

mesmo Estado-Nacional, as diferenças entre elas são de outra ordem. Trata-se de: trabalhadores rurais com valores camponeses que moram na região há várias gerações (há registro na memória da população local que remetem a momentos históricos nacionais do início do século XX, como é o caso da coluna Prestes que eles chamam de “revoltosos”, assim como do ciclo da mineração e dos primeiros movimentos de ocupação do centro-oeste<sup>43</sup>); da diretoria e dos empregados da Corumbá Concessões S.A.. (engenheiros civis e agrônomos de outras regiões do país); articuladores do MAB; e os *intermediários* (Wolf 2003) do Estado (servidores públicos federais, estaduais e municipais). Portanto, no contexto aqui analisado, os conflitos são produzidos fora dos agrupamentos, enquanto que a catarse interna, a qual Gluckman se refere, é realizada entre os membros dos diferentes agrupamentos que repensam suas idéias e valores sobre os acontecimentos que vêm de fora e se apropriam de um discurso compartilhado sobre as questões em jogo.

Assim, a situação da construção da hidrelétrica – que se apresenta concreta e impõe uma nova realidade para todos – fragmenta-se em vários micro-eventos que denominei de *eventos-situacionais*. A *situação* referência para todos os eventos-situacionais é a construção da UHE. Essas, por assim dizer, situações menores ou eventos-situacionais são desdobramentos da construção e formam contextos de *liminaridade*<sup>44</sup>, à medida que levam os agentes a por suas categorias em risco (Sahlins [1987] 1990). Numa tentativa de articular Sahlins (1990), Geertz (1989) e Latour (2000; 2005), poderíamos dizer que o maior desafio desta dissertação reside na interação entre (a) a ordem cultural enquanto teias de significados constituídas nos agrupamentos-redes

---

<sup>43</sup> Otávio G. Velho faz um estudo do processo das frentes de expansão da sociedade brasileira sobre as áreas da transamazônica que muito se assemelha com as dinâmicas ocorridas um pouco antes na região centro-oeste do Brasil (Velho 1972).

<sup>44</sup> Na medida em que, de acordo com Turner, o drama inicia-se pelo rompimento de uma norma incontestável ou fundante de um grupo que desencadeia um conjunto de ações compensatórias ou de reestruturação da normalidade. No caso da hidrelétrica não é uma norma incontestável que se rompe, mas uma situação extrema de transformações e rupturas que implica num momento de liminaridade.

e vivenciada pelas pessoas e (b) a estrutura, na convenção e na ação, enquanto virtualidade e realidade. Portanto, a situação da construção da hidrelétrica e o evento de desapropriação das terras fazem com que as pessoas nas interações e arranjos sociais próprios deste contexto submetam suas categorias culturais a riscos empíricos. É nesses termos que podemos pensar numa potencial *moralidade* ou *ordem moral* que se formule na interação. Para Sahlins, “na medida em que o simbólico é, deste modo, pragmático, o sistema é, no tempo, a síntese da reprodução e da variação” (1990:9). Assim, os significados “são postos em risco, por exemplo, por referência às coisas” (Ibidem). É desse processo que aparecem as novas categorias e as novas explicações para as realidades.

Minha intenção não é descrever o momento de nascimento de novas categorias, mas demonstrar, analiticamente, a interação entre os agentes que fazem surgir não apenas novas categorias, talvez o mais apropriado para o caso analisado seja troca de categorias discursivas. Refiro-me a troca ou incorporação de termos ou palavras porque é muito comum um contágio semântico entre os agentes, ou seja, translações de noções e significados. Depois de inúmeras interações entre servidores públicos, algumas tentativas do MAB e dos empregados (consultores ou do quadro) tanto se referirem aos termos **impacto/impactado** e **atingido**, as pessoas desapropriadas os incorporaram aos seus discursos, embora, evidentemente, com algumas variações semânticas. Como veremos mais abaixo, para o agrupamento local, a categoria mais utilizada para definir o que os “*de fora*” chamam de **impacto e atingido** é **prejudicado**.

Sahlins nomeia esse processo de colocar as categorias em risco de *reavaliação funcional de categorias* (1990:10), ao analisar o inesperado retorno do Capitão Cook ou deus Lono às ilhas havaianas. O efeito desses riscos pode ser inovações radicais:

“no encontro contraditório entre pessoas e coisas, os signos são passíveis de serem retomados pelos poderes originais de sua

criação, ou seja, pela consciência simbólica humana. Ora, nada é tabu em termos de princípio intelectual (...) Metáforas, analogias, abstrações, especializações: todos os tipos de improvisações semânticas são circunstanciais, tendo as atualizações cotidianas da cultura oportunidade de se tornarem gerais ou consensuais (...) Os significados são, em última instância, submetidos a riscos subjetivos, quando as pessoas, à medida que se tornam socialmente capazes, deixam de ser escravos de seus conceitos para se tornarem seus senhores” (1990:10-11).

A enorme transformação *territorial* e as rápidas mudanças sociais e ambientais que ocorreram na região após a construção da hidrelétrica são nomeadas, interpretadas e apropriadas por cada agrupamento de determinado modo. Algumas pessoas desapropriadas se referem ao *processo de desapropriação* fazendo *alegorias* e construindo *metáforas* com suas realidades produtivas, principalmente a criação de gado que está intrinsecamente relacionada ao sistema produtivo da maioria delas:

“Fomos tocados igual gado daqui. As coisas foram ficando pra trás que não deu tempo nem de apanhar. Nem gado se toca assim” (morador do povoado Currealinho, município de Abadiânia que teve suas terras parcialmente desapropriadas e teve que mudar sua casa para áreas mais altas; 28/09/2006).

Ao analisar a fala das pessoas desapropriadas, percebe-se que os referenciais *metafóricos* estabelecidos por eles para descrever o que ocorreu remetem quase sempre a uma idéia de “usurpação por parte da água”, de “expulsão pela água”, de “morte”, ou seja, da água como agente ativo quase humanizado, (seria a humanização da relação natureza e cultura).

“No começo foi bem difícil, a gente viu aquela água invadindo, comendo a nossa terra, nossa roça, os pomares”.

(morador do Assentamento Barro Amarelo, município de Abadiânia; 10/10/2006).

A imagem metafórica da “água comendo a terra” é recorrente entre os expropriados, o que demonstra certa padronização na percepção da inundação. As metáforas são construídas para lidar com os acontecimentos novos, como a inundação e a desapropriação das terras. As categorias locais são testadas e precisam dar conta de uma realidade em mudança, como veremos mais adiante a partir das discussões de Sahlins ([1987]1990). Na perspectiva das pessoas desapropriadas há uma tentativa de se apropriar simbolicamente da hidrelétrica, afirmando que já sabiam da idéia de construção de uma barragem há muito tempo. Assim, adentram no discurso sobre a barragem e se apropriam dele, re-significando suas conseqüências na interação com os outros agentes:

“Faz muitos anos que vemos falar nessa barragem, com o contato com o pessoal de Luziânia, principalmente esse pessoal do Roriz, temos muito conhecimento com eles e ouvimos falar que ele ia fazer essa barragem. Nas reuniões em Luziânia, em Santo Antonio, a gente via esse comentário. Em jornal, também, às vezes, aparecia. Então, já se falava muitos anos de dar início. Uns acreditavam que ia ter, outros não. Falavam que água não chegava aqui nunca, outros falavam como fazer uma barragem nesse rio tão grande. Quem não conhecia, não acreditava de jeito nenhum”. (morador da localidade Pinguela, município de Santo Antônio do Descoberto; 23/08/2006).

Portanto, fazer uma comparação com as conclusões de Sahlins esclarece parte da questão:

“*evento* é inserido em uma categoria preexistente e a história está presente na ação corrente. O surgimento de Cook, vindo de além do horizonte, fora realmente um evento sem precedentes, jamais visto antes. Mas, por assim abarcar aquilo que é realmente singular naquilo que é conceitualmente familiar, introduz o presente no passado” (1990: 182).

As pessoas desapropriadas também utilizam noções e categorias pré-existentes para se referirem aos acontecimentos inéditos e, na interação com os agentes dos terminais de relações, formulam novas concepções sobre o significado da

transformação, construindo potencialmente outra ordem moral para agir no interior do novo *evento-situacional hidrelétrica Corumbá IV*. Assim, a realidade se torna inteligível para os agentes e pode ser transmitidas a outros, principalmente para o pesquisador que questiona os acontecimentos.

É nesse sentido que devemos entender a afirmação de que “a hidrelétrica já existia” para parte dos desapropriados antes dela se tornar uma realidade de concreto, aço e água. Na mesma linha de raciocínio, “Cook já era uma tradição para os havaianos antes de se tornar um fato” (Sahlins 1990: 185). Contudo, como ressalta Sahlins, não temos a liberdade de sairmos por aí, re-nomeando as coisas ou modificando seus significados individualmente. O empírico não é conhecido ontologicamente enquanto essência igual para todos, mas é significado culturalmente, ou seja, coletivamente, ou ainda na interação.

“Ver a água cobrir o lugar que a gente morava é igual ver um conhecido morrer”

(caseiro da Fazenda Beira Rio em Caxambu, município Alexânia, 23/10/2006).

Deriva da teoria da mudança cultural e histórica de Sahlins, por meio da constatação de que as categorias são colocadas em risco na ação, as noções de *estruturas performativas e prescritivas*. A questão está nas relações entre as formas sociais e os atos apropriados. Sahlins questiona:

“que tipos de ações usuais podem precipitar formas sociais, ou vice-versa (...) a amizade produz o auxílio material: o relacionamento normalmente (e normativamente) prescreve um modo apropriado de interação. Entretanto, se ‘os amigos criam presentes’, ‘os presentes também criam amigos’, ou talvez como melhor diriam os esquimós, ‘dádivas criam escravos’ (...) A forma cultural (ou morfologia social) pode ser produzida ao avesso: a ação criando a relação adequada, performativamente, exatamente como em certos famosos atos de discurso: ‘Eu vos declaro marido e mulher’.” (1990:12).

Sahlins discute, de um lado, as ordens *performativas*, que tendem a assimilar as circunstâncias contingentes, e, de outro, as *prescritivas*, que tendem a assimilar as circunstâncias a elas mesmas. No contexto da hidrelétrica essas ordens *prescritivas* e *normativas* são melhor observáveis na interação entre os agentes que podem demonstrar operar mais em uma estrutura do que na outra. Apesar de Sahlins se referir a existência de duas ordens em um mesmo sistema histórico, ele admite que as mudanças na sociedade havaiana tendem, em geral, para a performativa e na européia (ocidental), para as prescritivas.

No contexto da Corumbá IV, o agrupamento local, formado majoritariamente por pequenos produtores rurais que possuem *valores camponeses*<sup>45</sup>, estabelece interpretações sobre a hidrelétrica de cunho normalmente performativo em que as mudanças são re-apropriadas num contexto de produção de subsistência e de alteração nas relações de vizinhança e parentesco pelo aumento das distâncias (separação de pessoas) imposto pelas águas. De modo diferente, os outros agentes negam o caráter contingente e eventual da hidrelétrica e lhe atribuem uma ordem prescritiva que busca objetivar a existência da hidrelétrica aos seus executores e planejadores. Isso não significa que o agrupamento local opere apenas ou predominantemente na ordem performática, ou que os outros agentes operem na ordem prescritiva. Não se trata de fazer divisões rasas; a interpretação adequada é a seguinte: para o acontecimento “construção da hidrelétrica”, os atores tendem a interpretar sua existência a partir de cada uma dessas ordens definidas por Sahlins. Isso não significa que as pessoas

---

<sup>45</sup> Klaas Woortmann (1990) dá uma contribuição significativa para se compreender uma ética camponesa englobante que esteja presente nos diferentes modos de manifestação de vida camponesa. Essa ética camponesa é constitutiva de uma ordem moral que orienta a “forma de perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra” (1990:11). Essa ordem moral possui implicações relativas ao modo de construir o campesinato. O autor pensa no campesinato enquanto categoria analítica que abarca a imensa variedade de modos de vida camponeses. É nesse sentido que utilizo a valores camponeses.

desapropriadas não operem em ordem prescritiva quando agem em resposta às condições mutáveis de sua existência – como as de produção ou de poder.

Seguindo, em boa medida, este caminho, este trabalho propõe a analisar a formação da ordem moral que se produz na mudança, pois, é observando a *situação* (Gluckman) de construção da hidrelétrica e os eventos daí recorrentes que teremos a dimensão empírica deste contexto para discutir. São nesses termos que proponho, para simplificar as articulações teóricas e facilitar sua posterior referência, a denominação *evento-situacional*. Com isso, pretendo designar os acontecimentos pontuais no contexto da construção da hidrelétrica, que estão nas referências discursiva e empírica observados em campo.

Em consonância com o risco empírico das categorias propostas por Sahlins, a dimensão ampliada da *situação* de Gluckman, que analisa a interação entre diferentes sistemas simbólicos a partir da inauguração de uma ponte, oferece contexto teórico-analítico amplo para pensar as mudanças. Como afirma Sahlins (1990:186), é no *evento* que a estrutura do campo semântico pode ser revista. Portanto, colocar as categorias em risco na ação evidencia a dimensão empírica da mudança. Mas, eles não são independentes das interpretações daqueles que os percebem como tal, ou seja, os “eventos não estão apenas ali e acontecem (...) mas têm um significado e acontecem por causa deste significado” (Max Weber apud Sahlins 1990:190). Nessa perspectiva, um *evento* não é somente um acontecimento no mundo, como define Sahlins, ele é:

“a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico. E apesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades ‘objetivas’ próprias e razões procedentes de outros mundos (sistemas), não são essas propriedades, enquanto tais, que lhe dão efeito, mas a sua significância, de forma que é projetada a partir de algum esquema cultural. O evento é a interpretação do acontecimento, e interpretações variam (...) Os eventos não podem ser entendidos, portanto, separados de seus valores correspondentes: é a significância que transforma um simples

acontecimento em uma conjuntura fatal (...) O fato simbólico humano é de que não existe evento *sans* sistema” (1990: 191).

Na definição de Sahlins, um evento não é apenas um acontecimento externo que independe do sistema simbólico. Apesar de poder ser – enquanto fenômeno externo – independente de qualquer sistema simbólico, um acontecimento se transforma naquilo que é interpretado por quem participa, observa ou vivencia. Em suma, o evento é a relação entre um acontecimento e as estruturas simbólicas que o interpretam e atribuem valor a seus desdobramentos.

Assim, na medida em que para Gluckman a situação é o momento empírico privilegiado para perceber as forças estranhas ao sistema que provocam mudanças e reordenamento internos e na medida em que para Sahlins o evento é a forma empírica do sistema, ou seja, o risco das categorias em referência (1990:190-191), a idéia de um *evento-situacional* trás a baila a dimensão empírica para se discutir a mudança provocada, reordenada e incorporada pelos agentes envolvidos no contexto da hidrelétrica Corumbá IV. É nesse sentido que a proposta de discutir a formação de uma *ordem moral* própria da interação entre os agentes que fazem o contexto da hidrelétrica assume relevância. Na medida em que o evento-situacional hidrelétrica apresenta um risco para os *significados* dos *signos* dos agrupamentos, a realidade, externa aos agrupamentos é imposta pela interação e pelos acontecimentos empíricos, precisa ser interpretada pelos agentes, os quais muitas vezes, não tinham tido contato com a realidade específica, podendo até negar os conceitos que lhes fossem indexados inicialmente pelos agentes.

Em termos práticos, os dois exemplos mais elucidativos são a questão do espólio regulada por normas jurídicas nacionais e as práticas de herança local que priorizam “um”, em detrimento de outros, para que a unidade produtiva e os valores da família

sejam reproduzidos. Portanto, antes da construção da barragem, as questões de herança, para a maioria das pessoas que moram na região, eram resolvidas pela regra preferencial do filho homem mais novo e celibatário: os filhos homens mais velhos ou saíam para buscar outras terras fora da propriedade familiar, ou buscavam empregos assalariados na cidade; as filhas mulheres casavam e iam morar na terra do marido. Vê-se que eram observadas as regras preferenciais do filho mais novo ou celibatário que permanecia na sede e herdava a maior parte das terras dos pais. Assim sendo, a não divisão da propriedade original fazia com que a legislação agrária de tamanho mínimo para um módulo rural (dois hectares para quase todos os oito municípios, exceto para Silvânia que registra três hectares como menor módulo rural) seguisse a prática tradicional de herança. Além disso, alguns proprietários não possuíam registros da terra porque alguns casos eram de posse. Com a construção da barragem na região, não apareceu só água, mas também toda a legislação agrária e do direito civil do Estado-nacional. A Corumbá Concessões S.A. para manter a legalidade de seu empreendimento tinha que tratar as pessoas conforme manda a legislação, portanto, indenizava todos em proporções iguais. O fato é que, alertado pelo Ministério Público e por consultores externos da Corumbá Concessões S.A., o IBAMA acrescentou à Licença de Instalação uma condicionante que buscava corrigir essa distorção. Passou, assim, a exigir que a Corumbá Concessões S.A. fizesse distribuição normativa (igualitária), mas “preservasse” o *residente produtivo*. A história ficava ainda mais complicada, na medida em que se gerava problemas para identificar o *residente produtivo* e conciliar as imperfeições e disputas internas das famílias e grupos. Quem iria emitir um laudo que legitimasse um membro da família em detrimento de outros que também se diziam residentes produtivos?

Antes de explicitar o caso é preciso reforçar o argumento de que os estudos de organização social e parentesco são componentes das caixas-pretas utilizadas como

ferramentas políticas para conquista de direitos dos atingidos. A simples constatação de que é preciso resguardar o residente produtivo implica o reconhecimento explícito por parte do Estado de que a família camponesa atingida não pode simplesmente se submeter à partilha de bens dos códigos jurídicos, sem prejuízo para sua sistemática de herança e negociação<sup>46</sup>.

A concepção de família camponesa do Estado, no caso do licenciamento ambiental da Corumbá IV, assemelha-se à de Velho (1969) e à de Chayanov (1966), para quem a família camponesa comporta unidade produtiva diferente da capitalista, que a perpetua no tempo, estabelecendo sua diferença fundamental. A burocracia estatal reproduz o mesmo erro de interpretação da abordagem economicista que, em geral, atribui a indivisibilidade da terra ao fato da unidade produtiva do grupo doméstico, quando os estudos de organização social e parentesco demonstram que as causas para tanto só poderiam ser encontradas nas regras de sucessão. Tendo em vista que os técnicos do Estado têm acesso a esse conhecimento<sup>47</sup>, o que explicaria a insistência no erro? Na verdade não se trata de insistir no erro, mas de “fazer o que é possível” com os instrumentos que têm à mão. Se por um lado *“muitas organizações dentro do Estado geram, distribuem e controlam poder, competindo entre si e com o poder soberano do Estado”*<sup>48</sup>, por outro, tal distribuição e controle de poder opera dentro de limites bem específicos. O licenciamento em causa procura assegurar os benefícios do residente produtivo, à revelia da exigência regulamentada no código civil, ainda que o faça a partir da concepção inescapável de propriedade privada.

A partir do caso em análise, será possível demonstrar que a noção de “resguardo”, ao se assentar em terreno delimitado pelo choque epistemológico do

---

<sup>46</sup> Essa questão é marcante nos estudos de campesinato no Brasil

<sup>47</sup> Afirma-se isso porque tanto IBAMA quanto MP contam com antropólogos com formação completa, o que envolve o conhecimento dos temas de organização social e parentesco.

<sup>48</sup> Wolf, 2003 (a): 94

direito e do parentesco, acaba impondo aos pareceres técnicos oficiais certo utilitarismo conceitual que esvazia a inerência processual de sistemas de sucessão, alianças, casamentos, proibições, etc. Como afirma Lévi-Strauss, “*uma relação não pode ser isolada arbitrariamente de todas as outras*” ([1967] 2003:523), correndo o risco de se objetificar, numa perspectiva pouco crítica, as relações de parentesco. Tal objetificação significaria levar em conta apenas as relações em nível civil, ignorando os sistemas informais da sociedade quando se solicita o resguardo do residente produtivo. Levar em consideração os sistemas informais implica reconhecer a terra como patrimônio. O domínio de um grupo sobre um patrimônio afasta a idéia de propriedade privada. Propriedade privada é o conceito limitador fundamental no processo de licenciamento, pois é a base jurídica que impede a mitigação de impactos a partir do grupo doméstico. Além disso, impõe aos membros desse grupo que se identifiquem, não como componentes de reprodução do patrimônio familiar, mas, sim, como proprietários individuais de pedaços cada vez menores de terra.

O IBAMA não conhecia a realidade local e teve que reformular suas categorias para dar conta de um novo contexto para a instituição e seus servidores. As pessoas locais também tiveram de se adaptar às novas configurações. Alguns irmãos mais velhos começaram a contestar a preferência do celibatário ou caçula em herdar a terra familiar e, contestaram a categoria de residente produtivo, alegando que também trabalhavam a terra originária e que, portanto, também seriam residentes produtivos. Esse *evento-situacional* mostra, em certa medida, como a interação entre as dimensões simbólicas e normativas dos agentes modificou e pôs em risco as categorias de cada um depois da construção da hidrelétrica.

A ação referencial, que coloca os conceitos *a priori* em correspondência com a realidade conhecida, está sujeita, no contexto das interações após a construção da

hidrelétrica, a imprevisibilidades que não podem ser ignoradas e que precisam ser analisadas. Assim, vale citar a importante constatação de Sahlins: os sistemas simbólicos são altamente empíricos e submetem, continuamente, “as categorias recebidas [aos] riscos materiais [e às] inevitáveis desproporções entre signos e coisas” (1990:13).

Portanto, os *eventos-situacionais* analisados ao longo deste trabalho têm o objetivo de demonstrar as ações simbólicas de quatro agentes que na interação trocam concepções, valores e percepções sobre a realidade e, potencialmente, criam uma ordem moral da situação de barragem. Os agentes partem de suas concepções próprias e concebem relações diferentes para os mesmos *eventos-situacionais*. Bourdieu e Sayad (1964), ao analisarem as transformações ocorridas nos assentamentos forçados de camponeses na Argélia, priorizam o processo de *ruptura* para compreender as transformações, as tradições dos camponeses e o *modus operandi* do governo francês. O contexto de intervenção colonial e de “reagrupamentos de população”, operacionalizados pelo exército francês trouxe dinâmicas de violência simbólica e de complexidade processual haja vista terem ocorrido assentamentos forçados e pouco negociados. Se no contexto argelino faz sentido pensar em rupturas e pouca compreensão entre as partes, no contexto da hidrelétrica Corumbá IV, no entanto, houve, e ainda há, muito mais espaço para interações dialógicas, mesmo considerando o fato das terras terem sido desapropriadas, e de não haver, em princípio, possibilidade de reversão da decisão de “ter que vender”. Um dos proprietários da localidade de Vaca Brava, divisa do município de Abadiânia com Silvânia, declarou ter ficado “queixoso” pelo fato de ter que, obrigatoriamente, vender a terra: “eu não podia decidir (...) já veio vendido, como podemos acertar o preço assim?” (20/11/2006).

A particularidade do contexto da UHE Corumbá IV nos permite refletir sobre os processos dialógicos e, potencialmente, mais simétricos – apesar de haver bastante assimetria, como veremos no próximo capítulo. Apesar da maioria dos casos de desapropriação não ter resultado em reassentamentos das pessoas, ou seja, a maioria não precisou deixar sua **propriedade** – mesmo que a área produtiva tenha ficado limitada, as restrições ambientais impossibilitem algumas atividades e as modificações espaciais tenha forte influência sobre as relações entre vizinhos e parentes –, prefiro falar num reordenamento conceitual sobre as novas condições, em vez de rupturas. É importante lembrar que houve famílias desapropriadas que perderam suas terras e migraram para as cidades; nesses casos específicos, é possível falar em ruptura, na maioria das vezes, a opção foi da família ou de membros da família, e, não, de um *modus operandi* da Concessionária. É importante sublinhar também que a potencial simetria das interações dialógicas não é suficiente para eliminar a assimetria das decisões desenvolvimentistas.

## **1.2. A POLÍTICA ENQUANTO CAMPO DA MUDANÇA E DA INTERAÇÃO ENTRE OS ATORES**

Se pensarmos os discursos, as falas e as ações como expressões de um conjunto de valores ou ideologia<sup>49</sup>, perceberemos que os enunciados referentes à terra, ao trabalho, à produção de energia e às transformações em geral possuem equivalência no conjunto de valores e idéias que se compõem na interação entre os agentes-atores na *meso-esfera*<sup>50</sup> da política. O processo de transmissão de significados entre as categorias dos diferentes discursos é observável na apropriação que cada agrupamento faz das noções e categorias presentes na interação dos eventos-situacionais. Por exemplo, à medida que

---

<sup>49</sup> Sistema de valores e idéias (Dumont 1992).

<sup>50</sup> Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, a micro-esfera seria o espaço da família, do matrimônio e da vizinhança; a meso-esfera seria o espaço da articulação entre a tradição local e os valores mais amplos; e, por fim, a macro-esfera seria o dos “interesses vitais comuns a toda a humanidade, envolvendo inclusive o destino dessa humanidade” (1996:23).

as pessoas desapropriadas começam a usar os termos “APP”, enquanto “terra do governo” ou enquanto “terra da Corumbá que não tem dono”, e fazem leitura própria de uma lógica produtiva camponesa sobre esse *artefato* técnico-burocrático, que é o conceito de Área de Preservação Permanente, estamos diante do que considero a constituição de uma terceira ordem moral que se forma na interação:

Essa terra ai da Corumbá é terra sem dono (...) quando nós dizemos que pros pescadores que não pode acabar com os matos e que tem que manter a área formada, eles falam que estão na terra do governo, [porque] estão na reserva [APP]...

(Proprietário de terra no Assentamento do INCRA Barro Amarelo, Abadiânia, ao se referir a Área de Preservação Permanente e os problemas com os pescadores; 21/10/2006).

Do mesmo modo, da ponta das instituições modernizantes, como é o caso do IBAMA, há a aproximação de termos e significados locais a exemplo do evento-situacional “residente produtivo” acima mencionado. Portanto, o plano discursivo em que o concreto se apresenta nos valores e nas idéias enunciadas nas diferentes conceituações é (re) formulado significativamente para se estabelecer novas trajetórias e perspectivas. Assim, essa esfera dialógica e conceitual presente nos dados empíricos é interpretada como sendo o domínio ou o *campo da política*.

Os processos de interação (ou comunicação) entre os agentes são, por princípio, políticos. Na análise do *evento-situacional* hidrelétrica é justamente as assimetrias do poder que dão significado para as interações. Os sujeitos agem comunicativamente ao estabelecerem interações e posições dentro do contexto do evento-situacional<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Segundo Habermas “não existe nenhuma forma de vida sócio-cultural que não esteja pelo menos implicitamente orientada para o prosseguimento do agir comunicativo com meios argumentativos – por mais rudimentar que tenha sido o desenvolvimento das formas de argumentação e por mais pobre que tenha sido a institucionalização dos processos discursivos do entendimento mútuo. Tão logo as consideremos como interações reguladas de maneira especial, as argumentações dão-se a conhecer como forma de reflexão do agir orientado para o entendimento mútuo. É às pressuposições do agir voltado para o entendimento mútuo que elas tomam de empréstimo os pressupostos pragmáticos que descobrimos no plano procedural. As reciprocidades que alicerçam o reconhecimento mútuo de sujeitos imputáveis já estão inseridas no agir em que se enraízam as argumentações” (Habermas 1989: 123).

O domínio da política também corre o risco de se tornar tão totalizador quanto o da cultura. Assim, se levarmos em consideração a máxima de Klaus von Beyme que diz que “o conhecimento de que tudo é política, confunde-nos se não for suplementado com a percepção de que tudo é, também, economia ou cultura” (1991:343 apud Beck 1997:48). Torna-se importante qualificar qual é o palco da política onde se dão as interações entre os agentes-atores. M.G. Smith considera a vida política como característica de toda vida social, e, não, como produto de unidades ou estruturas específicas; ele recusa a pertinência da distinção rígida estabelecida entre “sociedades de Estado” e “sociedades sem Estado” (Smith 1960 apud Balandier 1969:27). Há muita ambigüidade no trato teórico, metodológico e empírico do que viria a ser “política”. Por exemplo, as diferentes concepções que a língua inglesa atribui à “política”, nas palavras de uma cientista política: *políticas públicas – policies –*, (...) *são outputs, resultantes das atividades políticas – politics: compreendem o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores* (Rua 1998: 232). Ainda nas variações vocabulares, Balandier acrescenta mais um termo: *polity* que faz referência “às formas de organização do governo das sociedades humanas” (Balandier 1969: 27). Essas variações lingüísticas indicam apenas algumas das dificuldades presentes na teoria política das Ciências Sociais e na complexidade de delimitação do termo.

Segundo Balandier, há pelo menos seis correntes teóricas diferentes da antropologia social que buscaram definir “o político”: (a) Uma vertente clássica buscava a origem mágica da realeza, parentesco como limite do político etc.; (b) a escola funcionalista mantinha foco na função da política para o sistema social, a política seria uma “peça” no sistema. Radcliffe-Brown é o expoente dessa corrente e, segundo Balandier, apesar de apontar minimamente algumas relações que caracterizariam o fenômeno político, Radcliffe-Brown não conseguiu defini-lo; (c) a corrente tipológica

tentava definir tipos de sistemas políticos. Balandier, baseado em Leach, acredita que esses tipos engessavam os sistemas políticos de modo a inviabilizar a análise das mobilidades e mudanças do sistema (1969:18); (d) a corrente terminológica objetivava elaborar categorias fundamentais, o que, segundo o autor, é ainda uma tarefa incluída, segundo ele “o léxico dos conceitos-chave continua a ser, não obstante, mais fácil de se redigir que de carregar conteúdo” (Balandier 1969:20); (e) a escola estruturalista que procura a política nos modelos estruturais, i.e., nas relações formais. Haveria formas definidas de encaixe de sistemas morais, exigindo da análise estruturalista dois momentos: “a localização das relações internas e depois a interpretação do conjunto das organizações como se fossem uma combinatória” (ibidem:21). Mantém-se o problema da estabilidade do sistema, acrescido à crítica pela escolha das relações formais como responsáveis por fazer emergir o fenômeno político; (f) uma corrente dinamista que leva em consideração a incompatibilidade e a contradição das formas de vida social. As tensões e o movimento deveriam estar aparentes. Leach foi o principal expoente dessa corrente e, apesar de acertar ao identificar as estruturas sociais como dinâmicas e constituintes de toda sociedade, as pressões externas e as formas sociais de responder a elas ficaram de fora de sua análise.

O poder, apesar de suas múltiplas definições e variadas abordagens, é central para delimitarmos o domínio do político. Balandier propõe análise do poder que versa sobre cinco aspectos que o realizam em seu caráter, o primeiro deles diz respeito ao poder existente em todas as sociedades, que exerce a função de “defender a sociedade contra as próprias fraquezas, conservá-la em ‘bom estado’ (...); e, se necessário, preparar as adaptações que não lhe contrariem os princípios fundamentais reconhecidos em qualquer sociedade humana (...)” (Ibidem: 36). Assim sendo, tão logo as relações sociais ultrapassam as relações de parentesco, a competição recai sobre as pessoas e os

grupos – cada um busca influenciar as decisões da coletividade no sentido de atender seus interesses particulares. O poder surge justamente da competição, com o intuito de contê-la. O poder exerce a função de conservar a sociedade:

“recorrendo a uma fórmula sintética, definir-se-á o poder como resultante, para toda sociedade, da necessidade de lutar contra a entropia que a ameaça de desordem – como ameaça todo sistema. Mas não se deve concluir daí que essa defesa recorre a um meio só – a coerção – e só pode ser assegurado por um governo bem diferenciado (...) Os rituais, as cerimônias ou processos que asseguram a renovação periódica ou ocasional da sociedade são, tanto quanto os soberanos e sua ‘burocracia’, os instrumentos de uma ação política assim compreendida” (Balandier 1969:36).

O segundo aspecto ligado ao poder diz respeito à sua relação com o externo. Toda sociedade está, de algum modo, ligada ou relacionada ao exterior. Em decorrência de potencial ameaça de fora, a sociedade precisa expressar sua unidade, sua coesão e suas particularidades. O terceiro aspecto caracteriza o poder como assimétrico. Não haveria poder sem desigualdade. O poder “implica uma *dissimetria*<sup>52</sup> no seio das relações sociais”. Se fosse possível uma sociedade completamente homogênea em que a reciprocidade das relações fosse perfeita, nesse caso o poder não faria sentido. Nessa perspectiva, teríamos, em qualquer estrutura social, uma situação *dissimétrica*. O poder político surge como produto da desigualdade e para manter essa assimetria nas relações<sup>53</sup>. O quarto aspecto refere-se à dimensão sagrada do poder. Segundo Balandier, “o sagrado está sempre presente no interior do poder (...) [e através dele] a sociedade é apreendida como unidade – a organização política introduz o verdadeiro princípio totalizador –, ordem e permanência”. Finalmente, o quinto aspecto é o ambíguo, segundo o qual o poder é necessário, mas mantém-se dentro de limites precisos. O poder

---

<sup>52</sup> O tradutor prefere a palavra *dissimetria* ao invés de *assimetria*, utilizo o termo do tradutor.

<sup>53</sup> Há controvérsias sobre esse ponto. Pierre Clastres ([1974] 2003) no artigo “A sociedade contra o Estado” ao analisar o poder na sociedade Tupi-Guarani discorda dessa tese de Balandier. Para Clastres, o poder está presente em relações simétricas.

requer *consentimento e reciprocidade*; sem essas características o poder não se realiza o que ameaçaria sua legitimidade e em seguida, a própria constituição da sociedade.

### Segundo Balandier

“a ambigüidade é, pois, atributo fundamental do poder, que, na medida em que se apóia numa desigualdade social mais ou menos acentuada, na medida em que assegura privilégios aos seus detentores, está sempre, embora em grau variável, sujeito à contestação (...) as tensões resultantes da desigualdade das condições são liberadas em circunstâncias determinadas – e afigura-se então que as relações sociais se acham, repentina e provisoriamente, invertidas. Mas a inversão é dominada: permanece organizada no quadro de rituais apropriados, que podem, sob esse aspecto, denominar-se *rituais de rebelião*, segundo a expressão de Max Gluckman. A astúcia suprema do poder consiste em contestar-se ritualmente para melhor consolidar-se efetivamente”. (Balandier 1969: 40-41).

Em termos gerais, tanto as cinco abordagens da antropologia política quanto os cinco aspectos do poder político são insuficientes para formular uma teoria geral do sistema político, tampouco para formular uma tipologia geral e consensual. Creio que apresentar esse breve resumo da história do pensamento antropológico sobre a política é importante para que esta dissertação possa delimitar melhor seu campo de análise. Tal discussão instrumentaliza nossa observação-participante na direção de uma compreensão mais apurada das interações sobre desapropriação de terras, ordenamento territorial e ordenamento discursivo (normativo e pragmático) que estão em jogo no contexto da Corumbá IV.

Com base nessas delimitações parciais e nas propostas metodológicas trazidas por cada uma delas, Balandier propõe uma metodologia de avaliação das questões políticas para as Ciências Sociais em geral e para a Antropologia em particular. Ele propõe a análise situacional, uma vez que considera que as regras gerais são manipuladas em cada interação. O geral se realiza no cotidiano dos indivíduos, e é a etnografia desse cotidiano o que revelará algo sobre o fenômeno político. Essa proposta

metodológica demonstra que as delimitações do que é política em antropologia continuam controversas; é por meio dela que nos reaproximamos de Gluckman e de Sahlins na análise dos *eventos-situacionais* acima definidos. A descrição analítica dos eventos-situacionais estão no *campo* da política.

Precisamos incorporar as críticas ao processualismo e à perspectiva sistêmica para que a análise situacional tome outras dimensões analíticas. Grosso modo, os estudos sobre política na antropologia social estão historicamente vinculados a um interesse teórico específico: compreender o significado da política para as mais diferentes sociedades e sua *ritualização na vida em sociedade* (Peirano 2001).

Nas décadas de 1940 a 1960, desenvolveu-se uma antropologia política – enquanto uma sub-disciplina da antropologia social com objeto e métodos particulares, aos moldes de outras sub-especialidades (antropologia jurídica, antropologia econômica) – preocupada em analisar um sub-sistema: o político. Durante a década de 1960, a antropologia social britânica deu muita ênfase aos processos políticos em si mesmos, alterando as análises dos sistemas políticos e das instituições, projetando-as sobre as interações sociais concretas<sup>54</sup>. As preocupações teóricas desse “processualismo” limitaram as análises da antropologia aos aspectos apenas particularistas. No mesmo caminho, seguiram os estudos sistêmicos que desvinculavam a questão da política da esfera tradicionalmente atribuída a ela pela Filosofia e Ciência Política (o Estado), voltando-a para as análises dos sistemas sociais.

A partir da segunda metade do século XX, as duas correntes da antropologia política, a sistêmica e a processualista, foram fortemente criticadas. Os críticos, principalmente os norte-americanos Geertz (1989; 1998), Sahlins (1983; 1990) e Stocking (1968;1983; 1986), constataram que, tanto as análises processualistas, quanto

---

<sup>54</sup> Para uma descrição detalhada sobre a história teórica da antropologia social (ver Evans-Pritchard 1962; Kuper 1978).

as sistêmicas operam de modo dualista, opondo indivíduos (interações individuais) e sociedade (grupos). Verificaram que essa antropologia política substancializava a política e o poder, ora localizando-os num subsistema social, ora fazendo da política uma dimensão sempre presente em qualquer relação social. Num contexto em que a antropologia voltava a se orientar pelas evidências empíricas das totalidades dos fatos sociais analisados (num resgate do *fato social total* de Mauss), a perspectiva desse modo de fazer antropologia política entrou em crise.

Em parte, graças ao resultado dessas críticas e da ampliação do objeto de pesquisa da antropologia política, surgiu a “antropologia da política”, perspectiva que acrescentava abordagem mais totalizante à política, e também menos sistêmica, ao propor novas diretrizes, em consonância com os aspectos metodológicos renunciados pela antropologia política de Balandier. Essas diretrizes são anunciadas pelo projeto de Pesquisa do *Núcleo de Antropologia da Política* (NuAP) em 1998, quando se propôs: (a) “reconhecer que a política está imbricada no tecido social, fundando-se em princípios que atravessam toda a sociedade, o que problematiza as fronteiras entre domínios sociais; (b) questionar a pertinência da hierarquia entre macro e micro-política; (c) sugerir que a autoridade (dominação) tradicional do esquema weberiano e a autoridade religiosa mantêm mais vínculos do que se imaginava; (d) pensar o Estado e a política nos termos em que são pensados e vividos pelas populações nativas; (e) reconhecer que os rituais constituem o cerne mesmo da política em muitos contextos sociais” (CARDENO 1 – NUAP, 1998: 7-12).

Essas cinco recomendações teórico-metodológicas, elaborados no projeto de pesquisa do *Núcleo de Antropologia da Política* (NuAP), sintetizam a proposta de uma abordagem sobre a política que me parece viável para que possamos pensar nos eventos-situacionais, enquanto “terminais de relações”, permitindo uma análise densa

das interações entre os camponeses, os engenheiros e empregados da Corumbá Concessões S.A., também sobre as normas e servidores do IBAMA e as tentativas de aproximação do MAB. Em termos gerais, a proposta de uma Antropologia da Política consiste em:

“ (...) re-introduzir as formas antropológicas de construir objetos de análise e as ferramentas conceptuais da antropologia para fazer uma antropologia da política no mundo do qual esta foi inventada, o mundo da modernidade e dos estados nacionais, um mundo que é o ‘nosso mundo’” (ibidem).

Portanto, essa Antropologia da Política contribui para qualificar as discussões sobre política, mantendo semelhanças com a proposta de Antropologia política de Balandier. Uma delas é a ênfase na abordagem etnográfica e a busca de um refino da comparação como enfoque metodológico; a *antropologia da política* põe ênfase nos contextos empíricos, sem substantivá-los, e busca acentuar a legitimidade das categorias nativas. Em parte, esse alargamento de propostas também se encontra, de algum modo, contempladas nas discussões de Balandier. De acordo com o NuAP, as principais contribuições que a Antropologia da Política tem para dar nas discussões sobre a política podem ser entendidas na articulação de três dimensões: (1) representações da política, em que os princípios da política regem a diferença social entre grupos, territórios, espacialidades e temporalidades; (2) a politização de outras esferas da vida social e cultural, principalmente a esfera dos rituais da política; (3) a violência na política numa vertente weberiana de Estado (NuAP 1998:12).

É nesses termos que para compreender as mudanças e a formação de uma nova ordem moral precisamos entender também o *campo* onde essas interações se passam. No meu entender, esse *campo* é político. Os contextos rituais são, por definição, elementos do domínio político (do ponto de vista de uma Antropologia da Política). Não poderíamos, portanto, compreendê-los isoladamente sem a contextualização dos

sentidos e práticas políticas acionados nesse campo. Por isso, as delimitações teórico-metodológicas sobre política são importantes para este trabalho.

### **1.3. A BUSCA DA EMPÍRIA DA POLÍTICA NOS TERMINAIS DE RELAÇÕES**

Se as interações entre as agências e atores, que se dão num domínio que denominamos político (ou seja, numa *comunidade de argumentação*), organizam-se a partir de *redes* de relações de poder que vinculam pessoas e interesses, então encontraremos nas falas ali presentes uma expressão dos sentidos políticos que asseguram a eficácia dessas relações. Wolf define a dimensão empírica dessa rede, em um contexto de sociedade complexa (no caso dele o México), por meio dos terminais de relações nos seguintes termos:

“(...) as comunidades que fazem parte de uma sociedade complexa não são mais vistas como sistemas integrados e completos em si mesmos. É mais apropriado considerá-las os terminais locais de uma rede de relações de grupos que se estende, por meio de níveis intermediários, do nível da comunidade ao da nação. Na própria comunidade, essas relações podem ser totalmente tangenciais umas às outras” (Wolf 2003:74).

Na minha interpretação, a noção de terminais de relações proposta por Wolf contribui para elucidar o contexto interacional político específico que surge quando diferentes redes de relações se conectam em um evento-situacional. As análises sobre as interações entre os agentes-atores representam, na concepção deste trabalho, *terminais de relações* entre agrupamentos-redes que compõem a realidade de desapropriação, instalação-operação da hidrelétrica, ordenamento territorial, exigências ambientais, ordenamento produtivo local etc. Assim sendo, na medida em que as interações – enquanto terminais – vinculam as diferentes ideologias, perspectivas e moralidades, podemos ter uma dimensão empírica do contexto e, por meio da comparação entre as potenciais mudanças de perspectivas das agências e atores, constatar o contágio e a

troca de termos, conceitos e categorias próprios de um agrupamento-rede que outro agrupamento-rede se apropria. Por exemplo, a formação da APP é um *evento-situacional* emblemático nessa translação de conceitos, categorias e percepções entre os agrupamentos-redes. A Área de Preservação Permanente é um artefato técnico-burocrático que busca inscrever, nas realidades modificadas pelas hidrelétricas, uma compensação ambiental e um “cinturão protetor” (nos termos de um dos empregados de empresa de gerência ambiental que trabalha para a Corumbá Concessões S.A.) para o reservatório.

A resolução nº. 302/2002 do CONAMA, que regulamenta a APP em torno de reservatórios artificiais, define:

A área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (Resolução CONAMA 302/02).

Para o reservatório artificial da UHE Corumbá IV, a legislação estabelece faixas marginais com no mínimo 100 metros no entorno do reservatório. A lei 8.171 de 1991, que trata, dentre outras coisas, das competências institucionais, e estabelece as ações relativas às atividades agropecuárias, agroindustriais e de planejamento das atividades pesqueira e florestal, em seu Art. 23, afirma que:

As empresas que exploram economicamente águas represadas e as concessionárias de energia elétrica serão responsáveis pelas alterações ambientais por elas provocadas e obrigadas a recuperação do meio ambiente, na área de abrangência de suas respectivas bacias hidrográficas. (Lei 8.171 de 1991)

A área onde hoje é a APP de 100 metros, às margens da UHE Corumbá IV, antes constituía parte das propriedades e posses rurais que ali se encontravam. Por isso, a utilização deste espaço destinava-se à plantação de pomar, campineira e outras

culturas anuais centrais para a produtividade da maioria das propriedades. Mesmo com as recomendações de uso da APP feitas pela Corumbá Concessões S.A., de que não será permitido arar a terra, abrir novas áreas de plantio, nem roçar a regeneração nativa no pasto, a área ainda representa um espaço de disputas conceituais e de categorizações divergentes sobre como se devem utilizar as terras, quais os direitos dos proprietários que celebraram, no momento do pagamento das indenizações, o contrato de **Cessão de Uso** que daria ao proprietário, posseiro e arrendatário permissão para usufruir a terra no período de 35 anos (período da concessão que é renovável por igual período). O IBAMA exigiu que o contrato de **Cessão de Uso** fosse cancelado, porque entendia que ele inviabilizaria o reflorestamento da APP. Essa situação é interessante para observarmos as interações entre as agências e estabelecer suas perspectivas e moralidades.

São nesses termos que a maior parte do material etnográfico analisado e apresentado neste trabalho faz sentido no contexto dos *terminais de relações*. As interações entre camponeses e empregados da concessionária Corumbá IV versam sobre APP, Contrato de **Cessão de Uso** da APP, termos negociais, termos legais de desapropriação, produtividade da terra, produção de energia, desapropriação por utilidade pública, “hidrelétrica para o bem de todos” etc.

“Por um lado trouxe benefício, por outro prejuízo. Benefício – vai trazer água e energia para Brasília. E prejuízo porque muitas áreas eram produtivas e que hoje tem muitas pessoas que estão sem moradia. Porque desapropriou e o que sobrou não presta para tocar lavoura e eles não acertaram com ninguém”.

(Localidade São Roque, Município de Silvânia, resposta de proprietário quando pergunta sobre o que achava da Corumbá IV)<sup>55</sup>

---

<sup>55</sup> Esse depoimento foi “coletado” por um dos pesquisadores que colaborou com o *Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV*.

Assim, para organizar as descrições etnográficas sobre os “terminas de relações” que revelam as dinâmicas das relações orientadas para as comunidades (povoados, relações de vizinhanças, etc.) e as orientadas para fora (nação, estado e município), centramos as análises sobre o domínio da política na *meso-esfera*<sup>56</sup>. Esta última articula ou compatibiliza valores particularistas (moralidades) com valores universais (eticidade). De acordo com R. Cardoso de Oliveira,

“(...) moralidade (...) ou ação proba, baseada em princípios, que o antropólogo caberia identificar por meio de uma adequada etnografia (...) Isso significa que se a moralidade envolve o ‘bem viver’, em seu sentido de vida justa e proba no mundo da vida, a eticidade envolve o dever, como o valor mais alto de uma pessoa, portanto de um ser social” (1996: 57-60).

As moralidades que orientam o desempenho ou cálculo político dos atores para seus respectivos agrupamentos tornam visíveis as *redes de relações* que para eles são significativas. A descrição analítica dos contextos rituais próprias de certos eventos-situacionais (no caso, a construção da UHE Corumbá IV) permite observarmos como atuam as lideranças locais, os engenheiros e técnicos da Corumbá Concessões S.A. e os servidores do poder público (municipal, estadual e federal) ao tratarem de questões do *licenciamento ambiental*, do acordo para desapropriação, da formação da APP, das mudanças produtivas da terra e do ordenamento territorial. Essa moralidade exerce uma força coercitiva própria dos “*sistemas simbólicos*” ideologicamente direcionados sobre as práticas relacionais o que nos permite pensar em mudanças e formação de moralidades híbridas. Para Bourdieu o “poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo (...) os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de

---

<sup>56</sup> “(...) nessa ‘meso-esfera’, que se articulam ou se compatibilizam os valores particularistas das etnias e das comunidades locais da ‘micro-esfera’ com os valores universalistas, humanistas da ‘macro-esfera’” (RCO 1996:29).

imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) (...)” (2004:9-11). Neste contexto, não se trata de classe nos termos *marxianos*, mas de agrupamentos-redes que detêm instrumentos político-financeiros para modificar a realidade territorial de outros agrupamentos-redes e imprimir à territorialidade uma outra significação social, ambiental e produtiva, modificando até mesmo as percepções sobre a relação *natureza e cultura*.

Para trazer com mais evidência a dimensão empírica das moralidades, presentes nesse campo político, apresentarei dois contextos rituais (que Gluckman chamava de situação social): (1) a inauguração de uma ponte que aglutina e (2) a atuação de uma servidora pública municipal. Os relatos que se seguem são importantes para percebermos o re-alinhamento das moralidades que se expressam nos discursos e ações políticos dos atores envolvidos nos contextos rituais, a saber: servidores das prefeituras municipais, empregados da Corumbá Concessões responsáveis pela negociação e camponeses expropriados.

#### **1.4. A CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO DO OURO: TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE CORUMBÁ DE GOIÁS, ALEXÂNIA E ABADIÂNIA.**

Na localidade do Rio do Ouro, que faz divisa entre os municípios de Alexânia e Corumbá de Goiás e é afluente do Rio Corumbá que divide Alexânia e Abadiânia, ocorreu um fato interessante que nos ajuda a entender as interações políticas numa perspectiva da meso-esfera. A ponte da GO Mauro Borges, que ligava o município de Corumbá de Goiás a BR-060 – conectando a localidade de Engenho Velho e Alvoradinha em Alexânia com Fazenda Cutia em Corumbá de Goiás –, tinha sido alagada pelo reservatório. Na versão dos engenheiros da Corumbá Concessões S.A. (CCSA), *houve um erro de topografia na delimitação da cota máxima do reservatório o que causou alterações em alguns pontos do reservatório*. No primeiro levantamento, a antiga ponte sobre o Rio do Ouro não seria inundada pelo reservatório. Antes do segundo levantamento, os moradores e usuários da GO – que não é asfaltada – já sabiam que havia alguma coisa errada porque a água havia inundado parcialmente a ponte. As pessoas da localidade, principalmente Sr. Tito Araújo, liderança local e muito interessado nas questões relacionadas a Corumbá IV e as comunidades, contataram os engenheiros e empregados da CCSA, que por sua vez fizeram um desvio, mas não interditaram a ponte nem iniciaram nenhuma movimentação em prol de uma nova ponte. Com o aumento do volume de água no reservatório, a travessia da ponte se tornava cada vez mais difícil, apenas caminhões e carros grandes conseguiam passar. No período de consultoria para elaboração do *Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV*, verificamos que a ponte estava intransitável; mesmo assim, veículos e pedestres continuavam a se arriscar na travessia. O presidente Manuel Faustino afirmou que Sr. Tito Araújo já havia entrado em contato com os

engenheiros Marcello e Carlos Alberto para comunicar o fato<sup>57</sup>. Em reunião, o presidente afirmou que teria que ser feita outra ponte e que iria submeter a proposta aos acionistas. Em aproximadamente 65 dias uma nova ponte estava pronta. Algum tempo depois, houve a mudança de presidência que representava um transição do período de instalação para um período de operação que demandava um presidente com um perfil de gestor-administrativo, Manuel Faustino é engenheiro civil e tem um perfil de construtor de obras, e, não, de gerente. Portanto, os acionistas estrategicamente decidiram mudar a diretoria-presidência da Corumbá Concessões S.A. Apesar da troca ter tido caráter programático, houve outra dimensão que motivou sobremaneira a mudança. Havia entendimento entre a diretoria e os acionistas de que seria necessário mudar os interlocutores da CCSA com o Ministério Público na medida em que a diretoria estaria entrando em conflitos constantes com a procuradoria<sup>58</sup>.

Com a mudança de presidência, o atual presidente Marconi Melquíades de Araújo – por uma decisão estratégica para mostrar a “dádiva que é a Corumbá IV para a região” (Escritório da Corumbá Concessões S.A., 15/11/2006) – decidiu inaugurar a ponte, além de outras obras de engenharia, por exemplo, melhorias nas estradas das **comunidades**. Antes de partirmos para uma análise mais sistemática dos acontecimentos e depreender delas as implicações políticas para as redes, relatarei parte da inauguração da ponte. A inauguração é emblemática porque coloca os vários atores num momento ritual, em que os discursos representam as posições dos atores e dos

---

<sup>57</sup> Segundo o Agrônomo e grande responsável pelas negociações com as pessoas Carlos Alberto, a diferença entre a medida das empresas de topografia San German e TopoCard refere-se a diferença de metodologias aplicadas: a San German se utilizou de fotos aéreas para estabelecer o limite do reservatório; enquanto a TopoCard se utilizou de uma metodologia mais confiável que seria a de *cota batida*.

<sup>58</sup> Há uma longa história sobre a relação entre a procuradoria e a CCSA. A PGR tentou impedir a inauguração da Corumbá várias vezes alegando que a CCSA não havia cumprido as condicionantes ambientais da Licença de Instalação. Essa história será explorada no capítulo 2.

grupos que atuantes no imenso jogo de linguagens que compõem a política e as moralidades. Segue abaixo o registro de campo que fiz da inauguração da ponte:

*No dia 13/12/2006, um dia após a inauguração da estrada em Pontezinha (Santo Antônio do Descoberto), funcionários da Corumbá Concessões S.A., principalmente o engenheiro responsável pelas negociações, Carlos Alberto (muitas vezes citado de modo negativo nas falas dos proprietários), organizaram uma pequena festa para simbolizar a entrega da ponte para as prefeituras de Alexânia, Corumbá de Goiás e para a comunidade. Participaram da inauguração: proprietários da sub-região; caseiros, empregados e vaqueiros da localidade; prefeito de Alexânia Ronaldo Queiros; representante da prefeitura de Corumbá de Goiás; vereadores de Alexânia; engenheiro-chefe da AGETOP; empregados da Corumbá Concessões S.A. O presidente da Corumbá Concessões S.A. iria participar, mas não pôde aparecer, alegando incompatibilidade de agenda. A representante da Corumbá Concessões S.A., falando em nome do presidente, abriu a reunião agradecendo as pessoas presentes que haviam contribuído para a execução da obra. E, de modo, solene passou a palavra para o prefeito de Alexânia. Esse agradeceu à Corumbá Concessões S.A. pela ponte e afirmou que a UHE Corumbá IV era motivo de orgulho para os municípios e que a prosperidade estava às portas de Alexânia. Portanto, o povo de Alexânia iria perder essa oportunidade que bate a sua porta. Em seguida, o engenheiro-chefe da AGETOP discursou sobre a obra de arte que é esta ponte de concreto que foi construída num período muito curto (65 dias). Disse ainda que “mesmo que a Corumbá Concessões S.A. não seja uma empresa de terraplanagem ou de construção de ponte, como havia dito o presidente da Corumbá Concessões S.A. Marconi, estamos aqui para comemorar uma obra da mais alta qualidade de engenharia civil”. Agradeceu à Corumbá pela parceria e disse estar sempre às ordens para servir aos municípios e à comunidade. Ele lembrou do presidente Manuel Faustino que na teria sido o grande responsável pela construção da ponte. Depois falaram outras pessoas e por fim, num momento de olhares desconfiados, chamaram um representante da comunidade. Por um instante ninguém saberia quem seria o tal representante com tamanha legitimidade. Até que alguém gritou: “seu Tito fala!”. Chamaram então Sr. Tito Araújo que discursou em nome da comunidade, dos supostos beneficiários. Disse que a ponte só saiu graças a sua atuação frente às Câmaras Municipais de Corumbá de Goiás e Alexânia, na articulação com o antigo presidente da Corumbá Concessões S.A. (Sr. Faustino). Ao final, as pessoas aplaudiram e houve uma pequena comemoração com bebidas.*

Esse breve relato sobre a inauguração da ponte representa uma relativa concretização dos *terminais de relações* que põem em evidências as relações políticas, vinculadas ao evento-situacional UHE Corumbá IV. Claro que esse contexto ritual não contém todos os atores envolvidos no evento-situacional hidrelétrica, mas não deixa de ser representativo das dinâmicas políticas presentes nas municipalidades. O contexto histórico, bem como acontecimentos que cercam a inauguração e o próprio ato de inauguração, revelam os níveis de integração que são níveis de negociações presentes nas interações entre atores e agências dos diferentes agrupamentos-redes.

Primeiro, temos a representante da Corumbá Concessões S.A., que vem orquestrar a cerimônia e explicitar para os “cegos incrédulos” as “dádivas”, “benefícios” e “impactos positivos” da hidrelétrica para os municípios e **comunidades** (expressões utilizadas com frequência pelos diretores da CCSA). Depois, há a atuação do prefeito de Alexânia, como político em seu colégio eleitoral, buscando incorporar o capital simbólico presente nessa anunciada “dádiva” que é a UHE Corumbá IV. Em seguida, o engenheiro da AGETOP enaltece as conquistas da engenharia civil e aposta para futuras parcerias com a Corumbá Concessões S.A. para melhor atender aos municípios e as comunidades. Por fim, o Sr. Tito Araújo, como líder comunitário, tenta usufruir também do capital simbólico que a ponte emana, ressaltando sua participação no processo de articulação para “exigir” a ponte, pois nas palavras dele, “se depender deste povo aqui que fica de costa pro chão e olhando pro teto, as coisas não acontecem, eu preciso tomar a frente de tudo” (Fazenda Cutia, Corumbá de Goiás, 16/09/2006). Podemos dizer que nesse momento ritual aparece a interação de quatro agrupamentos-redes, a saber: Corumbá S.A.; Governo do estado de Goiás; **comunidade** local e prefeituras municipais.

A pergunta que poderia ser respondida é a seguinte: quais as implicações políticas para que esse terminal de relações exista dessa forma? Não há uma resposta tão exata quanto a dos engenheiros para a marcação do reservatório, mas uma possível saída seria propor; que os camponeses expropriados reconhecessem e se apropriassem dos *jogos de linguagens* e do *capital simbólico* que são trazidos pelos agentes “de fora”. Assim, não seriam vistos como vítimas do empreendimento hidrelétrico, mas, ao contrário, como agentes ativos nessa disputa por posições e lugares de fala e prestígios. Faltaria apenas maior reconhecimento dos outros atores. A porosidade da micro, meso e macro-esferas fica evidente quando observamos que valores universais e particulares passeiam livremente de uma para outra nos discursos dos diferentes atores. De fato, a cerimônia de inauguração concretizou em parte as interações entre os atores da inauguração. Se não for esses acontecimentos, a concretude das interações entre os atores e as agências envolvidos no evento-situacional UHE Corumbá IV só se dá em dois momentos: com a visita dos representantes da CCSA para a negociação de indenizações ou para discutir a implementação da APP e na inundação do reservatório. As visitas de servidores do IBAMA, por exemplo, são muito esporádicas. Apesar das interações entre os representantes da CCSA e os expropriados serem mais intensas nos encontros face a face, esse contato implicação na concretude das posições e abre a possibilidade de mudança de perspectiva dos atores num processo de “colocar em risco” as convicções dos agrupamentos-redes, promovendo contágios semânticos.

### **1.5. AÇÕES MUNICIPAIS E INTERMEDIÁRIOS NA MESO-ESFERA**

Para compreender a atuação transversal da assessora da prefeitura de Abadiânia, responsável por elaborar o PDOT do município<sup>59</sup>, seguirei o mesmo esquema acima.

---

<sup>59</sup> Em Abadiânia não há uma Secretaria de Meio-Ambiente, a assessora exerce o papel de secretária de Meio-Ambiente.

Partirei de um contexto ritual, tirado do caderno de campo, para em seguida analisar e tentar deprender as estruturas, as moralidades e as dinâmicas políticas:

*Em visita à prefeitura de Abadiânia fui recebido pela assessora do prefeito Itamar, Sueli Lobo (bióloga de formação e professora da prefeitura), que está elaborando o PDOT de Abadiânia. Toquei no assunto do novo decreto da prefeitura que estava em apreciação pela Câmara Legislativa de Abadiânia que se refere ao empreendimento na fazenda G5 em parceria com a empresa TOCTAO Engenharia LTDA (empresa de construção civil especializada em condomínios em áreas turísticas responsável por vários condomínios “bem-sucedidos” em Serra da Mesa, de acordo a própria assessora). Horas antes da conversa com a Assessora, a gerente ambiental da Corumbá, Daniela Romão, havia-me comunicado que o vereador João de Melo havia enviado uma carta-denúncia para a Corumbá Concessões S.A. sobre um grande loteamento na área do Barreiro da Boa Vista, acordo entre a TOCTAO e a prefeitura. A assessora se empenhou em explicar os benefícios do empreendimento: “tem estudo ambiental, são lotes de 1000 metros, proteção da APP, infraestrutura por conta do empreendedor porque a prefeitura não tem condição de prover saneamento, esgoto, água para essa área. O empreendimento irá ordenar a ocupação. A empresa é confiável, já fez em Furnas, em Pirenópolis, etc. O que a Corumbá quer é as favelas que estão se formando lá? Tem gente vendendo lote de 100 metros, está virando uma favela. Melhor que fechemos acordos deste tipo com grandes empresas do que deixar ao Deus dará para que se formem favelas, o que já está acontecendo”. Graças ao esforço e a ênfase dada por minha interlocutora, tive que concordar para que a conversa prosseguisse. A assessora disse que já está com desgosto do lago, nem gosta de ir lá mais porque parece que tudo está ficando feio. Ela diz que só quer terminar sua tarefa, a saber concluir o Plano Diretor, da melhor forma para que tenha o menor número possível de emendas dos vereadores. Ela quer entregar uma peça “bem fechadinha, sem falhas, para evitar as emendas dos vereadores, é uma questão de honra pra mim, porque a Câmara extinguiu a Secretaria do Meio-Ambiente porque julgaram que não era necessário, agora quero mostrar um bom trabalho” (Prefeitura de Abadiânia, foram alguns encontros entre os dias 09 e 14/10/06).*

O que gostaria de ressaltar nesse relato é a transversalidade dos processos políticos que se apresentam na elaboração do PDOT de Abadiânia. Há uma integração de níveis e de negociações, articulação das dimensões normativas e moral. Entendo que os níveis de integração são níveis de negociação de significados, envolvendo as

articulações e ações da assessora com a Câmara Municipal, com as pessoas das localidades (principalmente, Chapadão, Três Veredas, Barro Amarelo e Barreiro da Boa Vista), com a Secretaria de Planejamento do estado de Goiás (que oferece apoio técnico para a elaboração do PDOT) e com as outras prefeituras que compõem o reservatório por meio do Consórcio Inter-municipal. É importante notar que a interação entre os níveis é realizada pelos atores. Por exemplo, quando informei à assessora sobre a existência da carta enviada pelo vereador a CCSA, ela já sabia do fato. Só não conhecia a posição que a Corumbá iria tomar e tratou logo de arregimentar um aliado na defesa da idéia do condomínio em parceria com a empresa de engenharia *TOCTAO*, tecendo longa explicação sobre os benefícios sociais e ambientais de tal empreendimento. Mesmo sabendo que eu não teria nenhuma ligação direta com a posição da Corumbá Concessões S.A., a assessora imaginava que, numa eventual conversa com a gerente ambiental da CCSA, eu poderia indicar que o empreendimento seria “bom” para as **comunidades/povoados**, o que poderia influenciar a posição da concessionária. É importante ressaltar que os fluxos de informações se utilizam de qualquer um que esteja disposto a fazer uma ponte entre pessoas interessadas num determinado assunto. Nesse caso, tornei-me um ator relevante para a integração das redes. É quase impossível ao pesquisador escapar dos processos que investiga. A dinâmica dos processos sociais incorpora todos que tiverem disponíveis a ouvir relatos, fatos, eventos e situações.

Num outro momento, a mesma assessora do prefeito participou da 2ª Reunião do *Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável dos Municípios em Torno do Reservatório de Corumbá IV*. Neste outro contexto de interação, observou-se que as preocupações e as articulações associaram-se com outras redes e outros níveis de associações. Isto é, comunidades e instituições nacionais, estaduais e municipais que foram componentes de uma rede abrangente de relações entre a assessora da prefeitura,

as comunidades (audiências públicas para elaboração do PDOT) e, em outro momento, se vincula a políticas públicas nacionais e estaduais, criando redes mais amplas com gestores estaduais e nacionais (reuniões técnicas sobre o PDOT). O breve relato sobre a reunião mencionada serve de exemplo para observarmos as interações nas redes<sup>60</sup>.

*Enquanto o Comitê de Bacias Hidrográficas é pensado de maneira mais geral, o Consórcio visa discutir os problemas do uso do entorno do lago. Para Sergio [arquiteto, servidor da prefeitura de Santo Antônio do Descoberto responsável pelo PDOT municipal], a sustentabilidade do lago deve ser pensada enquanto reservatório interligado com o Rio Descoberto. Ele defende não somente a presença de companhia de saneamento de Sto Antônio do Descoberto no consórcio como também de Águas Lindas, fato este que foi refutado pelos presentes pelo fato de que o Consórcio é destinado à fiscalização e ao licenciamento, buscando o gerenciamento das questões do lago. Dessa forma, foi acordado por todos que o Consórcio quer usufruir das vantagens do lago, principalmente em relação ao turismo, à sustentabilidade e à integração dos municípios. O Governo do Estado de Goiás, através da SEMARH, está construindo uma política de descentralização das questões ambientais para aumento do poder de fiscalização dos municípios. É a partir dessa descentralização que os municípios pretendem, por meio de parcerias com a Corumbá, pensar em uma forma conjunta de fiscalizar o lago de Corumbá IV. Algumas regulamentações foram estabelecidas para a composição dos membros-representantes:*

*1) no consórcio deve haver a participação de todos os prefeitos consorciados;*

*2) deve haver a nomeação de um representante legal e a indicação de conselheiros, geralmente os secretários de meio ambiente;*

*3) vai haver um conselho específico para avaliar as demandas. Como os municípios estão adquirindo as responsabilidades de licenciar, o consórcio está querendo formular um corpo técnico a fim de licenciar e fiscalizar, o que envolve diretamente a criação de um fundo.*

*Sobre a criação desse fundo, o prefeito de Abadiânia acha que o prefeito deve ter a liberdade de aplicar o dinheiro onde considerar prioridade. Já Maria Alice [secretária de Meio Ambiente, Turismo e Cultura de Alexânia] defende a aplicação de um pequeno percentual dos 45% da compensação financeira (dinheiro que já é destinado aos municípios mensalmente) para o consórcio. No entanto, para que o consórcio tenha uma*

---

<sup>60</sup> Fiz uso da Ata da Reunião redigida por secretária, mas alterando conforme minha própria percepção.

*estrutura nos municípios, os prefeitos devem garantir o funcionamento do consórcio, criando um conselho, uma secretaria e um fundo de meio ambiente*

(Reunião realizada na prefeitura de Abadiânia no dia 24/08/06).

O objetivo de descrever esses dois contextos de interações distintos, mas interligados, é fazer a operacionalização da transversalidade das agências e atores nas interações que conformam, dessa maneira, um novo agrupamento-rede. A funcionalidade sistêmica, se é que podemos subjetivar as ações nesses termos, da assessora do prefeito de Abadiânia é intermediar ações municipais, políticas públicas dos entes da federação, modelos técnico-burocráticos e valores para diferentes públicos (prefeituras e comunidade). Os contextos em que a assessora está inserida – enquanto detentora de posições técnicas-políticas orientadas “para dentro” no caso dos loteamentos e como parte de uma comunidade de argumentação voltada para políticas regionais, em parte voltada “para fora”, – não podem ser entendidos apenas pela categorização em níveis ou identidades fechadas. É importante considerar que os consensos e as ações pretendidas pelos agentes políticos são fragmentados, e que as ações políticas são resultados de embates em interações que estão para além da dicotomia interno e externo.

Apesar da diferenciação entre os municípios, as comunidades locais e as condições socioambientais de cada localidade, também caberia aqui a mesma pergunta sobre o que esses dois contextos rituais dizem sobre as estruturas, as moralidades e as dinâmicas políticas destas localidades diante do evento-situacional Corumbá IV. Do mesmo modo, a resposta não é exata, mas podemos fazer aproximações. Primeiro, o esforço de articulação dos *intermediários* consiste em aproximar as ações das prefeituras, as demandas das **comunidades/povoados** e os interesses da hidrelétrica, sob um mesmo patamar de deliberações e discussões. Segundo, a separação entre

município, concessionária e **comunidade/povoado** em termos de unidades deve ser repensada porque esses eventos revelam que não há grupos fechados em diálogo, mas uma comunidade de argumentação supralocal em formação e sob a gestão de vários atores e agências, mesmo inexistindo a positivação jurídico-burocrática desta gestão. Intermediar negociações em diferentes contextos é o desafio da assessora, ou seja, ela não se limita a fazer arrumações horizontais entre seu agrupamento-rede e outros, ela atua verticalmente, assim como vários outros atores. Em suma, as redes de relações formadas a partir do evento-situacional AHE Corumbá IV conectam, assimetricamente, os atores, as localidades, as agências num contexto de disputas, interesses, acordos, negociações de indenizações e adequação das normas sobre APP.

As discussões realizadas neste capítulo foram na direção da elucidação dos *terminais de relações*, dos contextos de interações, dos intermediários e do reordenamento moral decorrentes de uma política desenvolvimentista-expansionista. A finalidade dessa exposição foi apresentar os contornos em mudança de um evento-situacional (a construção da UHE Corumbá IV) que embasará a compreensão dos processos de mudança e re-ordenamentos normativos, territoriais, semânticos e discursivos. Isso posto, é importante esclarecer que foi invertida a lógica de apresentar as perguntas no início das discussões, haja vista estas só terem sido formuladas após a compreensão do contexto. As perguntas que orientaram este capítulo foram: quais são e como operam as comunidades de argumentação nos contextos locais? Em que circunstâncias os atores se relacionam? Busquei considerar os aspectos dinâmicos, assimétricos e estruturantes do poder (Balandier 1969; Wolf 2003) para me aproximar das ações dos intermediários que fazem a articulação entre as perspectivas e moralidades. Em suma, acredito que, desse modo, pude realizar uma descrição analítica das moralidades presentes nas interações do evento-situacional hidrelétrica Corumbá IV

e, ao mesmo tempo, aproximar-me de uma compreensão mais abrangente acerca da articulação de perspectivas sobre territorialidades, perspectivas sobre a terra, sobre o meio ambiente e sobre o desenvolvimento etc.

## CAPÍTULO 2

### OS AGRUPAMENTOS-REDES E O LICENCIAMENTO AMBIENTAL: A DESAPROPRIAÇÃO DE TERRAS PARA CONSTRUÇÃO DA UHE CORUMBÁ IV

#### 2.1. CINCO BLOCOS TEMÁTICOS SOBRE HIDRELÉTRICAS E UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM ALTERNATIVA

É vasta a produção acadêmica sobre hidrelétricas<sup>61</sup>. Não é pretensão de este capítulo fazer exaustivo levantamento bibliográfico sobre o tema, mas, sim, contextualizar, a partir da bibliografia disponível, as questões teóricas que contribuíram para a melhor compreensão das especificidades das interações entre os agentes e agrupamentos atuantes no evento-situacional UHE Corumbá IV.

Dividirei as discussões sobre hidrelétricas em cinco blocos temáticos: (1) trabalhos que enfocam suas reflexões sobre as rupturas e as transformações ocorridas nas dinâmicas dos grupos desapropriados, reassentados, reagrupados devido à formação de barragens e reservatórios hidrelétricos (momento simultâneo à instalação da hidrelétrica ou pós-construção); (2) trabalhos que privilegiam as articulações políticas para a implementação de hidrelétricas, principalmente, trabalhos que buscam deslegitimar a pretensão de construção de uma hidrelétrica devido aos variados *impactos* que ela causará as populações tradicionais, indígenas e ribeirinhas caso seja construída, exemplo são os trabalhos sobre Belo Monte<sup>62</sup> (momento pré-instalação); (3) trabalhos sobre os empreendedores privados e/ou o Estado-empendedor na busca de compreender questões sobre desenvolvimento, preservação e conservação ambiental

---

<sup>61</sup> Para termos uma idéia do número de publicações sobre hidrelétricas, ver, por exemplo, o I Encontro de Ciências Sociais e Barragens promovido pelo IPPUR da UFRJ, realizado em junho de 2005.

<sup>62</sup> Ver coletânea de artigos sobre as hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas da Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1988.

(período *pré-instalação e operação*)<sup>63</sup>; (4) trabalhos que buscam articular as dimensões do empreendedor, do Estado e das comunidades locais (*pré-instalação e operação*); e (5) trabalhos que centram seus interesses nos movimentos sociais, principalmente, no Movimento dos Atingidos por Barragens (*pré-instalação e operação*).

Os cinco blocos temáticos identificam como propriedades os locais onde são produzidos os **impactos**, quais são as diferentes percepções sobre o **impacto** e quais são as *ideologias*<sup>64</sup> que movimentam as disputas em torno das UHEs: luta de resistência para não se construir e para se obter medidas compensatórias mais simétricas; por outro lado, forças político-financeiras para viabilizar a instalação e operação de novos empreendimentos. Assim, as abordagens e suas análises fazem emergir modelos analíticos sobre como tratar realidades em torno de empreendimentos hidrelétricos. Confesso que, no início deste trabalho, tive a sensação de que tudo já havia sido dito. A novidade ficaria por conta de novos casos, como por exemplo, Corumbá IV que ainda não tinha sido objeto de nenhuma dissertação ou tese. Mas, a repetição das discussões anteriormente formuladas iriam necessariamente aparecer e predominar sobre os novos casos. Ou seja, a contribuição se limitaria a apresentar mais um exemplo de como opera

---

<sup>63</sup> Na linguagem técnico-burocrática dos instrumentos de licenciamento de uma hidrelétrica, os termos usados são instalação para o momento de construção da obra e operação para o momento de funcionamento (produção de energia) da usina hidrelétrica. Os documentos emitidos pelas agências reguladoras e pelos órgãos licenciadores são: licença prévia; licença de instalação; e licença de operação.

<sup>64</sup> Ideologia não entendida como uma “falsa consciência” como se costuma inferir das obras de Marx e Engels, mas como um conjunto de convicções e conceitos que pretende normatizar e explicar o *mundo vivido*, no intuito de orientar e simplificar escolhas de indivíduos, grupos e instituições. Neste sentido, o conceito de ideologia trabalhada nesta dissertação se aproxima da concepção de K. Mannheim (*Ideologia e Utopia* 1936) que afirma que “o estudo das ideologias incumbiu-se de desmascarar as decepções e os disfarces mais ou menos conscientes dos grupos de interesse”. Assim, ambientalismo e desenvolvimentismo – enquanto sistema de idéias e valores (Dumont 1992) – podem ser interpretadas como ideologias que “visam à explicação integral (...) pela aplicação de uma única idéia aos vários aspectos da realidade”, conforme a definição de Hannah Arendt (1975:67). Nesse sentido, o desenvolvimento não é apenas um conceito economicista que define estágios de progresso econômico de Estado-Nacionais, mas também opera como um mecanismo de hierarquização e dominação cultural. Segundo Arturo Escobar (1998) o desenvolvimentismo e o ambientalismo – enquanto regimes de discursos e de representação social – possuem um *modus operandi* que estabelecem aparatos de produção de conhecimento e exercício de poder bastante eficientes na conformação de um “régimen de gobierno sobre el Tercer Mundo, un espacio para ‘los pueblos sujeto’ que asegura cierto control sobre el” (ESCOBAR 1998:30).

as dinâmicas já conhecidas sobre hidrelétricas. Contudo, a opção desta dissertação é buscar uma interpretação mais integrada dos grupos ou agrupamentos de pessoas e moralidades que compõem as várias realidades do empreendimento hidrelétrico.

Considero que a relevância deste trabalho se encontra na tentativa de articular numa única dimensão (a da política) as moralidades de quatro agrupamentos que formam a situação pós-empreendimento hidrelétrico para se pensar na formulação de uma moralidade específica que se constrói interação entre os agentes e agências.

No caso específico aqui analisado, não tenho pretensão de promover uma ampla generalização sobre uma moralidade específica que surge no contexto de instalação e operação das hidrelétricas que serviria para todos os casos de interação entre empreendedores, populações locais, MAB e Estado. A intenção é, com base no levantamento etnográfico sobre Corumbá IV (e algumas informações sobre Cana Brava), discutir a formação de um campo político que seja representativa do evento-situacional analisado em termos de um evento revelador de moralidades. Portanto, o objetivo da comparação é verificar uma dimensão por vezes negligenciada nos estudos situacionais e de caso envolvendo hidrelétricas, ou seja, suas características enquanto campo político eventual a fim de encontrar possíveis moralidades em conflito e consequentemente em re-estruturação e acomodação (valores camponeses, valores desenvolvimentistas, valores ambientalistas e valores técnico-burocráticos num).

Desse modo, cabe salientar o contexto mais amplo que envolve a construção de hidrelétricas para que se possa obter uma visão mais completa dos valores em jogo. Este capítulo não realiza um inventário sobre o histórico das hidrelétricas ou muito menos compila os consensos e dissensos sobre a “antropologia de barragens”, como denomina Sigaud<sup>65</sup>, contudo, deve-se problematizar em termos sociológicos, as temáticas do

---

<sup>65</sup> Para Sigaud a “antropologia de barragem” seria uma denominação dada aos estudos sobre “impacto” que tenham sido encomendados pelas agências interessadas: “os ‘impactos’ preocupam aqueles que os

desenvolvimento, do *ambientalismo*, das instituições, do *campesinato* e das dimensões simbólicas envolvidas no contexto de construção das Usinas Hidrelétricas em geral, e da UHE Corumbá IV, em particular, na intenção de compreender as estruturas em que operam os agentes envolvidos neste contexto<sup>66</sup>.

## 2.2. CONTEXTO AMPLO: OS NÍVEIS DE INTERAÇÃO ENTRE AS AGÊNCIAS E ATORES

É fundamental fazer uso das cinco vertentes mencionadas para compreendermos o contexto mais amplo em que as hidrelétricas se enquadram. Tanto os trabalhos sobre os modelos conceituais em torno das barragens (metalinguagens que teorizam os próprios modelos analíticos<sup>67</sup>) – como são exemplos os trabalhos de Lygia Sigaud (1988), Gustavo Lins Ribeiro (1991), Aurélio Vianna (1996) e Carlos Vainer – quanto as densas etnografias que relatam realidades específicas dentro do contexto temático das hidrelétricas – como é exemplo os trabalhos de Muller (1995), Ivan D. Faria (2004), Noeci Messias (2004), Ana Luiza Martins-Costa (1989) e Maria Rosa Catullo (2002) dão a dimensão do amplo contexto de problemáticas e questões que envolvem as interações entre população local, empreendedor, Estado e movimentos sociais<sup>68</sup>.

---

causam, que então se dirigem a especialistas para que produzam respostas a algumas questões colocadas pela prática dessas agências” (1988:86).

<sup>66</sup> A escolha política de um modelo de desenvolvimento e, por conseguinte, um modelo de produção de energia, institui no Brasil a dependência dos aproveitamentos hidrelétricos que beiram os 90% da produção total do país. Isso, por outro lado, representa mais de 34.000 km<sup>2</sup> de terras inundadas para a formação dos reservatórios, e a expulsão ou reassentamento compulsório de aproximadamente duzentas mil famílias (cerca de um milhão de pessoas), segundo dados do REPORT OF THE WORLD COMMISSION ON DAMS (2000). As conseqüências materiais são perdas de terras agricultáveis, escassez de qualidade e disponibilidade de água doce, perda de biodiversidade e de recursos pesqueiros etc.

<sup>67</sup> (Jakobson 1971).

<sup>68</sup> Lygia Sigaud (1988) sobre as barragens de Sobradinho (no rio São Francisco – Bahia) e Machadinho (rio Uruguai – Rio Grande do Sul), Aurélio Vianna (1996) sobre Lajeado, Ivan D. Faria (2004) sobre Belo Monte (rio Xingu, sudoeste do Pará) e Noeci Messias sobre a UHE Lajeado (Porto Nacional - Tocantins).

Apesar das complexidades e das imensuráveis mudanças, transformações e rupturas causada pela construção da UHE Corumbá IV sobre a produtividade, as relações de parentesco e vizinhança, a malha viária (aumento de distâncias, aumento no fluxo de pessoas estranhas), o contexto da Corumbá IV não se compara em dimensão e complexidade à implantação de outras hidrelétricas, tais como Sobradinho, Itá, Tucuruí que são hidrelétricas com enormes reservatórios que produzem em média 1.000 MW de energia, ao passo que Corumbá IV tem capacidade de produzir apenas 127 MW de energia e as dimensões de seu reservatório não poderia ser maior devido aos centros urbanos que a margeiam<sup>69</sup>. Talvez seja justamente essas características particulares que fazem do contexto da Corumbá um exemplo etnográfico tão interessante para ser discutido porque a maioria dos proprietários não precisaram ser reassentados em outra localidade. Eles puderam ficar e tiveram que interagir com o reservatório, suas normas e sua imposição de um novo ordenamento territorial. As hidrelétricas maiores, geralmente, precisam realizar um processo de reassentamento de populações, causando grandes *rupturas* como foi o exemplo da hidrelétrica de Sobradinho analisado por Ana Luiza B. Martins-Costa (1989).

Uma vez que a UHE Corumbá IV se caracteriza como projeto de *desenvolvimento*, ressalva as variações conceituais do termo *desenvolvimento*<sup>70</sup>, enquanto empreendimento de infra-estrutura e de ocupação territorial do centro-oeste<sup>71</sup>,

---

<sup>69</sup> A definição de um empreendimento nas escalas de grande, médio ou pequeno não leva em consideração apenas o valor agregado e a importância econômica do projeto, mas contempla sobretudo a dimensão da influência sobre a população alvo e/ou impactada. As possíveis modificações sofridas pela ideologia desenvolvimentista estão diretamente relacionadas ao contexto de sua aplicação, em grandes ou pequenos projetos de desenvolvimento, nas esferas meso, micro ou macro (Pareschi 2002).

<sup>70</sup> Em publicação recente Jean-Pierre Olivier de Sardan (2005) analisa as variações linguísticas para o termo desenvolvimento, dando ênfase às questões políticas envolvidas nas definições. Para o momento, basta deixar claro que desenvolvimento é um conceito tão variado e importante quanto o de cultura.

<sup>71</sup> O projeto estatal de interiorizar o desenvolvimento e ocupar o território passa pela região em questão: primeiro com as construções de Goiânia (na década de 1930) e de Brasília (na década de 1950); simultaneamente, as BR-060 e BR-153 que integram o centro-oeste; depois, o eixo de desenvolvimento

o desafio de compreender o contexto amplo em que ela se insere pode ser enquadrado nas discussões sobre expansão da cultura burguesa sobre as outras formas de simbolizar, i.e., a expansão do capitalismo em escala global (Wolf [1956] 2003) ou nas discussões sobre re-significação das culturas no contato com o sistema simbólico materialista e pragmático Ocidental (Sahlins 1997). É na junção dessas abordagens teórico-metodológicas que podemos representar a complexidade instaurada com os empreendimentos hidrelétricos.

Como observado por vários trabalhos (Vianna 1996; Quijano 1992; Ribeiro 1991; Sigaud 1986; Wolf 1982; Suárez 1972; Sahlins 1997), a fronteira de expansão do *sistema mundial*<sup>72</sup> leva para os territórios de *populações tradicionais* obras de infraestrutura de grande escala, visando explorar recursos naturais. A expansão do capitalismo em nível global que se concretiza localmente nesses *fragmentos de modernidades* denominados usinas hidrelétricas, mineradoras, plataformas, além de todo o aparato técnico-burocrático que os seguem (obrigatoriedade da constituição de Área de Preservação Permanente, exigências fito-sanitárias, exigências ambientais para minimizar os danos causados pela transformação, novo ordenamento territorial numa nova lógica de ocupação, procedimentos de segurança), muitas vezes significa o desaparecimento de modos de existência cultural e biomas.

Dentro da dinâmica metamorfoseante do espaço, as discussões sobre *grandes projetos* elaboradas por Ribeiro (1991: 21-35) nos ajudam a equacionar as questões referentes à contextualização das hidrelétricas em geral, e de Corumbá IV em particular, ao identificar quatro eixos centrais por meio dos quais as ciências sociais têm

---

Brasília-Anápolis-Goiânia por meio do Distrito Agro-Industrial de Anápolis; por último, mas não menos importante, a ocupação para produção energética com as Usinas Hidrelétricas.

<sup>72</sup> Também Harvey nos mostra que no capitalismo contemporâneo, a estratégia central do sistema em expansão (ou sistema mundial para utilizar expressão de Wolf) é a pulverização do espaço, o que implica sua construção a partir de uma lógica de fragmentação própria (Harvey 1989).

desenvolvido os modelos interpretativos: ao analisar a expansão do sistema econômico hegemônico; ao analisar as relações entre os diferentes níveis de *integração* que compõem um grande projeto; ao realizar uma leitura antropológica acerca do desenvolvimento que busca uma compreensão simétrica das perspectivas; e, por fim, ao realizar uma análise do papel do Estado enquanto agente responsável pela definição de determinadas políticas e modelos energéticos.

Com base nessa variedade de abordagens e buscando seu equacionamento, de que modo poderíamos interpretar os contextos das hidrelétricas no centro-oeste brasileiro? Sendo parte de um sistema econômico capitalista em expansão, a UHE Corumbá IV pode ser interpretada como resultado de uma racionalidade modernizadora e desenvolvimentista que se orienta pela pauta da produção e do acúmulo como forma de promoção do bem estar social. Essa *ideologia*, portanto, idéias e valores, é fruto da perspectiva moderna de supervalorização do mercado e da economia que engloba outros elementos de reprodução da vida social (Sahlins 2003). Os discursos proferidos na festa de inauguração da usina de Corumbá IV realizada no dia 04 de fevereiro de 2006 constitui um exemplo significativo dessa ideologia, nas palavras do ex-governador do DF Joaquim Roriz (na ocasião ainda governador) sobre a importância da energia e da água advindas da UHE Corumbá IV: “*são os insumos básicos para que o desenvolvimento econômico da região seja mantido, uma obra tão importante para o nosso desenvolvimento*”<sup>73</sup>.

Esse modelo de desenvolvimento requer uma matriz energética de produção em larga escala e, as hidrelétricas são um dos pilares de sustentação e dinamização desse sistema produtivo, portanto, não podem ser pensadas apenas como uma questão localizada, mas como um fenômeno global, imerso nos processos de expansão

---

<sup>73</sup> Acessado em [http://www.districtofederal.df.gov.br/001/00101001.asp?ttCD\\_CHAVE=53&btOperacao=](http://www.districtofederal.df.gov.br/001/00101001.asp?ttCD_CHAVE=53&btOperacao=)

capitalista. Na análise de Eric Wolf, podemos encontrar uma boa definição deste contexto mais amplo em que as UHEs se enquadram:

*Em nenhum outro lugar isso é tão claro quanto no estabelecimento dos grandes empreendimentos que acompanham o surgimento do moderno sistema mundial, como plantations e minas, campos de petróleo e sistemas de transporte, complexos industriais e sistemas de hidroeletricidade. Eles não derivam de tradições nem de desejos locais, regionais ou de 'base'. Geralmente respondem a demandas nacionais ou internacionais e são localizados em áreas ou regiões selecionadas de acordo com critérios de alguma estratégia ou plano, gerais e abstratos. É comum que esses empreendimentos respondam a um ideal de 'progresso', um ideal que corporifica a intenção de 'redimir' uma área da servidão ao atraso e orientá-la em direção ao 'desenvolvimento'. Algumas vezes para melhorar, outras para piorar, esses projetos deslocam pessoas, desestruturam as suas formas habituais de vida, implementando uma infra-estrutura, totalmente nova, de constrangimentos e oportunidades para os participantes-alvos (Wolf em prefácio de Ribeiro 1991).*

Em suma, as hidrelétricas – enquanto *situação* aglutinadora dos agentes – são caracterizadas pela relação entre os fluxos de capitais financeiros, os complexos industriais que demandam matéria prima para produzir para os mercados globalizados, as orientações do Estado-Nacional e as mudanças, transformações e rupturas das pessoas desapropriadas para que o capital se instale em terras de outros<sup>74</sup>.

Partindo para a compreensão de diferentes níveis de interação entre os agentes, temos que mergulhar também na dimensão ambiental do processo de licenciamento da UHE Corumbá IV para apreender, na medida do possível, as contradições existentes nos *agrupamentos-redes* constituídas por diversas agências e atores centrais (Estado-nacional, concessionária, MAB e pessoas desapropriadas etc.). Portanto, é fundamental

---

<sup>74</sup> A partir da década de 1960, implementou-se uma política energética que compreendia a instalação de uma série de Aproveitamentos Hidrelétricos – que tomariam o lugar das centrais térmicas e aumentariam a geração de energia – em áreas ocupadas por camponeses e povos indígenas (Tucuruí – rio Tocantins, Sobradinho – rio São Francisco, Itaipu - rio Paraná, Machadinho – rio Uruguai). A intervenção do Estado e dos empreendedores sobre as dinâmicas econômica, social e política dos grupos indígenas e camponeses sempre se mostrou opressiva na medida em que dava pouco ou nenhum agenciamento a essas populações (Ver Viveiros de Castro e Lúcia Andrade 1988)

mapear esses agentes segundo seus níveis de ação e as relações entre esses níveis. Como posto na introdução, o lugar etnográfico de observação dos *agrupamentos-redes* não tem um único epicentro. Ou seja, as ações dos agentes não correspondem às posições monolíticas; antes, os agentes (pessoas desapropriadas; MAB; Corumbá Concessões S.A.; IBAMA; Ministério Público etc.) são diferenciados e compõem um todo heterogêneos. É preciso dessubstancializar a idéia de agente enquanto grupo comunidade circunscrita para que as dinâmicas das redes e a complexidade sejam entendidas como incompletas, isto é, em permanente construção.

Caracterizar a complexidade que envolve Corumbá IV como processo é mostrar arbitrariedades, escolhas, translações de interesses, dentre outras transações que compõem as relações humanas, sem as quais qualquer “verdade” não poderia ser considerada como tal (Latour 2000; 2004). Níveis de interação são níveis de negociação de significados distintos e será pelo conhecimento de tais espaços (ou contextos ritualizados) de disputas de significados que espero demonstrar como todo processo do empreendimento responde a condicionalidades políticas, configurações socioeconômicas e articulação de agências e atores em novas situações ou configurações de poder, o que afetará suas crenças e valores <sup>75</sup>.

### **2.3. EQUACIONAMENTO DO *EVENTO-SITUACIONAL* NESTE CONTEXTO AMPLO**

A relação entre empreiteiros, operários, engenheiros – representantes das redes vinculadas ao capital – com produtores rurais, roceiros, posseiros, pecuaristas e

---

<sup>75</sup> Poderia se incorrer no risco de tratar as particularidades de um fenômeno global apenas a partir da dimensão numérica, tratando da dimensão do impacto de maneira exclusivamente quantitativa, a saber os casos da represa *Alemán* no México que atingiu 22 mil pessoas; no Brasil a represa de Sobradinho que reassentou 65 mil e a de Tucuruí aproximadamente 30 mil; na Argentina Salto Grande e Yacyretá realocaram 7 mil e 40 mil, respectivamente; saindo da América latina, a China realizou o maior empreendimento hidrelétrico do mundo e impactou um milhão de pessoas; segundo informações oficiais, de acordo com organizações independentes esse número é três vezes maior. Não cabe aqui simplesmente negar esta dimensão, apenas colocar que por si só ela não contribui para o entendimento das particularidades envolvidas na compreensão do fenômeno a partir de uma ótica antropológica que tem como questão central o “ponto de vista dos nativos”.

proprietários de terras das áreas desapropriadas – que possuem outra lógica simbólica para lidar com as questões da terra e da produção – põe todos em perspectiva *por interagir com a alteridade* (Dumont 1992). Note-se que em algumas circunstâncias elas se tornam lógicas concorrentes, na medida em que para alcançar seus interesses de redes precisam necessariamente suprimir os interesses da outra e vice-versa. Mas, a quem se está concorrendo, isto é, qual o objeto de interação em disputa quando ocorre tal encontro? Obviamente, trata-se pelo lado de os “desenvolvimentistas” de justificarem sua presença nos lugares aonde chegam, isto é, justificarem que “trazem o progresso” onde descansa o “atraso”. Quem estimula o contato entre tais identidades é o capital em expansão. O capital em expansão, como se sabe, tem como condição de seu sucesso a *compressão do tempo e do espaço* (Harvey 1989), ao passo que, o tempo e o espaço do camponês são outros (são os do ciclo das águas ou das plantações, tempo da seca e tempo das águas, como veremos no capítulo 3).

O contato entre os representantes (ou *intermediários*, como prefere Wolf) de cada *rede ou agrupamento* conduz os interlocutores a elaborarem estratégias discursivas capazes de responder às demandas e, às vezes, exigências legais postas pelo outro, ao qual respondem. A experiência simbólica da exposição e da necessidade de responder ao outro de maneira a resguardar os próprios interesses é percebida diferentemente pelos agentes.

O que deve ser caracterizado aqui é que nos processos de choque entre diferentes atores com identidades que reproduzem as diferenças de poder de barganha e negociação de valores cabe ao Estado assegurar minimamente a simetria das trocas simbólicas que mutuamente se friccionam (Cardoso de Oliveira 1996), justamente porque é o mesmo Estado que tem como princípio contemplar as diferenças para que todos sob sua soberania sejam tratados em condições de igualdade. Nesse sentido, a

presença de empreendimentos hidrelétricos como imposições objetivas e também morais às identidades daqueles que residem na área a ser inundada e seu entorno, coloca um desafio ao Estado: como assegurar tal simetria? Não se trata apenas de produzir políticas que obrigam as empreiteiras a levar em consideração os interesses dessas pessoas, mas de incluí-las na definição mesma dos direitos daquelas que se convencionou chamar *atingidos* (MAB). O desafio vai além da simples inserção de demandas, pois o que é necessário ao Estado é produzir meios de permitir que os atingidos joguem os jogos de linguagem nas arenas de decisão sobre o que são – ou querem ser - e quais direitos têm.

A “equação” é a seguinte: diante dos grandes empreendimentos há grande mobilização de valores – e pessoas – desenvolvimentistas para as áreas onde se aplicam. Isso coloca frente a frente esses valores e pessoas com outros valores e outras pessoas. Os valores desenvolvimentistas contam com “operadores” que levam adiante concepções de tempo e espaço que constituem valores simbólicos opostos aos valores com os quais interagem. Essa oposição reproduz fielmente a oposição progresso/atraso que carregam como bandeira ideológica que baliza a expansão do capital. Trata-se de um contato de conquista<sup>76</sup> de um universo simbólico pelo outro; a conquista do Centro-Oeste (Suárez 1972). Para normatizar este processo, o aparelho estatal, por ser um Estado de direito, tem por objetivo/função/missão assegurar que a tal expansão não seja empreendida como conquista, mas sim em diálogo<sup>77</sup>. Para isso, o Estado cria instrumentos político-burocráticos de preservação/conservação ambiental e mecanismos para assegurar os direitos e garantias individuais dos desapropriados.

---

<sup>76</sup> No mesmo sentido de Ramos (1998).

<sup>77</sup> De acordo com a discussão que Habermas realiza sobre o ponto de vista da Teoria do Direito "as ordens jurídicas modernas extraem sua legitimação da idéia da autodeterminação, pois as pessoas devem poder se entender a qualquer momento como autoras do direito, ao qual estão submetidas como destinatários" (1997: 309).

Para aprofundarmos essa discussão e sermos cautelosos com a proposta de perceber reordenamentos morais a partir das interações em torno da hidrelétrica, ou se estamos apenas comprando o discurso de uma das partes, caberia ressaltar as observações de Viveiros de Castro e Lúcia de Andrade (1988) sobre a Hidrelétricas do Xingu:

“se verifica, portanto, a completa perversão de um discurso legítimo e politicamente fundamental – o da luta pelo respeito ao ambiente – através de sua incorporação ao arsenal ideológico do Estado autoritário. A noção de ‘impacto ambiental’ presta-se, assim facilmente ao mascaramento da dominação política. Pois os efeitos de obras como o Complexo do Xingu não são simplesmente ou principalmente ‘ambientais’ ou ‘sócio-econômicos’. Eles são essencialmente políticos, por resultarem de uma vontade de dominação que nega às populações humanas visadas seu lugar de sujeitos de direitos, isto é, de grupos sociais dotados de uma positividade política” (1988:10).

As conseqüências dessas definições, principalmente as de positividade política das populações humanas que se encontram no caminho das obras de infra-estrutura, trazem uma dimensão de legitimidade e direitos. As pessoas desapropriadas não têm, nem enquanto indivíduos nem enquanto coletividade, poder de veto ou de desfazer as desapropriações de suas terras.

#### **2.4. A QUESTÃO AMBIENTAL NA DELIMITAÇÃO DOS AGENTES E DE SUAS PERSPECTIVAS: MAIS UM PASSO PARA SE CHEGAR AS MORALIDADES**

Os eventos-situacionais em torno das questões ambientais são ressaltadas em todo o processo de licenciamento ambiental. O licenciamento ambiental é resultado de disputas políticas. O processo de licenciamento ambiental aparece como autocrítica da opção do Estado pela política energética, mesmo que isso não seja explicitado. Segundo Ribeiro,

“O fato de que burocratas ou tecnocratas de Agências de Desenvolvimento critiquem seus próprios modos de operação não

é necessariamente uma contradição, como pode parecer à primeira vista. É inerente à racionalidade das burocracias produzir sua própria crítica, como um forma de disseminar e naturalizar a própria estrutura burocrática que elas parecem criticar e, algumas vezes se opor. De fato, isso é especialmente verdadeiro na história do desenvolvimento, a capacidade de produzir desculpas por erros cometidos, de reciclar reformulações e de criar novas panacéias faz parte dos ‘idiomas de auto-exoneração’ em muitas instituições” (Ribeiro, 2005: 6)

A análise do caso UHE Corumbá IV nos faz refletir sobre alguns aspectos do processo de licenciamento: dentro do jogo político que se insere numa *Comunidade de Argumentação*, as pessoas locais são vistas tanto pelo discurso ambientalista das agências estatais quanto pelo discurso desenvolvimentista da concessionária, como parte integrante do meio-ambiente. Essa classificação imprópria das pessoas dentro de instrumentos técnico-burocráticos ambientais, como é o exemplo do Licenciamento Ambiental que trata também das dinâmicas sociais local, encontra respaldo em definições de instituições e ONGs:

*qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais* (Relatório 2006 – Instituto Sócio Ambiental).

Ou ainda, nos termos técnicos do glossário de Terminologia Energética da Comissão Nacional Portuguesa da Conferência Mundial da Energia:

Meio Ambiente: conjunto dos agentes físicos, químicos e biológicos e dos factores sociais susceptíveis de um efeito directo ou indirecto, imediatamente ou a prazo, sobre os organismos vivos e as actividades humanas num determinado período (Terminologia Energética; Edição da Comissão Nacional Portuguesa da Conferência Mundial da Energia; 1986: 131)

O problema fica ainda maior quando as pessoas são enquadradas na questão ambiental enquanto “populações tradicionais”, vinculados ao ideal de “comunidades tradicionais”, isto é, eles são assunto do licenciamento ambiental e não de qualquer outro tipo de instrumento de ação político-burocrática. O próprio licenciamento leva a uma condição de sub-representação das pessoas que não são classificadas como sujeitos de direitos, mas como **passivo ambiental** que deve ser mitigado.

Como analisa Carlos Vainer (2001), no processo ambiental (instrumento do licenciamento) é que a lógica ambientalista impõe seus conceitos e definições da realidade. Do mesmo modo, os empreendedores o fazem para emplacar seus modelos desenvolvimentistas. É nesse momento que as pessoas que possuem terras desapropriadas são mais uma vez desapropriadas institucionalmente, sem mecanismos que permitam impor suas concepções sobre a realidade. Essa constatação me leva a crer que as interações locais assumem um papel central para contestar os modelos fechados do licenciamento. É no momento do acordo para desapropriação ou para formação da APP ou ainda para tratar de “reparos” na malha viária ou de outro tipo que a moralidade, as concepções e a realidade local aparecem com força para transformar numa outra direção (do território para as instituições técnico-burocráticas) o território. É importante ressaltar que as mudanças na perspectiva dos agrupamentos locais são produzidas não somente em função do empreendimento em si, mas de seus desdobramentos político-burocráticos que possuem diferentes formas de conceber a gestão do território.

“Aqui cobriu quase tudo. O que não cobriu é reserva. Essa casa está dentro da reserva. Falaram que ia ter 35 anos para morar no combinamento. Depois não pode mais. Ficaram poucas famílias onde sobrou terra”

(proprietário camponês ao se referir as negociações com a Corumbá Concessões S.A; Localidade Monjolo, Alexânia; 23/10/2006)

“Na negociação ficou combinado que minha casa e minhas benfeitorias [**Contrato Verbal de Cessão de Uso**<sup>78</sup> para casa na APP] podiam ficar, não quiseram desmanchar e não pagaram. Agora, se tiver que sair vai ser preciso um novo combinado, porque não sobrou nada. Antes da barragem eu tinha 6,6 hectares, a inundação e a APP tomaram 5,8 hectares. Sobrou nada. Está tudo na área de preservação” (com adaptações). (Olegário da Silva, Fazenda Pinguela a se referir à sua condição que se encontra totalmente na área de preservação ambiental; Santo Antônio do Descoberto; 05/11/2006).

“A terra de baixada que era boa para roçado, agora não pode mais mexer” (Adilson L. Mendes. Fazenda Cutia, 10/11/2006).

Geralmente, o que ocorre são alterações ambientais, culturais e sociais que quebram dinâmicas anteriormente existentes, inviabilizando a sobrevivência e a reprodução social e da produção das populações locais. Observa-se que alguns pequenos produtores tiveram sua produção comprometida, simultaneamente por causa da inundação das “**terras de baixada**” – na concepção local as mais **fortes** para o plantio e para pastagem da **tropa** (gado e cavalo) – e por causa da figura da Área de Preservação Permanente (APP) que limita o uso e reduz significativamente a possibilidade de alguns proprietários permanecerem exercendo suas atividades produtivas. As mudanças e *rupturas* consistem nas imposições objetivas sobre o território, isto é, nas novas formas desse território ser concebido. Entretanto, os instrumentos legais do licenciamento regulamentam novas obrigações legais vinculadas à gestão dos territórios ocupados pelos proprietários que continuam na terra, o que implica em modificações tão ou mais significativas.

O que está em jogo são duas concepções de territorialidade distintas e que, em alguma instância, disputam espaço, poder e domínio sobre os recursos naturais. As duas

---

<sup>78</sup> Contratos de Cessão de Uso para utilização de casa e outras construções na Área de Preservação Permanente foram pactuados por igual período ao da Concessão, seja na forma de acordos assinados ou verbais, sendo a última configuração a predominante.

perspectivas podem ser aglutinadas nas seguintes classificações: *território como recurso*; e, *território como morada-produção*. Edna Castro define território como:

“o espaço ao qual um grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo. Mas todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque está longe de ser uma realidade simplesmente econômica” (1997:166-167).

Grosso modo, cabe notar que não se trata de uma territorialidade substancializada ou colada nas práticas apenas cotidianas, mas de uma territorialidade relacional articulada no e pela maneira de ordenar e ocupar a “terra”. A experiência territorial presente nas interações entre os agentes-atores remete a uma apropriação política do espaço vinculada à administração, delimitação, classificação, habitação, uso e identificação das opções de ordenamento territorial (Segato 2005:3). O território, por sua vez, apresenta-se como o resultado da territorialidade, que seria o esforço coletivo de um grupo para habitar, dominar, usar, e assim se identificar com o meio que ocupa (Little 2002:17).

Klaas Woortmann (1990) faz uma aproximação do campesinato como a terra para morar e produzir em que está implicada uma ordem moral camponesa. Pode ser pensado a partir das duas representações antagônicas da relação com a terra: num caso uma relação de troca, na qual o homem ajusta suas necessidades à natureza da terra e no outro, uma relação utilitarista, onde a terra é percebida como objeto-mercadoria, e onde a natureza deve ser transformada: “corrigida” para tornar-se instrumento de lucro.

Na perspectiva do *território como recurso*, os instrumentos administrativo-burocráticos, em geral, objetivam imprimir uma lógica de ocupação que vise conservar e/ou preservar: a qualidade da água; a sobrevivência da fauna e flora; o uso ambientalmente adequado dos recursos naturais por parte da população local; e define

diretrizes para o ordenamento territorial com vistas a coibir a ocupação desordenada. Essas definições utilizadas pelos empreendedores (privados e/ou estatais) trás um viés ambientalista sobre o uso do território.

Na perspectiva da *terra como morada*, o território configura, em algumas instâncias, a estrutura, a organização e a dinâmica das relações locais, sobretudo no caso dos produtores rurais das diversas localidades e municipalidades que compõem o reservatório. A transformação do espaço – enquanto categoria do entendimento kantiana ou platônica – em território é um fenômeno de representação por meio das quais os grupos humanos constroem sua relação com a materialidade, num ponto em que a natureza e a cultura se fundem. Conceitualmente, não se dissocia território de territorialidade, como na proposta de Soja (1971:19) em que a territorialidade

“é um fenômeno de comportamento associado à organização do espaço em esferas de influência ou em territórios nitidamente delimitados, que assumem características distintas e podem ser considerados, pelo menos em parte, como exclusivos de quem os ocupa e de quem os define”.

Neste sentido, a territorialidade deixa de ser substancializada e passa a ser relacional, ou seja, a territorialidade começa a ser re-significada devido à interferência (ou interação) de novas agências e atores. De um modo eminentemente dialético, as interações constroem uma territorialidade a partir de um conjunto de perspectivas, legislações, estudos técnico-científicos, reformulação das concepções locais para incorporar as mudanças, tais como APP e restrições com criação de ovinos. De tal modo que o território passa a ser ordenado por meio do conjunto de relações estabelecidas na *situação do licenciamento ambiental* (Medeiros 2006).

## 2.5. QUAIS SÃO AS MORALIDADES EM JOGO?

Por que escolher moralidades e não as estruturas institucionais, o Estado, as estatísticas ou outro critério formal como meio de levantar, descrever e avaliar quais e como as estruturas políticas das populações do entorno de Corumbá IV estão sendo modificadas e transformadas? Em suma, porque o estudo das moralidades permite a avaliação ética dos processos comunicativos induzidos pelos diferentes atores envolvidos na construção e operação de usinas hidrelétricas e isso significa a visualização, no presente, do encontro do pesquisador com as concepções “nativas” de “bem viver” ou “viver bem” e quais são seus sistemas políticos, suas estratégias comunicacionais e seus padrões morais de negociação. Em segundo lugar, porque o estudo das moralidades tornará possível analisar os embates e dilemas entre as diferentes agências e atores quando, em situações etnográficas específicas, recorrem ao passado das relações políticas. Os processos de comunicação que, neste contexto, não implicam apenas uma negociação de significados, mas, sobretudo numa negociação sobre o valor da terra (preço monetário; significado da terra para as partes; benfeitorias; dimensão simbólica do residente na terra que não vê apenas uma jabuticabeira, mas principalmente “minhas jabuticabeiras” etc.). Esses processos são eminentemente políticos.

Em princípio, essa questão pode ser privilegiada a partir das discussões sobre *insulto moral*<sup>79</sup> enquanto o não *reconhecimento* do valor simbólico e sentimental dos “bens” desapropriados pelo empreendimento, apesar do pagamento de uma indenização

---

<sup>79</sup> Tentarei abordar as questões referentes ao insulto moral numa dimensão relacional em que os valores camponeses e fundamentam o tipo de reconhecimento que se busca. Num contexto de relações individualistas em que a noção de cidadania é o valor balizador das relações. Luís R. Cardoso de Oliveira define insulto moral “quando este reconhecimento não ocorre, a indenização eventualmente negociada não tem como absorver (ou expressar) o significado normativo cobrado nas demandas das partes, e não pode trazer consigo a força revigoradora da afirmação de cidadania e de respeito/consideração à pessoa do indivíduo agredido, que só o reconhecimento público da importância ou do merecimento dos respectivos direitos pode viabilizar” (LRCO 1996: 131).

pelo valor de mercado daqueles bens as pessoas não se sentem respeitadas em seu direito de ter maior consideração por parte dos empreendedores. É justamente a dimensão simbólica e sentimental que não é contemplada no processo de negociação de pagamento das indenizações. Há um caso emblemático que acompanhei durante minhas primeiras visitas à região de Corumbá IV. Em conversa com um camponês desapropriado sobre sua condição e sobre a negociação das terras inundadas, uma das primeiras frases que verbalizou sobre as negociações foi “não me pagaram o que valiam meus pés de jabuticaba”. Quanto vale uma jabuticabeira? Fiquei processando essa questão por um tempo, conversando com o agrônomo responsável pelas negociações e lendo o laudo técnico que estipula o valor monetário da jabuticabeira, há toda uma metodologia técnico-científica para estipular o valor monetário dos “bens” desapropriados com taxas de depreciações, fórmulas para calcular o lucro cessante, quando os “bens” poderiam produzir de lucro para os proprietários num período determinado de vida útil das “coisas” etc. Contudo, nada consta sobre a dimensão simbólica, nem poderia constar porque quanto vale um **quintal** cheio de jabuticabeiras, mangueiras, goiabeiras e criações que fazem parte da *trajetória* (Velho 1994) produtiva de uma família.

“Não quero valorização, quero meu sossego de volta. E não ficar me humilhando para esse povo de fora”

(Adonias Gomes dos Santos referindo-se aos transtornos causados pelos pescadores, Barreiro da Boa Vista, Abadiânia, 09/10/2006).

“Ter que sair do local criou apreensão. Criamos expectativa de um lugar pacato, bonito, sossegado. Um ambiente bom” (Rio Areias, Santo Antônio do Descoberto, 23/09/2006).

Para a maioria dos desapropriados, o que está em jogo não é apenas a dimensão monetária de quanto custa a **terra** e as **benfeitorias**. Há algo para além do pragmático quantitativo dos métodos contábeis de mensuração de “bens”. As técnicas servem para conferir neutralidade e dar alguma legitimidade jurídica para o procedimento de indenização. Porém, a “neutralidade” jurídica é percebida como insensibilidade pelos moradores. Inclusive, o IBAMA e a PGR contestaram os **termos negociais** da Corumbá, alegando que não houve padronização no critério de desapropriação e pagamento de indenizações. A Corumbá Concessões S.A. se defende via laudos técnicos que garantem sua legitimidade processual. No meio deste jogo, ainda fica sem resposta a pergunta do desapropriado que reconhece que recebeu um valor em reais por cada jabuticabeira de seu **quintal**, mas que ainda alega que “não pagaram a jabuticabeira”. Os camponeses desapropriados sabem que a dimensão simbólica não é objeto da indenização, procuram fazer acordos pragmáticos sobre o que consideram que suas terras valem enquanto potencial para produção, mas, mesmo assim, quando perguntados expressam suas perspectivas sobre a valor simbólico das coisas, mesmo que de modo também bastante pragmático:

“Nem a terra ele não paga direito quem dirá ressentimento. Eu falei para ele. Eu não gosto nem de lembrar. Tenho depressão” (Alvoradinha, Alexânia, 18/10/2006).

Há bastante ruído na interação entre o empreendedor e a população desapropriada. Há como estabelecer as mudanças, rupturas e transformações na dimensão moral e simbólica? Se considerarmos o discurso como a expressão de um conjunto de valores ou *ideologia* que possuem suas implicações práticas, perceberemos que os enunciados referentes a terra, ao valor das “coisas”, ao ressentimento, ao desgosto por ter visto a terra inundada etc., possuem uma comensurabilidade com os discursos e a perspectiva advinda do empreendedor e dos órgãos públicos. Busco

justamente essa comensurabilidade que estabelece vínculos e troca de categorias, perspectivas e conceitos dos moradores locais (camponeses) após a experiência da interação.

No plano discursivo em que o concreto se apresenta nos valores e nas idéias enunciadas nas diferentes conceituações, observo o processo de (re) formulação de significados que ordena a ação dos atores envolvidos nos diversos contextos rituais propiciados pela *situação-evento* Corumbá IV, estabelecendo mudanças em suas trajetórias e perspectivas. Assim, para compreender numa esfera dialógica e conceitual e com base em dados empíricos a elaboração de uma *identidade de atingido* torna-se necessário investigar o *campo* das práticas institucionais e a pretensão dos empreendedores de legitimar direitos e posições políticas daqueles afetados pelo empreendimento <sup>80</sup>.

Idealmente, uma negociação será tanto mais democrática quanto mais existir o diálogo. As características de um diálogo que não seja sectário leva em conta uma ética discursiva (Habermas) e que os envolvidos tenham a liberdade de argumentar sem assimetrias. A argumentação deveria ocorrer em um contexto que permitisse a simetria entre os sujeitos<sup>81</sup>. Como promover a livre argumentação, isto é, tornar simétricos as agências e atores que ocupam posições assimétricas no jogo de relações? Eis o desafio moral da interpretação antropológica, e também das negociações de indenizações.

*Afinal, como julgar o ato de uma pessoa, membro de uma outra sociedade e que tenha sido guiada em sua ação por valores próprios à sua cultura? Claro que não cabe ao antropólogo julgar (...). Mas o antropólogo enquanto tal, i.é. no exercício de seu metier, sempre terá por alvo procurar o sentido do fato moral (RCO 1996: 52).*

---

<sup>80</sup> De acordo com a discussão que Habermas realiza sobre o ponto de vista da Teoria do Direito "as ordens jurídicas modernas extraem sua legitimação da idéia da autodeterminação, pois as pessoas devem poder se entender a qualquer momento como autoras do direito, ao qual estão submetidas como destinatários" (1997: 309).

<sup>81</sup> E nisso consiste o avanço de Habermas sobre Gadamer: inseriu a assimetria como um problema para a possibilidade do diálogo e da compreensão.

O autor pretende demonstrar que a moralidade pode ser submetida ao estudo antropológico e, para tanto, deve-se delimitar o conceito, por um lado, e demonstrar sua validade em trabalhos empíricos, por outro. A situação empírica de sua análise é a eticidade no contexto de produção de uma ética planetária<sup>82</sup>. O tema da moralidade é tradicionalmente tratado pela filosofia e, para trazê-lo para a antropologia, Cardoso de Oliveira tem como desafio torná-lo relevante na disciplina não apenas quando os antropólogos consideram as questões morais como externas ao processo cognitivo e epistemológico de construção da disciplina – como, ao que parece, faz Geertz. Trata-se de defender que o trabalho do antropólogo consiste em negociar estruturas explicativas a partir da negociação de significados no interior de um espaço argumentativo particular que estabelece com seus sujeitos de pesquisa – os nativos.

a noção de cultura não é suficiente para permitir sequer uma correta colocação do problema da moralidade; e que, ao contrário, essa noção tem sido responsável por tornar o problema até certo ponto opaco aos olhos do antropólogo (...) Mesmo a cultura na concepção geertziana é sofisticada, entendida como um conceito semiótico, não me parece que dê conta do recado (RCO 1996: 58 e 66).

Na construção de sua proposta metodológica RCO observa que há uma contradição na perspectiva relativista – aquela atacada por Geertz: por um lado os relativistas acreditam que valores são particulares a cada cultura – *aquilo que é sustentado como um direito humano numa sociedade pode ser considerado como anti-social numa outra sociedade* (Herskovits *apud* Ibidem:55) –, por outro, reconhecem que certos valores, quando considerados universais, não são etnocêntricos, apoiando a

---

<sup>82</sup> A possibilidade de uma ética planteária em torno da questão da etnicidade, em minha opinião, está vinculada ao ideal de Geertz de aumentar o arcabouço de conhecimento sobre as realizações humanas por meio da ampliação do espaço comunicativo humano: quanto mais traduções forem possíveis fazer, mais poderemos nos entender mutuamente. A questão aí passa a ser: o ato de fazer a tradução já não envolve, ele mesmo, a ampliação ou mesmo criação de um espaço comunicativo resultado da vulnerabilidade dos sistemas de significado, ao invés de sua incomensurabilidade?

Declaração dos Direitos Humanos. Três passos são necessários para contornar a contradição e estabelecer as condições de um diálogo no sentido estrito do termo<sup>83</sup>.

Primeiramente, Roberto Cardoso de Oliveira estabelece que é necessário separar a idéia de costume da idéia de moralidade. O costume está vinculado a convenções e a moralidade à idéia de ação proba baseada em princípios. A moralidade tem a característica marcante de consciência para a ação: o sujeito age a partir de uma motivação de “vontade subjetiva do bem” o que não necessariamente ocorre no âmbito dos costumes:

*O que não significa entretanto que valores morais não possam estar imbricados em costumes. Poder-se-ia dizer, de conformidade com Simmel, que há um continuum entre o pólo da moralidade e o pólo da legalidade, situando-se entre ambos o costume. Esse entrelaçamento que se observa na dinâmica do continuum mostra que a própria oscilação do costume entre dois pólos indica que essas três dimensões societárias não apenas podem, mas devem ser distintas. Assim sendo, se se aceita a distinção indicada entre costume e moralidade, não há porque deixarmos de aplicar essa distinção no exame que gostaríamos de fazer da moralidade no âmbito de nossa disciplina (RCO 1996: 58-59)*

Ao propor a separação entre esses dois pólos, Cardoso de Oliveira abre espaço para que linguagens, concepções e categorias diferentes que operam numa mesma realidade possam ser comensuráveis, senão em sua totalidade, pelos menos no contexto das interações que precisam de consensos mínimos para viabilizar a vida (exemplos: **prejudicado e atingido/impactado**; “terra sem dono”/“terra para mato” e Área de Preservação Permanente). Esses espaços argumentativos, e essa é a segunda condição para compreendermos uma prática dialógica, devem ser considerados como comunidades de argumentação e de comunicação. *Trata-se da substituição da tradição cartesiano-kantiana do “eu - penso” pelo “nós argumentamos”* (RCO 1996:57).

---

<sup>83</sup> Esses três passos aparecem em maior ou menor grau em todos os cinco textos de Cardoso de Oliveira aqui utilizados e que versam especificamente sobre moralidade e eticidade

Os referidos conceitos, cunhados na tradição apeliana, são co-extensos pois marcados pela inter-subjetividade. Na concepção original – que Cardoso de Oliveira pretende modificar introduzindo o contato inter-moralidades ou inter-cultural<sup>84</sup> - essas comunidades são constituídas por indivíduos que compartilham do mesmo *jogo de linguagem* e pressupõem consenso sobre regras estabelecidas. É o estabelecimento de uma ética que permite a produção de consensos morais. Ética é entendida como o dever, refere-se a um ideal de ação e não propriamente à ação em si, esta, como descrita é relativa à moralidade. A ética é quem baliza a ação moral, traduzidas em práticas - moralidades.

A terceira condição para a ética discursiva é a consideração de que toda e qualquer coletividade ou sujeito tem capacidade comunicativa, isto é, ele pode expor seus argumentos, uma vez possibilitada a livre argumentação. Reconhecer a capacidade argumentativa dos membros de uma comunidade de argumentação significa levar em conta a necessidade de inteligibilidade mútua de quais deveres e noções de bem-viver são negociadas. Isso significa que, nos casos onde a inteligibilidade é dificultada pela distância cultural, a tolerância deve ser vista como um direito e não como caridade ou qualquer coisa que mantenha a situação subalterna de um dos pólos na interação (RCO 2000b:197). É por meio da tolerância que se pode assegurar a equidade e a democratização de uma situação assimétrica de relações argumentativas.

O arranjo teórico exposto estabelece, por um lado, um mecanismo de averiguação de comunidades de argumentação e comunicação reais e, por outro, ideais. Não parece ser muito diferente do que se encontra em campo no entorno da hidrelétrica Corumbá IV. Trata-se de verificar como agir adequadamente (o bem viver) tendo em vista um dever (agir eticamente e produzir espaços de livre argumentação), contudo,

---

<sup>84</sup> Utiliza-se o termo intercultural quando os atores em contato não compõem segmentos étnicos diferentes, mas que, mesmo estando inseridos em uma mesma cultura ampla, suas diferenças semânticas no interior dela são tantas que implicam em alteridade e estranhamento.

num contexto situacional bastante assimétrico em que o poder (tanto financeiro quanto argumentativo, maior capacidade de argumentação por vias técnico-científicas e jurídicas) está posto como condição das negociações.

É nesse contexto que se encontram os quatro tipos ideais de moralidades que identifiquei neste trabalho, a saber: camponesa; ambientalistas; ativista; desenvolvimentista. Trata-se de moralidades ideais e se distinguem de costumes, *habitus* ou simplesmente normas. É um modo de codificar as ações consideradas “probas”. Abaixo, o quadro busca ilustrar as moralidades que serão delimitadas pontualmente na próxima seção.

**Quadro1- ilustrativo dos campos de perspectivas e moralidades**

<b>ORDEM MORAL</b> <b>AGÊNCIAS</b>	<b>CAMPONESA</b>	<b>AMBIENTALISTA</b>	<b>ATIVISTA</b>	<b>DESENVOLVIMEN- TISTA</b>
<b>MAB</b>	-	+	+	-
<b>PESSOAS QUE TIVERAM TERRAS DESAPROPRIADAS</b>	+	-	-	-
<b>ÓRGÃOS LICENCIADORES</b>	-	+	-	+
<b>EMPREENDEDORES</b>	-	-	+	+

## **2.6. O QUE SIGNIFICA CADA UMA DAS PERSPECTIVAS/MORALIDADES: AS PRINCIPAIS PERSPECTIVAS, IDEOLOGIAS E MORALIDADES PRESENTES NO EVENTO-SITUACIONAL CORUMBÁ IV**

### **a) MORALIDADE CAMPONESA**

No texto “Com parente não se ‘neguecia’: O Campesinato como Ordem Moral” (1990), Klaas Woortmann expõe seu projeto intelectual de pensar uma ética camponesa englobante que esteja presente nos diferentes modos de manifestação de vida camponesa. Essa ética camponesa é constitutiva de uma ordem moral que está orientada para o modo de “perceber as relações dos homens entre si e com as coisas, notadamente, a terra” (1990: 11). Essa ordem moral possui implicações relativas ao modo de construir o *campesinato* enquanto ordem moral. A intenção de K. Woortmann (1990) não é de analisar a campesinidade via economia, mas aproximar a análise de uma sociedade camponesa integrada entre o modo de produção e os valores. Woortmann chama atenção para junção dessas duas dimensões no modo de produção doméstico fundado na reciprocidade enquanto valor. A terra enquanto valor-de-uso, enquanto possibilidade de trabalho doméstico, enquanto patrimônio familiar, enquanto provedora da comida; enquanto constituidora da família é objeto da expressão de valores que K. Woortmann denomina de ética camponesa ou *campesinidade*.

O autor se ocupa em qualificar a campesinidade, que supõe comum a diferentes lugares e tempos. Pela proposta do autor há um gradiente de mínima e máxima campesinidade em que os grupos/famílias se enquadrariam, dependendo da incorporação de valores, num grau de campesinidade. Isto é, o que está em jogo é podermos classificar, ou não, o que é a campesinidade por meio dos valores presentes no modo de vida e no discurso das populações rurais. Uma primeira aproximação ao campesinato como uma ordem moral, apreendido por meio de sua ética, é a atribuição aos valores e “categorias comuns às sociedades camponesas em geral, como terra,

família e trabalho. Não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho. Não se pensa o trabalho sem a terra e a família (...) Essas categorias se vinculam estreitamente a valores e a princípios organizatórios centrais, como a honra e a hierarquia” (Woortmann 1990: 23).

Portanto, a comida, o trabalho e a terra são categorias centrais do discurso camponês e expressam uma relação moral entre os homens e deles com a natureza. Na articulação de Klaas Woortmann:

“Motta Santos assinala que ‘troca é uma linguagem’, ou seja, a linguagem da comida que, por sua vez, fala da família e da honra do pai. Essas linguagens são constitutivas de uma ética camponesa, enquanto manifestações de uma moralidade mais generalizada. A pergunta a ser feita é de que modo as categorias operam no discurso e relacionam os atores? O simbolismo da troca estabelece o entrelaçamento das representações simbólicas entre terra e trabalho: ‘... um princípio moral que emerge no momento da troca, articula os elementos terra, trabalho e alimentos e investe-se de um sentido simbólico preciso” (Santos 1987: 38). A troca restaura, simbolicamente, um tempo mitificado e procura trazer para dentro desse tempo os “tempos modernos”, o tempo de transformação”, expressão local de uma “grande transformação” que aqueles protagonistas tentam domesticar. Entre os homens é a continuidade da troca com a natureza, pois é a troca de alimentos (que resultam da troca com a terra) e de trabalho (que constrói a terra e produz os alimentos). O espaço camponês é, portanto, um espaço moral. O negócio é pensado como imoral pelo próprio negociante, só o ganho obtido pelo trabalho sobre a terra - a terra de trabalho- é moralmente legítimo” (1990: 38).

Em suma, as categorias e valores – que compõem o que Woortmann denomina de uma ética camponesa ou *campesinidade* – são expressas nas categorias de família, trabalho, liberdade, ou seja, são interpretadas pelos cientistas sociais por meio de categorias analíticas mais amplas. Assim, as categorias analíticas, tais como *reciprocidade*, *honra e hierarquia* permitiram Woortmann se aproxima da construção de uma *campesinidade* enquanto conceito analítico para interpretarmos a realidade.

No contexto de expropriação da terra e a impossibilidade de produzir seu próprio alimento, faz com que várias pessoas atribuam doenças, momentos de depressão e “mortes por desgosto” à hidrelétrica.

“Estou igual numa cadeia, eles trazendo comida para mim (...) depois dessa barragem, passo o dia todo sentado nesta cadeira sem ter o que fazer... não tem terra para mexer. Sem produzir o homem morre de desgosto, como o vizinho de lá”

(José Gonzaga Arantes e sua mulher Maria Gonzaga da Silva Arantes, senhor de 76 anos que saiu da propriedade e foi morar em Abadiânia apesar de ainda possuir 15 alqueires de terras na localidade de Barreiro da Boa Vista, mas ficou sem ânimo para continuar tocando a terra depois da inundação, os filhos preferiram ir para a sede do município de Abadiânia, José Gonzaga, 17/11/2006).

Observam-se algumas categorias que nos dá indícios estruturas de como os camponeses expropriados re-significam seu mundo e percebem o processo de desapropriação e inundação de suas terras. Algumas pessoas atribuem à inundação das terras a causa de morte de parentes ou conhecidos. A maioria dos casos é de pessoas idosas que sempre viveram da terra e já não tinham grandes expectativas de mudanças, viviam da agricultura de subsistência e após o alagamento passaram por privações e tiveram que viver da ajuda de filhos e parentes. Para descrever essa situação de “morte por desgosto”, há várias outras categorias<sup>85</sup>, tais como, “incomodado”, “apaixonado”, “teimoso”, “desgosto”.

Não cabe a esta dissertação localizar o campesinato goiano num lugar e tempo para que se classifique num gradiente de campesinidade, mas sobretudo, marcar a

---

<sup>85</sup> Categoria é utilizada aqui no mesmo sentido de classificação definida por Durkheim e M. Mauss em "Algumas Formas Primitivas de Classificação" (1969). Eles estabelecem que "as classificações [...] são sistemas de noções hierarquizadas. As coisas não são dispostas simplesmente sob a forma de grupos isolados uns dos outros, mas tais grupos mantêm entre si relações definidas e seu conjunto forma um só e mesmo todo [...] têm como objetivo, não facilitar as ações, mas fazer compreender, tornar inteligíveis as relações existentes entre os seres" (Marcel Mauss 2001: 450-451).

diferença dentro dos valores constitutivos da campensidade como se posicionam as pessoas e agrupamentos que foram re-posicionados no entorno do reservatório da Corumbá IV. Penso que o marcador diferenciador do campesinato goiano está nas categorias de “roceiro”, na cultura do gado (pecuária), na diversidade produtiva enquanto uma condição para o sustento das famílias (essas diferenças poderiam ser aglutinadas em torno de uma outra categoria analítica, por exemplo, sertanejo como sugere Suárez 1976).

As identidades relacionadas à produção rural são centrais na formação de uma moralidade camponesa nas comunidades desta região. O objetivo é fazer uma análise das representações acerca da identidade camponesa, num universo heterogêneo, em que diversas categorias de identificação são possíveis, relacionadas às condições objetivas de reprodução social das famílias impactadas pela UHE Corumbá IV. A contínua e ampla interação entre as comunidades, cidades e pessoas desta região com o eixo de desenvolvimento Brasília-Goiânia e, a forte influência, do Distrito Agro-Industrial de Anápolis (DAIA) significou não apenas uma transformação na economia local, mas também um maior contraste entre o trabalhador assalariado da cidade e o trabalhador rural que “produz para a cidade”, nas palavras de um dos patriarcas da família Gonzaga Arantes (76 anos, membro de dois importantes troncos familiares da comunidade de Barreiro da Boa Vista que atualmente mora na sede do município de Abadiânia), criando algo como uma identidade genérica de “produtor rural”.

O termo “trabalhador rural” designa um contraste com o “trabalhador da cidade, assalariado” (Seyferth 1992: 81.), mas não é só isso, há uma gama de valores, saberes práticos e moralidades que compõem o significado de “trabalhador rural” na concepção local. Mesmo que o trabalho na terra não seja a única atividade, o que para a região é uma realidade, principalmente para as novas gerações, a identidade de “trabalhador

rural” opera na diferenciação entre um “nós, do campo, da zona rural, trabalhadores da terra” em contraste com um “eles, da cidade, comem o que nós produzimos”, ou ainda no contraste entre os modos de produção: industrial para a cidade; e agrário para o campo.

“A situação da lavoura, da roça mudou, antes o povo da cidade vivia com o produto da lavoura. Hoje, a lavoura virou coisa industrializada, mas a roça ficou nula nisso aí. Só indústria, comércio. Então o que acontece? Antigamente, você levava arroz e feijão para vender na cidade, tudo dependia da roça. E agora industrializou tudo, as coisas tudo que você quer, tem pronto. Então, o povo nem precisa trabalhar porque o produto já está pronto. O produzido na roça não tem mais valor”.

(Barreiro da Boa Vista, Abadiânia, 10/10/2006).

Esta noção se desdobra em duas relações: A primeira é da relação entre pessoas do campo e da cidade. A segunda é da relação entre pessoas que moram nas comunidades, mas trabalham ou também moram na cidade. Ou seja, é uma relação estabelecida através da intensidade temporal de elos, se relacionando intimamente com o trabalho. Pode-se pensar assim, em mais um par de relações de identidades, o trabalhador do campo e o da cidade. Numa perspectiva local, os roceiros não conseguem viver muito tempo na cidade porque não aquentam “aquela vida dentro de casa”, ou seja, não é da “natureza” do roceiro se sentir bem na cidade: “não auento ficar meia hora na cidade, já fico agoniado pra voltar”.

Os moradores da região se identificam como *trabalhador rural* por oposição aos cidadãos pela permanente relação de interdependência alimentar, produtiva e de comércio entre essas tipificações. Nas palavras de um reconhecido guardião das memórias da comunidade de Barreiro da Boa Vista (Abadiânia): “*há duas classes e qualidades de gente que não se combinam nunca: o povo da cidade e da roça*”. Os trabalhadores rurais, ou como eles muitas vezes se denominam “roceiros”, se concebem

como trabalhadores livres, seus próprios patrões. E se valorizam por exercerem uma atividade árdua que não é para qualquer um: *tem que ter sentimento pelas coisas da terra*. A moralidade dos roceiros da região é fundada na nobre tarefa de alimentar a humanidade.

A formação de uma identidade de roceiro ou trabalhador rural se funda numa moralidade que valoriza o trabalho na terra, a família e a natureza. Essa moralidade de trabalhador rural é constitutiva de uma ordem moral que orienta a forma de perceber as relações dos homens entre si e com a terra (Woortmann 1990: 11). Pode-se entender essa identidade através do trabalho e do modo de produção. Esses dois níveis (trabalho e produção) não são separados no discurso e nas ações das pessoas, mas, para compreendermos a identidade dos trabalhadores rurais da região, a dissociação torna a tarefa mais clara. O trabalho, a terra e a família são valores basilares na constituição de um modo de vida que caracterizam a identidade de roceiro na região. Esses valores ficam evidentes em conversas em que os moradores da região deixam claro suas perspectivas sobre o que é importante na vida. Conforme disse a Sra. Maria Arantes de Valença: *amor, isso não se paga*, ao se referir ao amor pela terra, pela plantação em contraste a indenização paga pela Corumbá Concessões S.A.: “*criamos a família no cabo da enxada*” (17/11/2006).

Portanto, trabalho, família e amor pela terra são categorias empíricas que organizam o discurso e a vida dos moradores da região, além de constituírem uma visão de mundo que remetem a um ordenamento moral do mesmo.

Nas localidades próximas ao rio das Antas com o Rio Corumbá, principalmente na comunidade de Barreiro da Boa Vista, onde o processo de loteamento avança com muita rapidez, os moradores “roceiros” se opõem à crescente categoria de morador da zona rural que tem terra e não trabalha nela. Para os que se auto-denominam

trabalhadores rurais ou “gente da terra”, a terra não deve servir apenas para turismo ou para lazer de fim-de-semana. As pessoas que estão construindo na região casas de veraneio ou casa-de-campo para turismo de fim-de-semana são avaliadas negativamente, porque são consideradas proprietárias moralmente ilegítimas de terras que as mantêm improdutivas.

Portanto, por trás dessa caracterização moral do que é ser um “roceiro” ou “trabalhador rural”, a marca da identidade social é a legitimidade da posse da terra por uma classe que se considera capaz de produzir por causa das suas qualidades morais e do seu saber tradicional. A compra de terras por pessoas “de fora” do meio rural aparece como ameaça diante da situação fundiária local, porque faz com que se tenha menos terra para cultivar. Outros dois elementos do discurso também são muito fortes para a afirmação de uma identidade de “produtor rural”: a auto-suficiência na produção de alimento para consumo (policultura, diversidade na produção); e a lida (trabalho, luta para sobreviver da terra).

Assim como Klaas Woortmann considera que para alcançar num modelo de *campesinidade*, é necessário passar de uma ordem econômica para uma ordem moral; no contexto de conflito da Usina Hidrelétrica Corumbá IV, sugiro que é necessário vislumbrar a passagem de uma ordem moral para uma ordem política para que possamos pensar na mediação de categorias, conceitos e percepções sobre o território, as negociações e as mudanças.

## **b) PERSPECTIVA DESENVOLVIMENTISTA**

Será possível apreender do evento-situacional Corumbá IV uma noção do que poderia ser uma ordem moral desenvolvimentista? Não creio que tamanha ambição seja viável neste trabalho. Para ter uma idéia da perspectiva empreendedora, desenvolvimentista e progressista dos diretores, engenheiros e acionistas que fazem o

agrupamento-rede Corumbá Concessões S.A., centrarei a análise numa entrevista com o presidente-diretor que gerenciou a concessionária durante a maior parte do tempo em que ocorreram as negociações para pagamento de indenizações.

Em 2003, o engenheiro civil Faustino Márquez foi convidado pela empresa construtora que detinha mais ações no consórcio para assumir a presidência do empreendimento. Doutor Faustino, como é chamado por seus pares, já possuía ampla experiência na área de construção civil, principalmente naquilo que ele chama de obras pioneiras para o desenvolvimento:

*“Esse tipo de trabalho que eu faço, obras pesadas, seja hidrelétrica ou abertura de estradas, elas são obras pioneiras que requerem um grande planejamento uma forte logística. São empresas de grande porte que permitem essas grandes obras. Fazer uma obra dessas em um lugar no meio do nada como Tucuruí que só se pode chegar a barco, requer realmente uma grande logística. É de grande satisfação fazer esses tipos de obra. É uma satisfação você fazer nascer no nada algo que vai trazer benefícios para muitas pessoas. Hoje, muito diferente do passado, dá-se muita importância à área ambiental, em qualquer empreendimento desse você sempre vai trazer impactos ambientais. Uma hidrelétrica vai desalojar pessoas, o benefício vem depois. Isso é difícil de se evitar. Agora um planejamento ambiental bem feito minimiza esses problemas. Então a Corumbá pra mim foi a primeira obra que eu fiz.... No caso da Corumbá era um pouco diferente, eu era o dono da casa, eu contava com os pedreiros para fazer o trabalho. A satisfação disso é ver a obra concluída. Eu faço obras que quando eu passo com os meus filhos em Campinas, Salvador elas ainda estão lá e quando eu sair daqui elas não vão deixar de existir elas vão continuar aí (Escritório da Corumbá Concessões S.A. em Brasília, 27/11/2006)<sup>86</sup>*

O primeiro destaque que considero importante fazer para entendermos a perspectiva desenvolvimentista dos empreendedores da Corumbá está contida na frase:

---

<sup>86</sup> Apesar de ter mantido conversas e participado de reuniões com o então presidente da Corumbá Concessões S.A., Sr. Manuel Faustino, portanto, já conhecer a maioria de suas posições presentes nesse relato, essa sistematização foi relatada por outro pesquisador que fez parte do grupo de pesquisa para *Diagnóstico de Impactos Socioculturais e Econômicos da UHE Corumbá IV*.

“fazer uma obra dessas em um lugar no meio do nada”. Essa sentença representa um pouco do que é considerado “algo importante” ou “como deve ser o mundo” ou o território a ser modificado. O lugar sem está integrado no grande sistema de produção, é lugar nenhum. Para ter significado uma localidade precisa produzir em termos de escala industrial. Isto é, o rio sem usina hidrelétrica não significa nada, um território sem construção que gere “riqueza” (ou mais valia para os detentores do capital) é um “não-lugar”. Esses lugares ermos só começam a fazer sentido para os empreendedores quando se inicia a construção de algo “realmente importante para o progresso”.

A retórica tenta transparecer que o empreendimento é para beneficiar todos, mesmo que alguns tenham que se sacrificar para o “bem comum”. Está muito presente a idéia de que sacrifícios precisam ser feitos por uma minoria (os empreendedores se incluem nessa minoria), para que a grande maioria se beneficie com o progresso:

“A Corumbá é um caso excepcional, melhor que as demais. Corumbá alagou um pouco de terras férteis, nas margens do rio, mas a região construída por Corumbá é uma região ruim onde a qualidade de terra seja pra agricultura seja... a não ser alguns campos que são utilizados para o cultivo de soja e uma pequena faixa na beira do rio que tinha influência das cheias e por isso que a terra é um pouco melhor, no geral, é uma terra, eu não diria ruim, mas não é a melhor terra do Goiás essa é a desvantagem, qual é a grande vantagem. Corumbá com os seus 17.400 hA. inundados na região, propiciou uma melhora relativa na qualidade do meio ambiente, como a umidade relativa do ar. Saindo daqui para Goiânia você percebe uma neblina densa na estrada, isso melhora muito as propriedades do ar, das regiões vizinhas... numa região como o centro-oeste que é muito seca nessa época, sem contar a grande área de lazer que a Corumbá propicia, só tem que ser muito bem administrada para não deixar que isso se deteriore através de uma ocupação desordenada, mas é muito bom. Para que você tenha uma idéia, hoje um hA. de terra que estava na faixa de 5 mil reais hoje você encontra por 50 ou 60 mil, dez, doze vezes mais o valor inicial. Então os proprietários próximos dali estão com a terra totalmente valorizada, quem pode se sentir prejudicado ali são aqueles que tiveram sua terra totalmente inundada e que foi indenizada pelo valor que

sua terra possuía naquele momento. Isso só vale hoje por conta do lago. As terras no Brasil inteiro estão abaixando o preço em função da crise da agropecuária, um dos poucos lugares que eu não vi abaixar foi a Corumbá” (Escritório da Corumbá Concessões S.A. em Brasília, 27/11/2006)

A valorização monetária das terras, os benefícios de aumento de turismo, incremento na economia local são considerados pelos empreendedores da Corumbá como benefícios incontestáveis da hidrelétrica para a região. Esses valores estão diretamente em contraste com a ordem moral camponesa em que a terra tem um significado produtivo familiar e de trabalho. De certa forma, quanto questionado sobre as mudanças profundas na produtividade das famílias locais, o ex-presidente reconhece que o progresso traz “alguns poucos elementos negativos” mas é um “mal necessário”:

“Construir para mim é mais ou menos o seguinte, construir, desenvolver, abrir fronteiras agrícolas, sempre vai ser uma necessidade enquanto a população estiver crescendo, toda vez que nasce uma pessoa, essa pessoa vai precisar de energia, alimentação, vestuário, vai precisar de um carro, vai consumir algum tipo de combustível, isso não tem como evitar, a única forma é você impedir que nasçam pessoas, se nasce pessoas elas vão demandar por isso. Existe um limite que você pode demandar o já existente”.

(Escritório da Corumbá Concessões S.A. em Brasília; 27/11/2006).

O que está em evidência numa possível moralidade desenvolvimentista é o ímpeto do valor de progresso que perpassa todas as ações e argumentos dos atores da Corumbá Concessões. Portanto, a degradação do outro para viabilizar a existência de quem o domina e subjuga no evento-situacional Corumbá IV é defendida em nome de conceitos sem maiores comprometimentos políticos, tais como “bem estar de todos”, “tecnologia”, “progresso”. Em princípio, ninguém seria contra essas palavras que designam noções positivas, contudo, a operacionalidade das palavras é a regra do jogo que fica escondida. Portanto, só quando as cortinas se fecham é que os termos

“desvalidos”, “pobres coitados” aparecem para dá a dimensão pejorativa, preconceituosa e pouco sofisticada das perspectivas desenvolvimentistas. Resta saber para quem a UHE Corumbá IV “é uma dádiva”? Como querem se fazer acreditar os diretores, engenheiros e acionistas da Concessionária?

### c) PERSPECTIVA AMBIENTALISTA

Ambientalismo é usado com referência ao modo de conceber a relação entre homem e natureza, constitutivos de uma visão de mundo eurocentrica (Quijano 1993; Viveiro de Castro 2002). Precisamo-nos perguntar de que maneira definições particulares de natureza servem a interesses de grupos particulares, sejam estes o lobby preservacionista, os estudos técnico-científicos que embasam a viabilidade de obra de infra-estrutura, ou a estratégia de povos indígenas que vêm vantagens em reinventar uma tradição particular de natureza (Foladori & Taks 2004: 327). No contexto das disputas por conceitos e recursos em que as denominadas *ideologias transnacionais*<sup>87</sup> (Escobar 2000; Ribeiro 2004) situar o entendimento do quê é “certo” e “errado” nas ações de desenvolvimento econômico e na *preservação/conservação*<sup>88</sup> ambiental, o MAB, como movimento social, aparece como ator crítico e, potencialmente, reformulador dessa ordem, ora atacando e ora utilizando as perspectivas ambientais como justificativa discursiva para a realização de seus projetos políticos.

A ecologia – como se apresenta a vertente hegemônica do ambientalismo na análise de Latour ([1999] 2004) – representa as diferentes consolidações do movimento

---

<sup>87</sup> A definição de ideologias transnacionais coincide com a noção de ideopanoramas empregada por Appadurai: “elementos da visão do mundo do Iluminismo que consistem da concatenação de idéias, termos e imagens, incluindo ‘liberdade’, ‘bem-estar’, ‘direitos’, ‘soberania’, ‘representação’ e o termo matriz ‘democracia’” (1990:9-10).

<sup>88</sup> Há um racha interno entre os ambientalistas: de um lado os preservacionistas mais radicais e querem restringir o acesso e o uso do meio-ambiente por qualquer grupo de pessoas; do outro há os conservacionistas que se assemelham com uma proposta sócio-ambiental mais voltada para uma relação sustentável entre meio-ambiente e populações humanas.

ambientalista nos últimos trinta anos, também modificou a dinâmica territorial no Brasil. Ambas vertentes, o preservacionismo e o socioambientalismo, produziram conceitos e categorias diferenciadas em relação aos territórios e como deve ser o ordenamento territorial para alcançar seus objetivos, por vezes concebidos como uma missão. A Área de Preservação Ambiental é um produto desta dinâmica de construções de artefatos que Latour ([1994] 2005) se refere na definição de redes. As perguntas que caberiam ser respondidas seriam: Quais são os valores centrais do ambientalismo que opera nas instituições licenciadas? Numa respostas curta, mas não simplista, o primeiro seria a “natureza” enquanto valor. A “natureza” não tem um significado de “artefato” , mas como sujeito atuante nas relações que precisa ser preservado, muitas vezes em detrimento de pessoas.

## CAPÍTULO 3

### QUAIS SÃO OS PROCESSOS, AS CATEGORIAS, OS TERMOS E AS EXPRESSÕES QUE SIMBOLIZAM AS INTERAÇÕES DE COMPRA/VENDA DE TERRAS DESAPROPRIADAS?

#### 3.1. EVENTO-SITUACIONAL E DESAPROPRIAÇÕES

A tarefa deste capítulo é descrever e analisar alguns casos representados pelos *acordos*, **acertos**, **negociações amigáveis** e **termos negociais** das compras-vendas das terras desapropriadas do evento-situacional Corumbá IV. É importante ressaltar que o que está em jogo nos processos de desapropriação são indenizações, a ocupação da APP (cessão de uso), além das percepções sobre preço e valor da terra e das benfeitorias. Apesar da interação se dar entre, geralmente, duas ou três pessoas, faz-se presente no momento da negociação a voz, ou no mínimo a ressonância do discurso e recomendações, das normas e da moralidade de cada um dos quatro grupos de agentes considerados neste trabalho. Trezentos e oito reais.

Contextualizar os casos no interior do evento-situacional nos auxiliará a expor as arbitrariedades, as escolhas, as *translações de interesses* (Latour 2000), dentre outros aspectos que compõem as interações entre pessoas. Portanto, os casos que se concretizam na abstração dos *terminais de relações* – realizam-se em níveis de troca de significados distintos, e é reconhecendo tais casos como disputas de significados que se pode demonstrar que, assim como todo “fato ou acontecimento” é produto desse evento-situacional mais abrangente, também a formação de uma nova ordem moral ou moralidade responde a escolhas políticas, vitórias/derrotas e ações que colocam em risco as categorias e visão de mundo dos agrupamentos. Não está em pauta aqui descrever a gênese de uma moralidade que busque a essências das moralidades, ao contrário, a intenção é compreender o processo de interação entre agentes que

professam idéias e valores distintos e (se ou como) eles realizam a mediação entre as diferenças.

Em primeiro lugar, para trazer a dimensão empírica destas formulações, partiremos da diferenciação mais básica para os “nativos” na medida em que o evento-situacional em questão é denominado diferentemente pelos quatro principais *agrupamentos* de agentes, a saber: (1) para o empreendedor, o evento traduz-se em um processo de desapropriação e compra das terras, denominado **negociação-comercial** que ele classifica de “amigável”; (2) por sua vez, o IBAMA e o Ministério Público na *Licença de Operação e no Termo de Ajuste de Conduta*<sup>89</sup>, respectivamente, referem-se ao evento de pagamento da indenização por **termos negociais**; (3) na perspectiva das pessoas que tiveram suas terras desapropriadas o termo mais presente é **acerto ou combinado**; (4) por fim, para o MAB é uma usurpação de direitos porque para o movimento o evento sequer deveria existir.

Em segundo lugar, interpreto o *evento-situacional* a partir de quatro elementos que, ao meu ver, o compõe: (a) *situação* - desapropriação para instalação da UHE; (b) *drama - liminaridade*, perturbação da ordem existente, mudanças e contato entre agentes; (c) *objetivo* - acordo para se pagar indenização; (d) *regra do jogo* - cada agente tende a obedecer a regra de seu próprio *agrupamento* (**acerto, negociação-comercial, termos negociais**).

Em terceiro lugar, os *eventos-situacionais* tais como percebo a operacionalização de uma hidrelétrica e nas conseqüentes desapropriações não são momentos pontuais. Apesar de serem compostos de momentos pontuais quanto ocorre o encontro entre os agentes para tratar da negociação, dos termos negociais ou do acerto, eles fazem parte de um processo que só se concretiza no tempo. Eles se arrastam por um período

---

<sup>89</sup> Ministério Público Federal / Termo de Ajuste de Conduta / Ação Civil Pública nº 2002.35.00.011863-2

relativamente longo, em média, as negociações para o pagamento de indenização das terras desapropriadas levaram dois anos. Muitos casos da UHE Cana Brava ainda não foram concluídos, mesmo a hidrelétrica estando em operação desde 2000. As pendências da UHE Corumbá IV também não são tão diferentes, posto que aproximadamente 320 pessoas ainda alegam que ainda falta receber parte da indenização. Esse número não é muito exato, porque o survey que foi realizado não contemplou todos os 634 desapropriados. Mas, é consensual entre as partes que algumas famílias deixaram de receber 20% porque não tinham a escritura da terra. Em outros casos, os proprietários deixaram de receber uma porcentagem, alguns até 40%, para permanecerem usufruindo a Área de Preservação Permanente. A Corumbá Concessões S.A. havia celebrado com as pessoas um contrato de Cessão de Uso que foi contestado pelo IBAMA que solicitou cancelamento. Portanto, o processo que será observado na interação entre agentes, tem sua completude em vários níveis. Assim, tanto as decisões empresariais da concessionária e os trâmites burocráticos estatais<sup>90</sup> quanto a cautela-desconfiada das pessoas desapropriadas possuem razões próprias. Assim, os processos completos seguem caminhos, na maioria das vezes, não acessíveis ao olhar do pesquisador. Por isso, os contextos de interações analisados por este trabalho são apenas fragmentos de uma realidade muito mais ampla.

## **(1) & (2) HISTÓRICO DOCUMENTAL E O “DEVER SER” DAS AQUISIÇÕES DE TERRAS NA PERSPECTIVA DO EMPREENDEDOR E DO ESTADO**

A análise dos trâmites para pagamento de indenização se faz necessário para apreendermos a moralidade e a ética (dever ser) que os agentes empreendedores

---

<sup>90</sup> Numa perspectiva mais totalizante o Estado também é empreendedor na medida em que determina o modelo energético do país e compõe, autoriza e financia as concessionárias que irão construir e operar as usinas hidrelétricas.

(empregados e diretoria) e o Estado (servidores) professam nas interações sobre desapropriação e indenização de terras..

A Concessionária Corumbá IV faz uma leitura no mínimo peculiar da recomendação da ANEEL sobre como se deve proceder no pagamento das indenizações, estabelecido no Contrato de Concessão N°. 93/2000 da ANEEL:

“... Confere à Concessionária, a prerrogativa de promover de forma amigável a liberação, junto aos proprietários, das áreas de terra necessárias à implantação do Aproveitamento Hidrelétrico. Após esgotadas todas as tratativas amigáveis, caso solicitada, a ANEEL promoverá a declaração de utilidade pública desses terrenos e benfeitorias, na forma da Lei, cabendo à Concessionária as providências necessárias para sua efetivação e o pagamento das indenizações”

(Processo N°. 48500.000977/00-41 ANEEL : página 13, meus grifos e adaptações).

Nas ações para desapropriação das terras, a Corumbá Concessões S.A constrói uma atuação que contemple a recomendação de “tratativas amigáveis” que o Estado não qualifica. Para o empreendedor uma **negociação amigável** significa uma relação comercial de compra e venda. Nas palavras do atual presidente da Concessionária:

“numa negociação, o comprador quer pagar o menor preço e o vendedor quer cada vez mais. Ninguém disse para o proprietário vender pelo preço que vendeu, mas depois que o contrato estiver assinado não adianta querer ganhar mais porque o vizinho vendeu melhor do que ele. A comercialização é amigável”.

(com adaptações, não é uma transcrição *ipsis verbis*, Escritório CCSA em Brasília, 5/12/2006).

Essa é a justificativa para a flagrante disparidades de preços de indenizações pagas. Há situações em que vizinhos tiveram valores muito diferentes no valor do hectare. Observa-se que há uma relação quase que direta entre grau de escolaridade e o valor da indenização paga: quanto maior o grau de escolaridade do desapropriado, maior sua indenização por hectare; o inverso seria o inverso, quanto menor o grau de escolaridade

menor a indenização por hectare. Isso não é verdadeiro para todos os casos, mas é quase um padrão. Portanto, o discurso de que uma negociação comercial significa uma negociação amigável precisa ser desconstruído para podermos entender o que se esconde por trás de perspectivas economicistas e ideológicas. De fato, veremos que a construção do preço de uma terra passa por uma análise técnica que se pretende incontestável o que legitimaria o preço proposto pelo empreendedor, deixando as pessoas com menor grau de instrução desarmadas para barganhar. Portanto, o que precisa ser analisado é o processo de construção dos laudos e a percepção do empreendedor sobre as negociações.

Desse modo, na perspectiva do empreendedor e dos órgãos públicos estes processos de negociação iniciam-se por meio do Programa de Aquisição e Desapropriação de Terras (um dos PBAs)<sup>91</sup>. Faz-se necessário uma análise deste material documental para que possamos compreender o processo na perspectiva das agências. O objetivo deste programa seria traçar diretrizes para que ocorra a aquisição de terras e a indenização de benfeitorias existentes nas áreas que utilizadas para a implementação do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV. As terras a serem adquiridas seriam as inundadas e os cem metros após a margem da conta máxima do reservatório<sup>92</sup>. É importante lembrar que a recomendação é que os termos negociais sejam “tratativas amigáveis”. Objetivou-se, assim, estabelecer normas de procedimentos que permitissem o pagamento de indenização aos camponeses/posseiros expropriados, mas que legais do ponto de vista jurídico.

---

<sup>91</sup> Um dos documentos mais importante é o Projeto Básico Ambiental (PBA). Esse PBA é um pré-requisito para a emissão da Licença de Instalação (LI) em empreendimentos como Usinas Hidrelétricas, Termelétricas e Linhas de Transmissão, segundo a resolução do CONAMA de n.º 006/87. A principal característica de um PBA é apresentar em detalhes como e quando serão executadas as medidas mitigadoras e compensatórias propostas e aprovadas no EIA/RIMA de um empreendimento.

<sup>92</sup> O lago artificial da UHE Corumbá IV possui grande variação de nível. Segundo os engenheiros e os gerentes ambientais da Concessionária a variação chega a 5 metros num ciclo de chuva e seca. A legislação que exige uma APP de 100 metros é a Resolução CONAMA 302/2002.

As duas principais atividades propostas por esse programa foram (1) Levantamento topográfico de campo e (2) Avaliação das terras e das benfeitorias que se desdobram em várias outras sub-atividades. Grosso modo, (1) o PBA propõe que o levantamento topográfico seja realizado com a tecnologia que fosse mais apropriada, podendo-se adotar o equipamento topográfico tradicional com a utilização de instrumental padrão. O levantamento de campo deveria ser realizado em duas fases: “primeiro, estabelecimento por nivelamento geométrico, da linha d’água do futuro reservatório estabelecendo-se e demarcando-se toda a linha do perímetro; segundo, cadastramento das propriedades situadas no interior deste perímetro, acrescida agora de 100 m, que definirá a faixa de preservação permanente” (PBA Corumbá IV, 1999);

(2) A avaliação das terras e benfeitorias – que mais interessa para nossas discussões – seria dividida em duas sub-atividades, sendo a primeira sobre os documentos do imóvel e a segunda uma avaliação *em loco* que é o momento em que as perspectivas técnicas dos agrônomos e avaliadores em geral entra em choque com a dimensão simbólica dos proprietários e com a diferença de perspectiva de avaliação. Portanto, a primeira sub-atividade era estudar a situação legal e documental dos imóveis rurais (servidões, concessões, comodatos, usufrutos, direitos hereditários, direitos possessórios etc.). A segunda era pesquisar e avaliar cada uma das terras: classificação dos imóveis; enquadramento das terras, considerando a capacidade de uso e outros elementos; mapeamento do uso atual; identificação e especificações do solo; mensuração do potencial de utilização; levantamento e detalhamento dos recursos naturais e das benfeitorias existentes; caracterização do relevo; registros fotográficos devidos; pesquisa e pormenorização de valores de imóveis assemelhados; registro dos demais dados porventura relevantes; elaboração dos laudos de avaliação dos imóveis. A elaboração dos laudos obedecerá às normas estabelecidas pela ABNT - Associação

Brasileira de Normas Técnicas na NBR 6506 e Manual Brasileiro para Levantamento da Capacidade de Uso da Terra, e especialmente na NBR 8799/85 (PBA, 1999).

As ações, que o *PBA de Aquisição e Desapropriação* propôs, têm grandes repercussões no processo de negociação de terras, porém não leva em consideração a perspectiva da parte menos assistida nesse tipo de negociação. Assim, elas serviram para produzir uma assimetria de argumentação na negociação das terras. A postura dos representantes da Corumbá Concessões S.A. se baseava nos dados levantados por estes artefatos técnico-burocráticos, mas que para a maioria das pessoas desapropriadas era algo incompreensível. Além disso, para alguns **proprietários** que conseguiam compreender esse levantamento, ao tentar demonstrar as inconsistências das informações apresentadas no documento, a terra já tinha sido inundada o que não permitia averiguar. Quando não entravam em acordo sobre a indenização, a prática mais comum, ou a ameaça mais constante, adotada pelo empreendedor era dizer que faria o pagamento em juízo o que para o imaginário local significava que nunca iriam receber. O caso mais emblemático e conhecido é o Sr. Azarias Meireles de Carvalho que era um grande pecuarista da localidade de Mandiocal, Luziânia. Ele perdeu praticamente toda sua terra porque a usina e o canteiro de obra ficaram justamente onde era sua casa-sede, currais, casas de empregados e outras benfeitorias. A Corumbá Concessões S.A. não quis pagar o que Azarias avalia que vale sua terra e depositou em juízo o valor que seu laudo determinava. Ele não aceitou a indenização e até hoje ainda não recebeu nada pela desapropriação de suas terras. O caso dele está sendo judicialmente tratado.

Uma vez obtidos todos os dados citados anteriormente, quanto às diversas possibilidades de ressarcimento das famílias, o PBA sugeriu que fossem observadas as seguintes alternativas em conformidade com a categoria e situação do ocupante:

a) Categoria – Proprietários de área atingida ou áreas atingidas e nela residente. Proprietários de área atingida ou áreas atingidas não residente, mas que nela desenvolva atividade agropecuária, como sua principal fonte de renda. Não proprietários, residentes na área diretamente atingida, cujas funções econômicas principais sejam inviabilizadas pelo empreendimento. Não proprietários, não residentes na área diretamente atingida, mas cujas funções econômicas principais sejam inviabilizadas pelo empreendimento. Filhos casados de produtores, proprietários ou não, desde que desenvolvam atividade agropecuária na área diretamente afetada;

b) Situação - Proprietários: indenização pela terra e benfeitorias (pagamento em dinheiro). Não proprietários: indenização pelas benfeitorias e eventuais lavouras ou plantações (pagamento em dinheiro);

c) Por fim, deveria ser procedido um estudo sobre as áreas remanescentes das propriedades. De acordo com o PBA, deveriam ser observados os seguintes itens para efetuar esta análise de viabilidade: exploração econômica da área; quantificação da área remanescente; potencial da área remanescente; desejo do produtor.

Contudo, apensar de parecer uma peça técnico-burocrática bem elaborada, o PBA, mais uma vez, não deu conta da realidade. A percepção do processo de negociação por parte dos desapropriados, grosso modo, é negativa. Apesar do esforço do PBA, a percepção geral é de que não houve padrão na negociação realizada pela Corumbá Concessões S.A.. Em geral, os desapropriados declaram que não houve padrão para as negociações.

Várias pessoas gostariam de rever as negociações e se arrependem de ter aceitado a proposta da Corumbá Concessões S.A. Os representantes da Corumbá chegavam com os laudos técnicos e fundamentavam parte de suas argumentações em critérios “técnicos” o que deixava a maioria dos desapropriados sem espaço para

argumentar em seu favor. Há um caso emblemático em que essa estratégia negocial da Concessionária não funcionou. O caso é significativo porque os ajudará a perceber parte do que está em jogo nas negociações para pagamento de indenização. Hertz Francisco da Costa mora em Brasília, mas seu pai falecido era dono de terras que foram parcialmente desapropriadas para formação de APP, na localidade de Pinguela, Santo Antônio do Descoberto. Hertz utiliza a propriedade para criação eqüina. Hertz é agrônomo e sócio de uma empresa que realiza laudos periciais para avaliação imobiliária, i.e., ele conhece as nuances da composição de um laudo técnico que determina o valor monetário de um bem, ou seja, é um operador da *black box* das avaliações imobiliárias. Em entrevista com ele no dia 17/11/2006 em seu escritório em Brasília, ele contou que a primeira proposta que a Corumbá Concessões lhe apresentou indicava que os 6 hectares e as construções (galpão, cercas e pastos formados) valeriam 5 mil reais. Hertz não aceitou a indenização e contratou uma avaliação independente (mesmo sendo da empresa em que é sócio). Na nova avaliação estava indicado que os mesmos 6 hectares e as mesmas benfeitorias valeriam 35 mil reais. Uma diferença de 30 mil reais. Ele disse que conseguiu fechar um acordo de 30 mil reais com a Corumbá Concessões S.A.. Perguntei o porquê de tamanha diferença. Em resumo, ele afirmou que depende da metodologia usada e que há uma gradação de 3 níveis de confiabilidade e que os laudos da Corumbá Concessões usam o nível menos confiável. Apenas por conhecer os trâmites que Hertz teve a possibilidade e argumentar em seu favor e conseguir um acordo mais próximo de seus interesses. As pessoas que não operam a linguagem técnica, nem os códigos da modernidade, não puderam expressar suas posições durante os pagamentos de indenizações.

Portanto, mesmo que o empreendedor alegue que tenha obedecido as exigências legais do Licenciamento e que, no momento em que as pessoas recebem e assinam o

pagamento de indenização houve uma “negociação em termos amigáveis”, porque “ninguém forçou ninguém a aceitar, as pessoas são livres para decidir”, não houve um acordo em termos simétricos, na medida em que uma das partes não domina a regra do jogo. Essa assimetria talvez seja estrutura em diferentes eventos-situacionais em que estejam envolvidos camponeses, povos indígenas e ribeirinhos que tenham terras, propriedades ou territórios expropriadas.

### **(3) & (4) DO OUTRO LADO DA BARRICADA: O “ACERTO” E O “COMBINADO” NA PERSPECTIVA DO CAMPONÊS DESAPROPRIADO.**

Durante trabalho de campo, um dos temas que mais tinha ressonância entre os expropriados era sobre como tinha sido a desapropriação, o “acerto” e a inundação das terras no período de implementação da UHE Corumbá IV. Para termos uma visão panorâmica, mas densa, de como opera as percepções sobre as negociações na perspectiva dos camponeses expropriados, focalizarei em dois casos que considero emblemáticos. O primeiro caso é de uma família que é localmente reconhecido como um caso emblemático de um “acerto errado”. O segundo caso, trata-se de uma presidente de associação que reclama da falta de flexibilidade dos negociadores para ouvi sua contra-proposta.

#### **a) CASO UM**

Trata-se da experiência relatada por Valdivino Batista Gomes e sua família, conhecido na área de Barreiro da Boa Vista, Abadiânia, como Cachimbinho ou Divininho. A propriedade é classificada pelo *Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária* (INCRA) como menor que módulo fiscal, ou seja, menos de 40 hectares. Antes da UHE Corumbá IV, a terra era de 25, 4 hectares, já era menor que módulo fiscal antes das desapropriações. A terra remanescente, após a inundação e a

formação da APP, é de 9,5 hectares<sup>93</sup>. Segundo os vizinhos e o próprio proprietário, a família tinha uma “**terra toda formada**”, i.e.: tinha um bom **quintal** com frutíferas, cafezal, mandiocal, criações pequenas (o quintal é a extensão da cozinha da casa, geralmente, de domínio da mulher)<sup>94</sup>, vendia leite, produzia queijo, pastagem para o gado, pomares e cafezal. Na perspectiva deles, a renda da família era estável e dava para manter uma “**vida sossegada**”. É importante notar que a riqueza de uma propriedade rural nesta região não está relacionada ao valor monetário dos bens, mas, principalmente, a produtividade e a quantidade/qualidade da intervenção humana, ou seja, benfeitorias existentes na terra.

Após a desapropriação, a produtividade atual da terra é “nenhuma”, segundo Valdivino. Sobraram apenas algumas vacas utilizadas para retirar leite para o consumo da casa, mas mesmo as poucas cabeças ainda há escassez de pastagem para “sustentar o gado”. A produção vegetal se limita a uma pequena horta no novo quintal ainda em formação, não havendo nenhum outro tipo de plantio. Ao que parece o processo de negociação foi bastante conturbado, com vários relatos de vizinhos e do próprio expropriado de que houve “ameaças” e “coações” por parte dos negociadores da UHE Corumbá IV. Durante a negociação, o proprietário conseguiu comprar outra terra que chegou a negociar, mas devido ao atraso no pagamento da indenização por parte dos negociadores da Corumbá Concessões S.A. não pôde finalizar o “combinado”. Segundo Valdivino e família, o valor da indenização só deu para construir as duas casas que ficaram debaixo da água num local mais alto e comprar uma outra casa na cidade de Abadiânia. Ao que indicaram, a renda atual da família provém do aluguel dessa casa que é de R\$ 100 mensais e alguns serviços ocasionais que os membros da família realizam. Segue trecho da entrevista:

---

<sup>93</sup> Os dados sobre o tamanho da propriedade foram adquiridos nos arquivos da Corumbá Concessões S.A.

<sup>94</sup> A divisão de gênero do trabalho é presente na região.

**Valdivino** – (...) Hoje em dia não manda no que tem.

**Rodrigo** – O senhor assinou o contrato de venda? Entregou a escritura da terra para ele?

**Valdivino** – Assinou no cartório. O que é que o [empregado da Corumbá] falou mais para nós? Falou um bocado de trem, foi um desaforo. Ele falou para nós assim: a Corumbá não vai dar riqueza para ninguém não, vai pagar todo mundo mas não vai dar riqueza não. Aí, eu falei: nós não quer riqueza, nós quer o valor certo do que é nosso. Nós não quer[emos] riqueza de Corumbá não.

**Rodrigo** – Como foi a negociação? O combinado da casa e do valor da terra?

**Valdivino** – Pois é. A gente tentou falar com ele e ele disse: não, a Corumbá não faz casa para ninguém não. Nossa abusou de nós, desaforou nós... Só para fazer essas casas nós gastamos, eu gastei, vinte mil, que tinha a casa de meu pai, a minha. Porque nós tínhamos mais de três alqueires de terra onde nós [criávamos] gado. Sobrou dois e pouquinho. Desses dois tira os 20%. O que é que sobra para nós criar gado? Não dá para criar a quantia que tinha lá em baixo. Aí vai gastar para. Aqui é só mato também. Lá em baixo estava pronto. Aqui, o que é que tem que fazer aqui ainda. Se derrubar os matos tudo seca, o resto da água que tem aqui acaba. Comprou às custas de assombração nossa (...) Se tivesse um jeito de repor o prejuízo que eles deu, tudo bem. Mas, aí não tem. Tem outro jeito. Comprar terra eu não compro mais não porque já foi. Então, não tem jeito não, uai. Eu mexer com plantação eu já estou velho não compensa mais. A terra não presta também... E criar gado em dois alqueires e pouquinho também não adianta. Para mim está sem jeito. Porque se tivesse sobrado uns dez alqueires ou mais tudo bem, mas sobraram dois alqueires e pouquinho. Já tirou lá em cima. Desmatar o mato não pode.

**Rodrigo** – E como aconteceu o pagamento, teve problema para receber?

**Valdivino** – Pois é. E a terra na época era quarenta e sete *reais*. E nós estamos de boca aberta na Corumbá. Nós chegamos lá para ver que dia que eles pagavam para fechar o negócio. Não, não, pode fechar o negócio aí, com quinze dias nós pagamos. Nós fechamos negócio [para comprar a outra propriedade]. Aí eu falei: [para o representante da Corumbá], eu tenho cinquenta anos de idade e nunca desmanchei um negócio. Desmanchei por conta tua. E tu [tens] dinheiro para pagar? Nem a terra ele não paga direito quem dirá ressentimento. Eu falei para ele. Eu não gosto nem de lembrar. Tenho depressão, sou doente. Aproveitaram de mim para fazer isso. Eu já tive internado duas vezes. Eu estou doido. Eu tenho um papel aí comprovando tudo, que eu já fiz tratamento. Meu pai é velho já não agüenta e vive doente também. (...) na época eu fiquei um bocado de dia

deitado. Eu tentei até suicidar por conta desse trem. Isso aqui é tudo remédio controlado que eu tomei. É demais, tem demais. Se for mostrar tudo para você. Uma caixinha de remédio cento e dez contos, cento e quarenta (...) Aqui mesmo eu já vi, aconteceu isso. Um caboclo ficou na casa até a água chegar. Essas pressas que o [representante da Corumbá] falou para mim aí. Eu acho que ele pegou foi meio na raça. Pegou uns coitados sem entendimento das coisas. Meu negócio é um negócio muito claro. Nós fizemos uma combinação e eles não honraram ela (...) Tem o Dr. João aí. O Dr. João recebeu a parte da frente do alqueire e não está bom. Eu não vou mexer com esse trem não. Eu já tenho esses problemas de depressão, já sou doido. Se for mexer com um trem desse eu nem dormir de noite, eu durmo. Por isso que eu não quis brigar muito, entrar na justiça, porque um trem desse jeito. O cabra já tem esse tipo de terra, é cansa na cabeça da pessoa (...) É, mas, o [Estado] podia dar uma ajuda para nós. Porque o pobre é difícil. Trabalha a vida toda para adquirir um trezinho e depois vem e leva uma dessa. Porque essa terra nossa era sessenta e tantos mil reais. Pelo preço que pagou. Pagou quarenta, ainda demorou para pagar

(Valdivino Batista Gomes, Barreiro da Boa Vista, Abadiânia, 20/10/2006).

Fica evidente no caso de Valdivino e família, a proposta de negociação da Corumbá Concessões S.A. se pauta nas premissas tecnocratas dos instrumentos legitimadores do licenciamento, que não contemplam a dimensão mais elementar de um acordo simétrico. Apesar das negociações não terem sido padronizadas, havendo enormes variações entre os casos, o caso relatado cumpri seu objetivo de ilustrar a dimensão empírica de um caso emblemático e de grande reconhecimento entre os expropriados da localidade. Junto com o caso dois, poderemos fazer algumas inferências mais precisas sobre o que seria um “bom acerto ou um bom combinado” na perspectiva camponesa.

## **b) CASO DOIS**

O segundo caso que gostaria de citar é o do presidente da Associação de Produtores Rurais da Fazenda Santo André que fica no município de Santo Antônio do

Descoberto. Ele, filho caçula de uma família de 8 irmãos, mora com a esposa e os filhos na casa sede da terra da mãe. Ele assume o papel de homem da casa da mãe porque seu pai faleceu. Na Área de Preservação Permanente (APP) encontram-se alambique, plantações, pasto e parte da varanda da casa. Apesar de considerar que a indenização não foi satisfatória mesmo podendo permanecer com as construções na APP porque celebrou com a Corumbá o contrato de **Cessão de Uso**, ele alega que o que mais o **prejudicou** ou deixou aborrecido foi a falta de abertura para o jogo de barganhas (aumento e baixa do preço). É curioso que isso é um fator recorrente em vários relatos das pessoas desapropriadas, e o caso do presidente da Associação é emblemático porque ele dá muita ênfase à negociação como um “via de mão dupla” em que “ele poderia recusar o negócio”. Mas, na condição de desapropriado ele já partiria de uma posição hierarquicamente inferior na negociação, porque teria que “vender” a terra de qualquer jeito. Perguntado como teria sido a negociação com os representantes da CCSA:

“Foi uma porcaria, não teve negociação. Eles chegaram, é tanto e tanto. Fomos conversar com eles, primeiro foi com o Dr. Renault e depois o Dr. Luis. Falei com eles e eles falaram que era tanto, aí eu fui e pedi mais um pouco, eles falaram: - Não, já vai para mão do juiz. Então não teve negócio. Era o preço deles, nós não tivemos chance de pedir nenhum real a mais. Eles deixaram de pagar a gente 20% para nós continuarmos na reserva. Minha casa está na reserva e não está, porque a primeira medida foi lá no portão, na segunda medida foi na porta da casa, na frente, né? A terceira medida já pegou aqui na área de baixo. Só que quando eles pagaram, eu não fiz acerto com eles não, eles indenizaram a casa. Indenizaram a casa da minha mãe, da Ondina, mas indenizaram do jeito que quis”

(Jonas Francisco dos Santos, Santo André, Santo Antônio do Descoberto, 25/08/2006)<sup>95</sup>.

Destaca-se no relato três aspectos que são recorrentes em outros relatos sobre o acordo das indenizações: (1) a sensação de que não houve acordo por parte dos desapropriados;

---

<sup>95</sup> Apesar de ter conversado com Jonas Francisco dos Santos várias vezes, no momento em que ele elaborou esta declaração eu não estava presente.

(2) a falta de barganha, descaracteriza a negociação na definição dos camponeses expropriados; e (3) a “experiência próxima” dos camponeses para designar a negociação da indenização é o **acerto**. Esses três aspectos falam de uma mesma coisa: a assimetria na negociação ou talvez a não-negociação. Mesmo que o discurso do empreendedor seja o de que houve “negociação em termos amigáveis”, ou seja, na perspectiva deles, houve uma livre negociação de preços na venda e compra, vimos acima que a imposição de um laudo técnico (facilmente contestável por outro técnico) determina o preço, não permitindo a barganha do expropriado.

Na perspectiva dos camponeses expropriados, é muito presente uma sensação de que eles não tiveram voz na pseudo-negociação para definir o valor monetário da indenização. O mais comum é achar que os representantes da CCSA agiram de má-fé, como fica expresso no seguinte relato:

“Teve meu primo mesmo, terreno muito bom e a indenização foi baixa. Principalmente uma coisa que a gente não tem para negociar. Tinha que ser tratado diferente... não [mandar] alguém que vem para cá para explorar. [Os contratados pela empresa para negociar] são picaretas mesmo. Vem para passar a perna mesmo”.

(Jales José Meireles, Pirapitinga, Luziânia, entre 15 e 30/12/2005 )

Grosso modo, um bom **acerto** e **combinado** na perspectiva dos camponeses expropriados deveriam primeiro contemplar uma dimensão de entendimento entre as partes, ou seja, as pessoas precisam estar atentas para as propostas do outro e abrir mão de algo e exigir algo para que todos saiam satisfeitos. O **acerto** é justamente isso, um ajuste de propostas para que se feche um **combinado**. Se não houver a possibilidade de barganhar não é acerto, portanto, não se pode ter um **combinado**.

Uma prática comum na região de **acordo** e **combinados** são as diárias de trabalho, poderíamos apreender as regras, etiquetas e normas de um acerto, pensando na

“experiência próxima” dos camponeses na contratação, troca e retribuição de trabalhos. A diária seria a denominação temporal e de forma de um combinado para a contratação de serviço. Numa tentativa de aproximação de uma definição local de diária, podemos dizer que diária é o pagamento de uma quantia ou a retribuição em igual proporção para que uma pessoa (geralmente homem) execute um serviço num dia de trabalho. A grande questão das diárias é o serviço a ser feito. É neste momento que entra a intersubjetividade dos sujeitos. Cada um concebe o quanto de trabalho uma pessoa pode executar num dia, dentro de um espectro compartilhado. Essa situação é muito significativa porque representa um momento de disputas de concepções, de saberes práticos e de honra (cumprir o que se propõe e exigir o que se deve). Numa negociação de diária que presenciei, ficou mais ou menos claro para mim que nas explicações posteriores que o **combinado** segue uma ética toda própria de como deve ser uma **acerto**. A simetria é a primeira característica importante que é garantida pela liberdade: as pessoas estão combinando uma **tarefa**, **mutirão** ou **diária** de livre vontade. A segunda característica é a busca de uma negociação considerada razoável os envolvidos. Terceiro, eles sabem qual é a “quantidade de serviço” razoável para um dia de trabalho, portanto, se a parte (ou as pessoas) que irão realizar o serviço for preguiçosa ou pouco **zelosa** há uma quebra de etiqueta que pode ter implicações de relacionamento entre as pessoas, causando “mal estar” as relações. Por outro lado, se quem for receber apresentar uma postura de “explorador” ou “avarento” não encontra ninguém que queira trabalhar ou trocar dia de trabalho com ele (a).

Em resumo, mesmo correndo o risco de generalizar muito ou de promover uma aproximação demasiada das “experiências distantes”, podemos inferir que um bom **acerto** implica em postura de sabedoria reconhecida pelos pares em que as pessoas sejam sensatas no que demandar e no que retribuir para que haja um **combinado** bom

para todos e não apenas para uma das partes. É justamente isso que é contestado por parte dos camponeses expropriados que se declaram insatisfeito com a indenização, ou seja, eles alegam que deveria ter havido mais conversa e abertura por parte dos representantes da CCSA. Se fossemos adensar a análise numa perspectiva dos trabalhos sobre *reconhecimento* e *dignidade* em que se busca transformar a noção de honra em dignidade no direito dos Estados-Nacionais modernos (L. Cardoso de Oliveira 1996; 2001; Taylor 1994), diríamos que há uma *demand*a por *reconhecimento* por parte dos camponeses expropriados.

## CAPÍTULO 4

### **TERRA COMO MORADA, SISTEMA PRODUTIVO E A FORMAÇÃO DE NOVAS CONCEPÇÕES SOBRE A TERRA E A NATUREZA**

*“Criamos a família no cabo da enxada”.*

(José Gomes Arantes, Barreiro da Boa  
Vista, Abadiânia, 11/11/2006).

*“Lenha tinha muito na beira do córrego,  
mas com essa barragem e o IBAMA ficou  
difícil encontrar uma madeirinha para pôr  
no fogão”.*

(Ricardo Alves Magalhães, Pirapitinga,  
Luziânia, 27/12/2005).

Conforme tem sido discutido, as interações entre os atores pressupõem relações de perspectivas, ideologias e regras de condutas. Minha suposição é que essas interações modificam as percepções dos atores a ponto de criar um contágio semântico próprio para lidar com o evento-situacional hidrelétrica Corumbá IV, ou seja, a partir da incorporação de noções tais como APP, atingido, impacto ambiental, residente produtivo entre outros há um alargamento de perspectiva para o agrupamento-rede camponeses e vice-versa. Segundo, fica evidente que o evento-situacional construção da hidrelétrica não é o acontecimento fundador dos agrupamentos-redes, mas os agrupamentos apresentam novas configurações a partir dele. É nesse sentido que o objetivo deste capítulo final é indicar alguns caminhos das mudanças provocadas pelo evento-situacional na produtividade e nas perspectivas dos camponeses.

O primeiro problema que se coloca é que não tive acesso aos discursos e valores dos camponês antes da instalação da hidrelétrica, ou seja, todo material empírico que possui são relatos e observações pós evento-situacional construção da hidrelétrica. Contudo, essa limitação não me impede de inferir dos relatos sobre “como era antes da UHE Corumbá IV”, dos discursos sobre as alterações na produtividade da terra e das

impressões sobre os acordos para pagamento de indenizações das terras inundadas ou transformadas em APP as mudanças e rupturas na perspectiva das pessoas que tiveram terras desapropriadas. É importante ressaltar que as discussões sobre territorialidade e produtividade são tentativas de desfazer a antinomia entre natureza e cultura presente tanto no pensamento de alguns atores quanto nas explicações teóricas sobre como eles pensam e agem. Portanto, a natureza não pode ser pensada enquanto uma realidade *sui generis*, que existe por si só, muito pelo contrário, somente a partir da experiência histórica é que as pessoas conseguem atribuir ao espaço e a produção algum significado.

De acordo com Soares (1981), Otávio Velho (1969), Woortmann (1997), Stinchcombe (1976), Palmeira (1978) a especificidade do campesinato reside no caráter familiar da produção que empreende, no fato de que o grupo doméstico compõe uma unidade de produção/consumo e na relativa independência da terra familiar frente ao mercado. A independência se refere a certa capacidade de orientar sua produção, derivada do controle que exerce sobre os meios de produção e sobre o processo de trabalho. A produção e o investimento do trabalho familiar pode ser reorientada periodicamente conforme os ciclos climáticos, as mudanças territoriais e as demandas do mercado. Devido à tênue relação com o mercado, há uma relativa flexibilidade produtiva e funcional. Em síntese, de acordo com Luiz Eduardo Soares (1981:202-208), o consenso entre os estudiosos são os seguintes: o caráter familiar da produção camponesa; a unidade produtiva é simultaneamente a unidade de consumo; o cálculo econômico camponês não desagrega ganhos e despesas; os produtos consumidos e os ganhos obtidos não são distribuídos proporcionalmente ao investimento diferencial da força de trabalho.

Cabe notar que neste contexto a terra, enquanto via de inserção deste agrupamento-rede no evento-situacional hidrelétrica, é pensada pelos proprietários

como morada sobre a qual “*se cria*” a família. O valor-de-uso adquire outra dimensão, i.e., o de uso enquanto valor que expressa uma determinada moralidade camponesa.

Segundo Klaas Woortmann:

Nessa perspectiva não se vê a terra como objeto de trabalho, mas como expressão de uma moralidade; não em sua exterioridade como fator de produção, mas como algo pensado e representado no contexto de valorações éticas. Vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um núcleo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre o qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor (Woortmann 1990:23).

Assim, de modo que a terra não é vista como mercadoria, as relações sociais de produção também não são pensadas como objetificadas e impessoais, tais como a venda de serviço ou produto em termos comerciais, mas sim incluído num contexto de relações estruturadas a partir do idioma da reciprocidade. Por isso que houve tanta controvérsia nas negociações para pagamento das indenizações. O empreendimento e as normas positivadas para regular a desapropriação requeriam uma negociação-comercial que objetivasse o contrato de venda e compra de terra, mas o choque da lógica empresarial com a lógica camponesa resultou numa extrema confusão de contestações, depósitos em juízo, insatisfações e a falta de diálogo entre as partes. A proposta do **Contrato de Cessão de Uso (CCU)** foi uma tentativa do empreendedor, com base no contrato de concessão com a ANEEL, de abrir uma porta para mediação entre os interesses da concessionária e das pessoas desapropriadas. Contudo, como foi analisado no capítulo anterior, o IBAMA considerou o contrato ilegítimo e exigiu seu cancelamento.

É nesse contexto que os camponeses expropriados precisam repensar suas produções e reordenar suas percepções sobre o território que foi modificação não apenas fisicamente, mas, principalmente, conceitualmente. Portanto, tanto as terras inundadas

quanto as terras de APP não são mais terras úteis para a produção. Apesar de ter visitado todas as localidades que foram incorporadas pelo entorno do reservatório, ao que se refere ao agrupamento-rede em questão, centrei minha observação-participante *com* os camponeses que tiveram terras desapropriadas para a instalação da hidrelétrica nos municípios de Abadiânia (Barreiro da Boa Vista, Assentamento Barro Amarelo, Currálinho, Chapadão, Três Veredas), Alexânia (Engenho Velho, Alvoradinha e Raizama), Corumbá de Goiás (Fazenda Cutia e Ponte do Rio Rochedo), Santo Antônio do Descoberto (Pinguela, Santo André, Pontezinha e Santa Rosa) e Luziânia (Mato Grande) <sup>96</sup>. A diversidade de situações em que se configuram as realidades locais é ampla, mas há padrões, valores e regras que são observáveis na maioria das localidades e são esses que tentarei articular para demonstrar as trocas de significados no que se relacionam as diferentes perspectivas sobre o território e a produtividade local. Nessas localidades, há três aspectos que mais estão presentes nos discursos e práticas das atividades produtivas dos proprietários: (1) os ciclos do tempo que se divide em “tempo das águas ou chuvas” e “tempo da seca”; (2) a limitação espacial da **propriedade** o que é constantemente levada em consideração por causa da diminuição com a inundação e a formação da APP que reduziram o potencial produtivo da **terra**; e (3), por fim, o baixo preço dos produtos produzidos na terra que cria um sentimento de desvalorização do trabalho num novo contexto.

Considero que esses três aspectos perpassam transversalmente todos os discursos e práticas sobre as dinâmicas produtivas na perspectiva local camponesa, na medida em que essas características representam as limitações socioambientais de uma moral quase ilimitada para o trabalho: “*saúde para trabalho e crescer eu tenho, só não tem é recurso*” (João Gomes Maria, Assentamento Barro Amarelo, Abadiânia,

---

<sup>96</sup> As preposições **com** e **em** forma objeto de discussão de texto de Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2003) que procurou discutir as implicações da resolução 196 do Comissão de Ética em Pesquisa (CONEP) do Ministério da Saúde para a prática de pesquisa antropológica.

23/10/2006). É importante notar que, nas localidades predominantemente católicas (São Roque, Barreiro da Boa Vista, Fazenda Cutia, Alvoradinha, Santo André e Santa Marta), existe a percepção de que a prosperidade é um caminho para uma vida mais “**sossegada**”, sem sobressaltos. Ao passo que, diferentemente, nas localidades de maior concentração protestante (evangélica) a prosperidade é uma dádiva divina e precisa ser retribuída pelo trabalho do homem (como é o exemplo de comunidades/povoados notadamente presbiterianas, tais como Mandiocal em Luziânia e Pontezinha em Santo Antônio do Descoberto). Com as mudanças impostas pela hidrelétrica, as pessoas tiveram que reordenar a vida produtiva da terra e da família para conseguirem se manter na terra e sustentar a família:

Para descrever as relações de produção a partir da dimensão do trabalho, dos ciclos produtivos, do comércio e dos saberes tradicional é necessário reconhecer todas essas dinâmicas numa dimensão mais ampla de percepção da natureza e dos homens. Essa dimensão traz para este trabalho o sistema de significados simbólicos do trabalho e da produção que, embora possam operar em registros distintos, constituem éticas totalizantes de perceber o mundo como “deve ser”. Desse modo, é importante salientar que essas dinâmicas socioambientais são orientadas pelas moralidades locais que determinam os valores que regem as ambições e necessidades de cada **comunidade/povoado**.

Há três principais atividades produtivas: (1) agropecuária enquanto principal atividade na terra; (2) policultura enquanto uma atividade para suprir as necessidades da casa, ou numa expressão local “*para o gasto*”; (3) atividades assalariadas, a maioria dos proprietários ou seus filhos exerce uma profissão assalariada. A caracterização que se segue é uma descrição geral que busca qualificar os camponeses da região, não chega a ser um tipo ideal, mas é uma tentativa de aproximação do que ocorre em geral,

principalmente entre os moradores que produzem na terra, não das **propriedades** de lazer. Assim, as atividades produtivas distinguem o grande, o médio e o pequeno proprietário, este está mais próximo de uma subsistência enquanto o médio e o grande investem muito na agropecuária e obtém um rendimento razoável.

A criação de gado para corte, leite e comércio é a atividade que ocupa a maior parte do tempo das pessoas. Mesmo os pequenos agricultores que vivem de subsistência possuem duas ou cinco cabeça de gado que são utilizados para consumo da família. Assim, além de fazer parte da maioria das metáforas que eles usam para expressar seus pensamentos, o gado é uma unanimidade naquela região. Há uma verdadeira *cultura do gado* (simbólica e material) que encabeça a produtividade da terra. O sistema produtivo, se é que podemos classificar as atividades de subsistência, alimentação e comercialização de sistema, está totalmente inserida numa lógica da criação de gado e do beneficiamento dos derivados do leite e da produtividade do gado. Há o beneficiamento de leite para queijo, requeijão, doce de leite etc. Plantam-se cana-de-açúcar, capim para pasto e milho também para alimentar os animais (principalmente o gado). A cana-de-açúcar também é usada em alguns alambiques que existem para produzir aguardente, açúcar mascavo, rapadura etc. (há uma variedade de subprodutos derivados no beneficiamento da cana-de-açúcar que servem para alimentar os animais e para adubar as plantas). Os currais são verdadeiros laboratórios do “saberes” em que os vaqueiros se utilizam de alquimias, técnicas e conhecimento para potencializar a produção.<sup>97</sup>

No período da seca, “os pastos ficam fracos e a tropa não se sustenta” (Adriano Araújo, Fazenda Cutia, Corumbá de Goiás, 19/11/2006), graças à diversificação na produção, os proprietários conseguem passar o período de seca sem maiores problemas

---

<sup>97</sup> O curral – enquanto local de produção de conhecimento prático – seria um bom tema para ser desenvolvido. Entretanto, nesta dissertação não entrarei nesses meandros.

de alimentação, apesar de haver queda na renda. Com o evento-situacional hidrelétrica, a seca tem sido sentida com maior intensidade. Apesar de haver mais água parada nos rios e córregos que compõem o reservatório, não há irrigação e “*água parada é asfalto, não tem vida*” (Geremias Gomes Maria, Barreiro da Boa Vista, Abadiânia, 11/10/2006). Além de muitos terem perdidos nascentes que utilizavam para irrigação, o maior problema é a terra que não pode ser utilizada. A faixa de cem metros que forma a Área de Preservação Permanente é um dos maiores responsáveis pelos **prejuízos** na produtividade das famílias.

Numa região onde o ideal de produção é a pecuária de extensão e as lavouras mecanizadas (apesar de poucos terem acesso a **maquinário**) e onde uma expressão muito conhecida é “*mato em pé, dono deitado*” para designar que muitas árvores na terra atestam o não trabalho do homem ou da família; deixar uma área, além dos já existentes 20% da Reserva Legal, é quase absurda para eles. APP ajuda para aumentar a escassez de terra. Antes havia uma dinâmica de aluguel de pasto, permuta de terra, arrendamento de terra, pós-hidrelétrica muitas dessas práticas se inviabilizaram. Essa situação é em parte superada graças a uma prática muito difundida na região: a diversidade produtiva. A policultura é uma característica central da atividade produtiva da maioria dos camponeses que foram incorporados ao entorno do reservatório Corumbá IV. Enquanto que no trato com o rebanho o homem exerce um papel de destaque, na policultura a mulher é a maior responsável pelo êxito do sustento da casa. Geralmente, a área de cultivo de mandioca, milho, frutíferas e de criação de pequenos animais (galinha, coelho, codorna etc.) é o **quintal** que é lugar de domínio da mulher. A diversidade passa pela manufatura de alguns produtos da roça. O queijo é um produto, feito pelas mulheres, a farinha de mandioca, o polvilho para os biscoitos e o fubá de milho são de responsabilidade e da competência das mulheres da casa. Tanto no período

da seca quanto agora no pós-hidrelétrica, as atividades de manufatura e a produção do **quintal** ocupam a maior parte do tempo das mulheres que ficam, por sua vez, responsáveis por boa parte do sustento da família. O valor do trabalho é muito presente na vida das mulheres e é um elogio qualificá-las de “**trabalhadeiras**”, elogio constantemente repetido pelos homens da casa.

Antes da inundação do reservatório e da desapropriação para a criação da APP, as áreas de “**baixada**” eram as áreas onde o pasto se conservava por todo o ano e eram responsáveis pela manutenção de um determinado equilíbrio do rebanho na época da seca: “as brachiara [capim] da beira do córrego que segurava a tropa” (Adriano Araújo, Fazenda Cutia, Corumbá de Goiás, 19/11/2006). Os plantios de milho, feijão e outras cereais ou leguminosas também eram realizados nas “**terras de baixadas**” por serem mais férteis. Pós-hidrelétrica, as pessoas alegam que *não há área para plantar porque o que sobrou é **mato** ou **pé de morro** que não presta para plantar por ser pedregoso ou é área de preservação.*

“Não adianta não, porque nós tínhamos mais de três alqueires de terra onde criávamos o gado. Sobrou dois e pouquinho. Desses dois tira os 20%. O que é que sobra para nós criar gado? Não dá para criar a quantia que tinha lá em baixo. Aqui é só mato também. Não querem mais deixar nós com a área de preservação do contrato. Lá em baixo estava formado. Aqui, o que é que tem que fazer aqui ainda. Se derrubar os matos tudo seca o resto da água que tem aqui”

(Valdivino Batista Gomes, Barreiro da Boa Vista, Abadiânia, 20/10/2000).

“A gente tinha uma área lá que é bem produtiva. Porque lá que é o pasto bom para a gente colocar o gado. Então lá foi inundado e a gente teve que tirar o gado. Não tem como criar outro mais. Não tem pasto”.

(Jaci Meireles de Souza Pirapitinga, Luziânia, 18/10/2005).

Grosso modo, as pessoas interpretam a APP como mais um fator de expropriação de terras. E mesmo que se postule a possibilidade de manejo como tem

sido sugerida, a APP inviabiliza determinados tipos de atividade produtiva comuns para na região, tais como criação de porcos e pecuária. Além disso, algumas propriedades possuem casa e/ou benfeitorias na APP, sendo que, na maioria dos casos, tais construções se constituem como fundamentais para renda das famílias que esperam que tal fator seja levado em consideração pelo empreendedor e pelo IBAMA. As construções na APP são mais comuns em algumas localidades do que em outras. Na maioria dos casos que havia alguma construção no que se tornou APP ocorreu acordos verbais de que seria permitida a permanência na APP, geralmente pelo período igual ao da Concessão, renováveis por igual período (total de 70 anos). O Contrato de Cessão de Uso foi celebrado no momento da negociação para pagamento da indenização e a maioria das pessoas optou pela Cessão de Uso que em alguns casos implicava na diminuição da indenização paga pelo empreendedor. Em vários casos os proprietários consideram que só aceitaram os valores recebidos, avaliados como abaixo do justo, com base na possibilidade de permanência das construções e usufruto da APP. A longa permanência (70 anos) desse acordo tranqüilizou proprietários que avaliaram que só futuras gerações bisnetos teriam problemas. Nos casos em que só havia APP e não houve inundação, alguns camponeses se sentiram até privilegiados de terem recebidos indenizações e poderem permanecer com a área indenização. O que o empreendedor não contabilizava nos seus calculas era a série de mudanças, a perda da produtividade, a quebra de vínculos de parentesco e de vizinhança, a perda do sossego com o aumento dos movimentos de pescadores, etc.

Sobre as construções e benfeitorias na Área de Preservação Permanente, duas características marcam esta categoria antes da UHE Corumbá IV: (1) o sistema produtivo de algumas comunidades e propriedades dependem, em parte, do manejo dos “matos” ou matas ciliares. É muito presente no discurso dos camponeses uma

preocupação com a Reserva Legal, e uma determinada compreensão da legislação que proíbe construções e desmatamento da reserva. Contudo, a APP dos rios e córregos não é observada com tanto rigor como os 20% da Reserva Legal. Há uma intensa relação de manejo e de utilização de lenha das matas ciliares dos córregos e rios, assim como, a utilização para fins de agricultura e pasto das áreas próximas às águas. (2) É neste contexto que já está presente na região, o conflito de concepções territoriais ou “territorialidades múltiplas”<sup>98</sup> (camponesa e dos órgãos ambientais e reguladores). Já havia, antes da UHE Corumbá IV, uma zona de tensão e disputa sobre o uso do território.

(1) De modo geral, constata-se que a situação produtiva, plantio, criação de gado, galinha caipira etc., comercialização e renda antes da UHE Corumbá IV, em grande parte nas pequenas propriedades, apontavam para um manejo das áreas próximas aos córregos e rios. A produção de gêneros alimentícios, principalmente nos casos em que o sustento da família depende principalmente deste processo, o que para a comunidade Barreiro da Boa Vista era uma realidade amplamente presente na memória sobre o antes do empreendimento, estava vinculada “as terras boas para pastagem e para horta”. Área essa boa para pastagem e para plantio durante todo o ano. Essa área era identificada como área que sustentava o gado e a família no período da seca.

(2) Nesse caso é importante ressaltar que os conflitos de territorialidades são produzidos em função de duas perspectivas concorrentes sobre a natureza. A disputa reside nas deliberações sobre o uso do espaço. Tanto os 20% da Reserva Legal quanto a mata ciliar constituíam uma considerável disputa no modo como a população concebe o espaço. Como havia dito, o ditado comum na região: “mato em pé, dono deitado” para indicar se o proprietário é ou não é trabalhador, ressaltando que o trabalho é valor

---

<sup>98</sup> “territorialidade múltiplas” (Haesbaert 2002) e “cosmografias” (Little 2001)

central para a vida do trabalhador rural, portanto, não deixar o mato tomar conta da propriedade e derrubá-lo para formar pastagem ou plantio faz parte da composição moral dos moradores da sub-região. A idéia de uma APP para os rios e córregos e de uma Reserva Legal que ocupe uma grande parte da propriedade faz pouco sentido para os proprietários que dependem de pasto para manter a produtividade da propriedade, como foi verificado ao longo da etnografia.

Desse modo, em algumas situações o sistema produtivo foi mais **prejudicado** pela formação da APP do que pelas modificações provocadas pelo enchimento do reservatório. Numa perspectiva socioambiental com base num olhar antropológico, as construções não representam um grande impacto ambiental, no entanto, a demolição de algumas construções pode representar a perda de referências simbólicas importantes para a memória de algumas famílias. As benfeitorias, por sua vez, pastagem, pomares e criações podem ter uma maior influência sobre a APP, mas sua proibição terá um forte impacto sobre a produtividade das propriedades familiares. É nesses termos que a maioria das terras desapropriadas para a formação da APP, a produção agrícola foi afetada pela diminuição das melhores terras para agricultura e para pastagem (terra de baixada que se localiza na beira dos córregos e rios). É comum ouvir constatações dos próprios proprietários como esta: a pouca terra que sobrou não dá para manter o gado, porque a terra boa ou foi inundada ou é APP. É nesses termos que a APP é interpretada pelas pessoas da região como mais um obstáculo para a produção.

Assim, o estabelecimento da Área de Preservação Permanente veio contrapor lógicas e visões de mundo diferentes em relação ao cenário das margens do lago. Para os camponeses, a utilização realizada no que agora se tornou a APP não contradizia aquilo que entendem por conservação ambiental. A implementação da hidrelétrica instituiu uma nova relação dos proprietários com as terras às margens do lago, as quais

passaram aos cuidados do órgão ambiental e da empresa. A própria indefinição dos papéis das prefeituras, Ibama e Corumbá quanto à APP produziu uma inversão do sentimento dos atingidos com relação a esta área: se antes constituíam as melhores terras, agora são motivo de frustração. A falta de fiscalização da APP ocasionada pela indefinição de papéis vem transformando as margens do lago em “terra de ninguém”, o que vem modificando sobremaneira a relação do proprietário com o território no qual está inserido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que as conclusões e inferências que me permitiram fazer os dados empíricos do evento-situacional Corumbá IV já foram apresentadas ao longo da dissertação. Contudo, é importante ressaltar alguns pontos que julgo centrais na dissertação. O primeiro deles refere-se às discussões teórico-metodológicas que me ajudaram a desnaturalizar as interpretações sobre a construção da hidrelétrica e as abordagens técnico-burocráticas (típicas das consultorias e das peças técnico-jurídicas) que, instrumentalmente, englobam a diferença e essencializam os processos para melhor resolver as questões práticas relacionadas a direitos, deveres e obrigações das partes. À medida que elaborava a dissertação, dava-me conta do grau de naturalização que estava presente nas noções de **atingidos**, **impactados**, **entorno** e usina hidrelétrica. Desse modo, pude escrever um texto mais crítico, calcado simultaneamente em evidências empíricas e em princípios teóricos consistentes.

O segundo aspecto que julgo importante é a contribuição das discussões levantadas para a compreensão das hidrelétricas enquanto eventos-situacionais. Como foi analisado, o evento-situacional Corumbá IV se relaciona em diferentes *níveis de integração* que servem para indicar níveis de agenciamento que podem ser passíveis de análise etnográfica, envolvendo diferentes agrupamentos-redes em torno das questões típicas desses contextos, como, por exemplo, a semântica do acordo para pagamento da indenização das terras inundadas ou transformadas em APP, que exprimem as regras morais e as concepções de territorialidade de cada agrupamento-rede envolvido. Assim, ficou evidente que os conceitos, noções, valores e ideologias de cada agrupamento-rede foram colocados em risco empírico pela interação dos atores; ou seja, foram modificados, contestados e negociados nas novas *associações*, necessárias no

cumprimento do processo de Licenciamento Ambiental. As lacunas existentes entre as estruturas, que podem existir num conjunto verbal de categorias presentes nos discursos (ambientalista-ativista, empreendedor-desenvolvimentista e camponês), foram contornadas na medida em que se estabeleceram trocas e apropriações de termos, noções e categorias verbais. Tanto as incoerências internas dos discursos, quanto as necessárias negociações e contágios com os outros discursos foram reformuladas em duas direções opostas: ora privilegiou-se o entendimento entre as partes, ora a radicalização das posições.

Terceiro, ao longo do trabalho, busquei problematizar a linguagem, que é palco móvel para o embate especulativo entre as mudanças provocadas pelo evento-situacional hidrelétrica (alagamento, desapropriações, APP), e a re-significação dos acontecimentos que reordenam o mundo e ajudam a superar as tragédias e os *dramas*. Portanto, as falas dos atores foram analisadas a partir das categorias, noções e conceitos mais evidentes (típicos) de cada agrupamento-rede que articulam mediante palavras e termos significados para lidar com as especificidades do evento-situacional Usina Hidrelétrica Corumbá IV. Portanto, mesmo as categorias, as noções e os conceitos positivados dos agrupamentos-redes burocratizados, tais como Corumbá Concessões S.A. e Agências Licenciadoras, passam por momentos de subjetivações por meio de seus agentes nos terminais de relações, e também estão no mundo para serem alteradas e reformuladas. O risco empírico, a que se refere Sahlins (1990), é real para todos, não apenas para os camponeses expropriados.

Quarto, para as pessoas que tiveram suas terras desapropriadas (ou o denominado agrupamento-rede camponês), a questão do re-ordenamento semântico e da re-significação da vida para sobreviver ao holocausto do enchimento e das bruscas

transformações é muito intenso e presente porque envolve quase todas as esferas de suas vidas. Ao contrário do servidor público e do empregado da Concessionária, que trabalham um período com a hidrelétrica e depois vão a casa, os camponeses expropriados vivem a situação de desapropriação em tempo integral e não vão a casa para depois retornarem à negociação. Eles estão lá o tempo todo, a negociação é sobre a vida deles o que torna o evento-situacional muito mais evidente e central para este agrupamento-rede. A dissertação buscou caracterizar essa particularidade ao analisar o modo como as pessoas re-significam as mudanças em suas vidas. Para tanto, a análise da manipulação lingüística do camponês foi central para compreendermos o embate especulativo sobre as mudanças e as re-significação.

Quinto, o evento-situacional foi abordado por várias perspectivas para mostrar que ele não é um evento único, mas, sim, é um acontecimento com vários significados, na medida em que é interpretado por diferentes sistemas simbólicos. Portanto, apesar de o evento-situacional UHE Corumbá IV ser resultado de um longo processo de definições e configurações técnico-políticas próprios de algumas agências e atores, como foi discutido no capítulo 2, não são exclusivamente esses processos que lhe atribuem significados. A totalidade do evento-situacional é mais ampla e envolve uma gama de atores, *players* e agências para a instalação e operação da Hidrelétrica por diferentes meios: legislação ambiental, tendo terras desapropriadas para a construção da hidrelétrica; processo técnico-burocrático de licenciamento (LI e LO) etc. Em suma, o evento-situacional trás a dimensão empírica da situação e as diferentes estruturas simbólicas que a interpretam e, na interação, atribuem valor a seus desdobramentos. Como foi elaborada no capítulo 1, a idéia de um *evento-situacional* trás a baila a dimensão empírica para se discutir a mudança provocada, reordenada e incorporada pelos agentes envolvidos no contexto da hidrelétrica. Na medida em que o evento-

situacional representa um risco para os *significados* dos *signos* dos agrupamentos, os atores e agências precisam re-significar os processos conforme suas estruturas pré-existentes e as novidades de uma realidade imprevisível, podendo até negar os conceitos e normas positivadas que lhes sejam indexados inicialmente pelos agentes. É nesse sentido que a proposta de discutir a formação de uma *ordem moral* própria da interação entre os agentes que fazem o contexto da hidrelétrica fez sentido. Isso posto, considero que a abordagem do evento-situacional, em combinação com as questões de ordem moral e política, pode contribuir para futuros trabalhos sobre hidrelétricas ou obras de infra-estrutura que envolvam diferentes níveis de negociações que são níveis de interações.

Desse modo, finalizo esta dissertação satisfeito com o resultado do trabalho e com o aprimoramento teórico-metodológico que ele me proporcionou. Em todo momento no texto, procurei arejar as discussões teóricas com dados empíricos, ao passo que busquei adensar minhas interpretações empíricas com um refinamento conceitual. Penso que essas características que tentei imprimir às discussões tenham representado alguma vantagem para uma melhor compreensão do evento-situacional.

## BIBLIOGRAFIA

**ABREU**, Luís Eduardo. A troca das palavras e a troca das coisas. Política e linguagem no Congresso Nacional. *Mana - Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 329-356, 2005.

**APPADURAI**, Arjun. Disjuncture and Difference in the Global Cultural Economy". In Mike Featherstone (org.), *Global Culture*. Londres: Sage Publications, 1990.

**BAINES**, Stephen Grant. Usina hidrelétrica de Balbina e o deslocamento compulsório dos waimiri-atroari(a). Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

**BALANDIER**, Georges. *Antropologia Política*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

\_\_\_\_\_. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel-Difusão Editorial, 1976.

**BARRETO**, Henyo. *Da Nação ao Planeta através da Natureza*. Série Antropologia 222. Brasília: DAN/UnB, 1997.

**BARTH**, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Tradução John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

**BECK**, Ulrich. Anthony Giddens e Scott Lash. *Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na ordem social moderna*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

**BORGES**, Barsanufio Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

**BOTT**, Elizabeth. *Família e Rede Social*; tradução de Mário Guerreiro e prefácio de Max Gluckman. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1976.

**BOURDIEU**, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Papirus Editora, 1980

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

**BRANDÃO**, Carlos Rodrigues & RAMALHO, José Ricardo. **Campesinato Goiano: Três Estudos**. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1986

**CÂNDIDO**, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, [1964] 2001.

**CARDOSO DE OLIVEIRA**, Luís R. *Colonização e Diferenciação: os Colonos de Caranana*. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS do Museu Nacional da UFRJ, 1981.

\_\_\_\_\_. *"A vocação crítica da Antropologia"*. In: *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

\_\_\_\_\_. *Direito Legal e Insulto Moral: Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_ “Pesquisas *Em* vs. Pesquisas *Com* Seres Humanos”. Série Antropológica 336. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2003.

**CARDOSO DE OLIVEIRA**, Roberto & Luís R. Cardoso de Oliveira. *Ensaaios Antropológicos sobre Moral e Ética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

**CASTELLS**, Manuel. *The information Age: Economy, Society and Culture*. Volume I: *The Rise of the Network Society*. Massachusetts: Blackwell Publishers, [1996] 1999.

**CASTRO**, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais, In: **DIEGUES**, Antonio Carlos (Org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec. Pp. 165-182, 2000.

**CATULLO**, Maria Rosa. *Poder e participación en Proyectos de Gran Escala – Analisis comparativo de los procesos de relocalización por la construcción de la Represa Hidroeléctrica Binacional Argentino-Uruguay de Salto Grande*. Tese de Doutorado: Programa de doutorado conjunto FLACSO/CEPPAC/UnB. Brasília – DF, 1996.

**DAMS AND DEVELOPMENT A NEW FRAMEWORK**: The Report of the World Commission on Dams. Reino Unido e EUA: Earthscan Publications LTD, London and Sterling, 2000.

**DIEGUES**, Antônio Carlos (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC & NUPAUB-USP, 2000.

**DUMONT**, Louis. *Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992.

\_\_\_\_\_ *Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

**DURKHEIM**, Émile. “Determinação do Fato Moral”. Em *Sociologia e Filosofia*. Tradução de J.M. Toledo Camargo. São Paulo & Rio de Janeiro: Forense, [1906] 1970.

\_\_\_\_\_ *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978

**ELIAS**, Norbert. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

**ESCOBAR**, Arturo. "Actores, redes e novos produtores de conhecimento: os movimentos sociais e a transição paradigmática nas ciências". In *Conhecimento prudente para uma vida decente*, B. de Souza Santos, org., págs. 639-666. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

**EVANS-PRITCHARD**, Edward E. *Social Anthropology and Other Essays*. New York: The Free Press, 1962.

\_\_\_\_\_ “A Noção de Bruxaria como Explicação de Infortúnios”; capítulo II em *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

**FOLADORI**, Guilherme & Javier TAKS. Um olhar antropológico sobre a questão ambiental. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 323-348, out. 2004.

**FOUCAULT, Michel.** *A Ordem do Discurso*; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_ *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1998.

**GADAMER, Hans-Georg.** *Verdade e Método*. Vol. I e II. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universidade São Francisco, [1986] 2004.

**GEERTZ, Clifford.** *A interpretação das Culturas*; Organização Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1989.

\_\_\_\_\_ “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”; In: *O saber Local: Novos ensaios em antropologia Interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.

**GLUCKMAN, Max.** “Análise de uma situação social na Zululândia Moderna”. Em: Feldman-Bianco, Bela, org., *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Global, 1987, parte I., pp.227-267.

\_\_\_\_\_ *Order and Rebellion in Tribal Africa*, London: Cohen, 1963

\_\_\_\_\_ *Politics, Law, and Ritual in Tribal Society*, Oxford: Oxford University Press, 1967

**GOLDMAN, Marcio.** *Lévi-Strauss e os sentidos da História*. *Rev. Antropol.*, 1999, vol.42, no.1-2, p.223-238.

**GRAÇA RUAS, Maria da (Org.)**. “Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos”. In: *O Estudo da Política: Tópicos Seleccionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

**HABERMAS, Jürgen.** “Conhecimento e Interesse”. Traduzido do original alemão: “Erkenntnis und Interesse” de 1968.

\_\_\_\_\_ *Consciência Moral e Agir Comunicativo*; Biblioteca Tempo Universitário 84, 1989.

**HARVEY, David.** *The Condition of Pos-Modernity*. Oxford. Basil Blackwell. 1989.

**JAKOBSON, Roman.** *Fundamentals of Language*. Paris: Mouton, 1971.

**LATOUR, Bruno.** “A ordem criada a partir da desordem”. *A vida de laboratório. A produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará., 1999.

\_\_\_\_\_ *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_ *Jamais Fomos Modernos*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3<sup>a</sup> Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora 34, [1994] 2005.

\_\_\_\_\_ “Por que a ecologia política não saberia conservar a natureza?” *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*, C. A. M. Souza, trad., págs. 25-105. São Paulo: Edusc, [1999] 2004.

\_\_\_\_\_ *Reassembling the Social*. Oxford: Oxford University Press, 2005

**LEACH, Edmund.** *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: EDUSP; 1995.

\_\_\_\_\_. “Masquerade: The Presentation of the self in holi-day life”. In: *Cambridge Anthropology: a jornal of the Department of Social Anthropology*. Cambridge University: Volume 13, Number 3, 1989-90.

\_\_\_\_\_. Claude Lévi-Strauss – Anthropologist and Philosopher. *New Left Review*, 34. Cambridge University, 1965.

**LÉVI-STRAUSS**, Claude. “A Análise estrutural em lingüística e em Antropologia”. In: *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

\_\_\_\_\_. “A ciência do Concreto” (Capítulo 1) & “História e Dialética” (Capítulo 9). Em *O Pensamento Selvagem*. São Paulo: Editora Ática, 1979.

\_\_\_\_\_. *O Cru e o Cozido – Mitológicas 1*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

**LEITE**, Nina Virgínia de Araújo. *Psicanálise e Análise do Discurso: o acontecimento na Estrutura*; RJ: Editora Campos Matemático, 1994.

**LITTLE**, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da Territorialidade. Série Antropológica. Brasília: Universidade de Brasília – DAN.

**MALINOWSKI**, Bronislaw. *A Diary in the Strict Sense of the Term*. Stanford, 1989

**MAGALHÃES**, Sônia Barbosa, Rosyan C. Britto e Edna Ramos de Castro (org.). *Energia na Amazônia*. Volumes I e II. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará e Associação de Universidades Amazônicas, 1996.

**MARCUS**, George. *Identidades passadas, presentes e emergentes: Requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial*. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, n°. 34, 1991, p. 197-221.

**MARTINS**, José de Souza. *Fronteira: A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

**MAUSS**, Marcel. *Sociologia e Antropologia, vol. II*. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001

**MEDEIROS**, Rodrigo Augusto Lima de. “O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): disputas por recursos ou conceitos? O que está em jogo nos financiamentos de Instituições Multilaterais para Projetos de Aproveitamentos Hidrelétricos?”. *ANAIS da 25ª RBA*, 2006.

**MELATTI**, Julio Cezar. *Radcliffe-Brown*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Organização Julio Cezar Melatti. São Paulo: Ática, 1978.

**MULLER**, Arnaldo Carlos. *Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Makron Books Brasil, 1995.

**OBEYESEKERE**, G. *The Apotheosis of Captain Cook*, Princeton, Princeton University Press, 1997.

**OLSON**, Mancur. “A Lógica da Ação Coletiva: Os benefícios Públicos e uma teoria dos grupos sociais”. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

**ORTNER**, Sherry. Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal. *Comparative Studies in Society and History*, Vol. 37, No. 1, January, 1995.

**PALMEIRA**, Moacir. “Campesinato, Fronteira e Política”; *Anuário Antropológico* 76, 1978.

**PARESCI**, Ana Carolina C. *Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos: entre o projetismo e as dinâmicas sociais*. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia-UnB/Brasília, 2002.

**PEIRANO**, Mariza (org.). “A Análise Antropológica de Rituais”. In: *O dito e o Feito: Ensaio de antropologia dos rituais*. Cap. 1. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.  
\_\_\_\_\_. *Rituais ontem e hoje*. Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

**POLANYI**, Karl. *A Grande Transformação – As Origens de Nossa Época*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000.

**POPPER**, Karl. *Conjecturas e refutações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, 1972.

**QUIJANO**, Aníbal. “Colonialidad de Poder, Eurocentrismo y América Latina”. In Edgardo Lander (org.), *La Colonialidad del Saber. Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires/ Clacso, 1993.  
\_\_\_\_\_. *Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina*. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 19, n. 55, 2005.  
\_\_\_\_\_. *Notas sobre a questão da identidade e nação no Peru*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v 6, n. 16, 1992.

**RADCLIFFE-BROWN**, A. R. *The Andaman Islander*. New York: Free Press; 1964 [1922].

**RAFFESTIN**, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática. 1993.  
\_\_\_\_\_. “Ecogénese territoriale et territorialité” in AURIAC, F & BRUNET, R., *Espace, jeux et enjeux*, Paris, Fondation Diderot/Fayard, 1986.

**RIBEIRO**, Gustavo Lins. *Cultura e Política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens*. Brasília: EdUnB , 2004.  
\_\_\_\_\_. *Empresas Transnacionais: um grande projeto por dentro*. ANPOCS Ed. Marco Zero, 1991.  
\_\_\_\_\_. “Cuanto Mas Grande Mejor? Proyectos de Gran Escala, Una Forma de Produccion Vinculada A La Expansion de Sistemas Economicos”. *DESARROLLO ECONOMICO*, n. 105, p. 3-27, 1987.

**RUA**, Maria das Graças.. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*. In: RUA, Maria das Graças & CARVALHO, Maria Izabel V. (Orgs.). *O Estudo da Política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15, 1998.

**SAHLINS**, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1976] 2003.

\_\_\_\_\_. *Ilhas de História*. Tradução de Barbara Sette (UFRJ). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, [1987] 1990.

\_\_\_\_\_. “O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica: *Por que a cultura não é um objeto em via de extinção*” Partes 1 e 2. Em: *Mana* 3 (2), pp. 103-150, 1997.

\_\_\_\_\_. “*Cosmologias do capitalismo: o setor trans-pacífico do ‘Sistema Mundial’*”. XVI Reunião Brasileira de Antropologia – ANAIS, 2003.

**SAPIR**, Edward. “Cultura ‘Autêntica’ e ‘Espúria’”. Em: Donald Pierson (org.), *Estudos de Organização Social*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1970.

**SARDAN**, Jean-Pierre Olivier. *Anthropology and Development: understanding contemporary social change*; translated by Antoinette Tidjani Alou. London & New York: ZED Books, 2005.

**SANTOS**, Leinad Ayer de Oliveira; **ANDRADE**, Lucia Mendonça Morato de. *Hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas(as)*. São Paulo: Comis Pro Índio São Paulo, 1988.

**SIGAUD**, Lygia. “Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: As barragens de sobradinho e machadinho”. Em: *Impactos de Grandes Projetos Hidrelétricos e Nucleares: Aspectos econômicos, Tecnológicos, Ambientais e Sociais*. Coordenado por L. P. Rosa, L. Sigaud e O. Mielnik. São Paulo: Editora Marco Zero em co-edição com CNPq, 1988.

**SILVA**, Cristhian Teófilo da Silva. *Borges, Belino e Bento: a fala ritual entre os tapuios de Goiás*. São Paulo: Ed. ANNABLUME, 2002.

**STINCHCOMBE**, Arthur. “Classes Sociais e Meio Rural”. Em *Vida Rural e Mudança Social: leituras básicas de sociologia rural*. Tomás Szmrecsányi (org.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

**SOARES**, Luís Eduardo. *Campesinato: Ideologia e Política*. Rio de Janeiro: Zaluar Editores, 1981.

**SOJA**, Edward. *The Political Organization of Space*. Washington, D.C.: Association of American Geographers, Resource Papers, 1993 [1971].

**STOCKING**, George W. *Volksgeist as Method and Ethic: Essays on Boasian Ethnography and the germana anthropology tradition*. Univerity of Wisconsin Press, 1986.

\_\_\_\_\_. *Delimiting Anthropology: Occasional Essays and Reflections*. University of Wisconsin Press, 2001.

**SUÁREZ**, Mireya. “Agregados, Parceiros e Posseiros: a Transformação do Campesinato no Centro-Oeste”. *Anuário Antropológico* 80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro & Edições UFC, 1982, pp. 13-60.

**TAMBIAH**, S.J. *Magic, science, religion, and the scope of rationality*. Cambridge University Press. Cambridge. 1990.

\_\_\_\_\_ *Culture, Thought and Social Action: An Anthropological Perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.

**TAYLOR**, Charles. “The Politics of Recognition”. In: A. Gutmann (org.) *Multiculturalism and the politics of recognition*, New Jersey: Princeton University Press, 1992.

**THOMPSON**, P. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

**TURNER**, Victor. *Schism and continuity in na african society: A study of Ndembu village life*. Manchester: University Press, 1957.

\_\_\_\_\_ *Dramas, fields, and metaphors: Symbolic action in human society*. Ithaca: Cornell University Press, 1974.

**UHE CORUMBÁ IV: DA ARQUEOLOGIA PRÉ-COLONIAL AOS DIAS ATUAIS**. Relatório Final do Contrato n. 001/2002 Corumbá Concessões/FUNAPE/UFG/MA/LabArq – Programa Ambiental de Socioeconômica – Projeto de Salvamento Arqueológico da Usina Hidrelétrica Corumbá IV. Goiânia: UFG - Laboratório de Arqueologia e Museu de Antropologia, 2004

**VAINER**, C. B. *O Plano de Recuperação e Desenvolvimento Econômico e Social das Comunidades Atingidas pelas Barragens de Itá e Machadinho. Uma experiência inovadora de extensão universitária e de planejamento*. Cadernos PUR/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1, p. 135-154, 2003.

\_\_\_\_\_ “Grandes projetos e organização territorial: os vantagens do planejamento regional” . In: MARGULIS, Sérgio (Editor). **Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos**. Rio de Janeiro, IPEA: Brasília, IPEA/ PNUD, 1990.

**VELHO**, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

**VELHO**, Otávio G. “Campeinato e Política”; Anuário Antropológico 77, 1979.

\_\_\_\_\_ *A Luta pela Terra*. Editora Vozes., 1978.

\_\_\_\_\_ *Capitalismo Autoritário e Campeinato*. São Paulo: Difel, 1976.

\_\_\_\_\_ *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

\_\_\_\_\_ “O conceito de Camponês e sua Aplicação À análise do Meio Rural Brasileiro”; In *América Latina, ano 12, n.º 1*, 1969.

**VIANNA**, Aurélio. *Prisão em Lajeado Pepino: gênese e efeitos sociais de uma ação exemplar*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1996.

**VIVEIRO DE CASTRO**, Eduardo e Lúcia de **ANDRADE**. “*Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as Sociedades Indígenas*”, 1988.

**VIVEIRO DE CASTRO**, Eduardo. *A Inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

**WITTGENSTEIN**, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Texto bilingüe: alemão-português. Tradução de Luiz Henrique Lopes. São Paulo: Edusp, 2001.

**WOLF**, Eric. "Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa: México" in *"Antropologia e Poder - Contribuições de Eric Wolf"*: FELDMAN-BIANCO, B. & RIBEIRO, G.L.(Orgs.). Brasília, Ed. Universidade de Brasília. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Ed. Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_ *Europe and People without History*. Berkeley: University of California Press, 1982.

**WOORTMANN**, Ellen 1995. *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e sitiantes do nordeste*. EDUNB. Brasília.

**WOORTMANN**, Klaas. "Com Parente não de Neguceia" In; *Anuário Antropológico/87*. Ed. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1990.

**WOORTMANN & WOORTMANN**. 1997. *O Trabalho da Terra. Brasília*, Editora da UnB.

## **ANEXO 1 – MAPAS**









**ANEXO 2 - TABELA**